

RAIMUNDA NONATA DA SILVA MACHADO
SIRLENE MOTA PINHEIRO DA SILVA
KARLA CRISTINA SILVA SOUSA
VALDENICE DE ARAÚJO PRAZERES
(ORGANIZADORAS)



VOZES EPISTÊMICAS E SABERES PLURAIS NA EDUCAÇÃO
ANAIS DO I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO (COPERGE)
19 e 20 de março 2018

E-BOOK



RAIMUNDA NONATA DA SILVA MACHADO
SIRLENE MOTA PINHEIRO DA SILVA
KARLA CRISTINA SILVA SOUSA
VALDENICE DE ARAÚJO PRAZERES
(ORGANIZADORAS)

VOZES EPISTÊMICAS E SABERES PLURAIS NA EDUCAÇÃO
**ANAIS DO I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-
RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO (COPERGE)**
19 e 20 de março 2018

E-BOOK

São Luís-MA

EDUFMA
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof.^a Dr.^a Nair Portela Silva Coutinho
Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

Prof. Dr. Allan Kardec Duailibe Barros Filho
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PPPGI

Prof.^a Dr.^a Lindalva Martins Maia Maciel
Diretora do Centro de Ciências Sociais - CCSo

Prof.^a Dr.^a Mariza Borges Wall Barbosa de Carvalho
Coordenadora do PPGE | Mestrado em Educação

Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes
Coordenador do PPGEEB / Mestrado Profissional em Gestão do Ensino da Educação Básica

Prof. Dr. Carlos André Sousa Dublante
Coordenador do Curso de Pedagogia

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Estrela Paixão
Chefe do Departamento de Educação I

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva
Chefe do Departamento de Educação II

Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado
Coordenadora do I COPERGE e do NEPERGE

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva
Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes
Prof.^a Dr.^a Karla Cristina Silva Sousa
Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado
Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Prof.^a Dr.^a Valdenice de Araújo Prazeres

**Membros do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero
NEPERGE**

Prof. Dr. Acildo Leite da Silva
Grupo de Estudo Pesquisa em História Cultural, Educação e Relações Raciais (GEP-HICERER)

Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes
Grupo de Estudos e Pesquisa Investigações Pedagógicas Afro-brasileiras (GIPEAB)

Prof.^a Dr.^a Diomar das Graças Motta, Prof.^a Dr.^a Iran de Maria Leitão Nunes e Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado
Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe)

Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE)

Prof.^a Dr.^a Valdenice de Araújo Prazeres
Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores/as para Educação das Relações Étnico-Raciais (GEP-FOPERER)

**DE I | DE II | CCSO | PPGE | PPGEEB
PROMOÇÃO**

Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA
Fundação Sousândrade de Apoio à UFMA - FSADU

APOIO

Copyright © 2018 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof.ª Dr.ª Nair Portela Silva Coutinho
Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

Prof.ª Dr.ª Lindalva Martins Maia Maciel
Diretora do Centro de Ciências Sociais

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Esnel José Fagundes, Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva, Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha, Profa. Dra Andréa Dias Neves Lago, Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima, Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire, Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz, Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos, Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin, Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof.ª Dr.ª Ana Beatriz Sousa Gomes (UFPI), Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes (UFMA), Prof.ª Dr.ª Cidinalva Silva Câmara Neris (CEAA/NEAB/UFMA), Prof.ª Dr.ª Diomar das Graças Motta (PPGE/UFMA), Prof.ª Dr.ª Francilene Brito da Silva (UFPI), Pós PhD Francis Musa Boakari (DEFE/PPGE/UFPI), Prof.ª Dr.ª Joelma Reis Correia (UFMA), Prof.ª Dr.ª Valdenice de Araujo Prazeres (UFMA)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof.ª Dr.ª Raimunda Nonata da Silva Machado (Coordenadora/UFMA), Prof. Dr. Acildo Leite da Silva (UFMA), Doutoranda Antonia Regina dos Santos Abreu Alves (UFPI), Gláucia Santana Silva Padilha (Graduanda em Pedagogia), Prof.ª Dr.ª Karla Cristina Sousa (UFMA), Prof.ª Ma. Maria do Carmo Alves da Cruz (UFMA), Prof. Me. Raimundo Nonato Silva Júnior (COLUN/UFMA), Prof.ª Dr.ª Sirlene Mota Pinheiro da Silva (UFMA), Prof.ª Doutoranda Vicielma Maria de Paula Barbosa Sousa e (UFPI), Walquíria Costa Pereira (Graduanda em Pedagogia).

Editoração, Projeto Gráfico

Raimunda Nonata da Silva Machado
Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Capa

Hugo Pinheiro Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Colóquio de pesquisadoras/es das epistemologias étnico-raciais e de gênero na educação (COPERGE): vozes epistêmicas e saberes plurais na educação (1.: 2018: São Luís, MA).

Anais do I Colóquio de Pesquisadoras/es das epistemologias étnico-raciais e de gênero na educação (COPERGE): vozes epistêmicas e saberes plurais na educação. [Recurso eletrônico] / Coordenador: Raimunda Nonata da Silva Machado et al. — São Luís: EDUFMA, 2018.

Acesso <http://www.neperge.ufma.br/ebook/coperge1>

ISBN 978-85-7862-771-3

1. Afro-descendência - Educação. 2. Professoras negras – identidade. I. Silva, Sirlene Mota Pinheiro da. II. Sousa, Karla Cristina Silva. III. Prazeres, Valdenice de Araújo.

CDD 371.829

CDU 37.018.48:305-054



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

APRESENTAÇÃO

O I Colóquio de Pesquisadoras/es das Epistemologias Étnico-Raciais e de Gênero na Educação (I COPERGE) – Vozes Epistêmicas e Saberes Plurais na Educação, aconteceu no período de 19 e 20 de março de 2017 e teve como ponto de partida o Projeto de Pesquisa “Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior: vozes epistêmicas – vinculado ao Departamento de Educação II e ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe).

O objetivo de analisar o ingresso e a participação dessas professoras na educação superior, nos aproximou de outros grupos de pesquisa coordenados por professoras afrodescendentes, a exemplo do “Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores/as para Educação das Relações Étnico-Racial (GEP-FOPERER)” coordenado pela prof.^a Dr.^a Valdenice de Araújo Prazeres.

Nesse percurso, outras iniciativas de professores afrodescendentes, que embora não sejam foco da pesquisa, foram também visibilizadas. É o caso do Grupo de Estudo Pesquisa em História Cultural, Educação e Relações Raciais (GEP-HICERER) coordenado pelo Prof. Dr. Acildo Leite da Silva e do Grupo de Estudos e Pesquisa Investigações Pedagógicas Afro-brasileiras (GIPEAB) coordenado pelo Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes.

De outro modo, a realização de seis edições do Encontro Maranhense sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar (EMEMCE) e do Simpósio Maranhense de Pesquisadoras (es) sobre Mulher, Relações de Gênero e Educação (SIMPERGEN) têm nos mostrado a força dos eventos científicos na constituição de campos de pesquisa e integração de uma rede de cientistas, a exemplo da criação da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), em 1992 e os congressos da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), em 2000.

Especialmente, o VI EMEMCE e do VI SIMPERGEN reuniu pesquisadoras afrodescendentes, incentivando a criação de mais espaços



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

dialógicos, no campo da educação, ampliando as discussões sobre africanidades, relações raciais, afrodescendência, mulheres negras, movimento negro e feminismo negro, dentre outros ligados à educação das relações raciais imbricadas nos sistemas de gênero e de classe social.

Diante disso, o I COPERGE teve uma abrangência intersetorial e interinstitucional. Foi promovido pelos Departamentos de Educação I e II, por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero (NEPERGE), em parceria com os Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Educação (PPGE) e Gestão do Ensino da Educação Básica (PPGEEB). Recebeu apoio dos Grupos de Estudos e Pesquisa: História Cultural, Educação e Relações Raciais (GEP-HICERER); Investigações Pedagógicas Afro-brasileiras (GIPPEAB); Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe); Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE); Formação de Professores/as para Educação das Relações Étnico-Raciais (GEP-FOPERER) e Gênero, Educação e Afrodescendência (RODA GRIÔ/GEAFFRO) da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Dessa forma, o evento constitui-se como espaço de investigação de saberes e fazeres de pesquisadoras afrodescendentes; reuniu um conjunto de produções oriundas de diferentes grupos de estudos e pesquisa da área da educação e, Coletivamente, divulgou projetos de pesquisa criadores e transformadores de práticas educativas, reconhecendo cada movimento instituinte de pensamentos e práticas decoloniais e emancipatórias, mostrando o quanto as categorias de gênero e raça ainda funcionam como formas estruturantes de distintas opressões.

*Raimunda Machado
Coordenadora do I COPERGE*

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO - Vozes Epistêmicas e Saberes Plurais. <i>Raimunda Nonata da Silva Machado, Karla Cristina Silva Sousa, Sirlene Mota Pinheiro da Silva e Valdenice de Araújo Prazeres.</i>	7
PUBLICIDADE MARANHENSE: uma discussão sobre o papel da mulher negra no espaço publicitário contemporâneo. <i>Rosangela Coelho Costa, Suzana Cristina dos Santos e Antonio de Assis Cruz Nunes.</i>	13
ARQUEOLOGIA DE RESISTÊNCIAS COM PROFESSORAS AFRODESCENDENTES UNIVERSITÁRIAS. <i>Walquíria Costa Pereira, Thays Coelho França, Raimunda Nonata da Silva Machado.</i>	25
ESTUDOS SOBRE MULHER, PROFESSORA E AFRODESCENDENTE. <i>Glaucia Santana Silva Padilha e Raimunda Nonata da Silva Machado.</i>	34
AS APROXIMAÇÕES ENTRE AS REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E AS AÇÕES DO ESTADO. <i>Washington Luis Conceição Carvalho.</i>	41
UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO QUILOMBO SACO DAS ALMAS EM BREJO-MA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS. <i>Daciléia Lima Ferreira e Josenildo Campos Brussio.</i>	52
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVAS NA UEMA: análise da sua implantação. <i>Yanara Cristina Carvalho Pinheiro, Josivan Pereira Jansen, Thereza Cristina Vieira Trindade e Marina Santos Pereira Santos.</i>	65
O LIVRO DIDÁTICO E OS CONCEITOS DE RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E ESTEREÓTIPOS. <i>Elenir Rocha Pinto, Sharon Tyler A. Fonseca e Josenildo Campos Brussio.</i>	76
GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR. <i>Ilma Fátima de Jesus.</i>	88
RECONSTRUINDO IDENTIDADE NA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. <i>Edilma de Jesus Louzeiro Cruz, Erisvan Sales Oliveira e Valdenice Araújo Prazeres.</i>	102
FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: estado da arte no PPGE/UFMA. <i>Isis Santana Sombreira, Larissa Evelin Rego Azevedo e Valdenice de Araújo Prazeres.</i>	112

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

INTRODUÇÃO – Vozes Epistêmicas e Saberes Plurais

Raimunda Nonata da Silva Machado

Karla Cristina Silva Sousa

Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Valdenice de Araújo Prazeres

A nossa perspectiva pedagógica e epistemológica tece críticas ao pensamento norteador da Pedagogia Ocidental, em cujas teorizações o negro ou a cor negra aparece como personificação do mal, como um arquétipo valorizado negativamente “o diabo é quase sempre negro ou contém algum negror” (DURAND, 2002, p. 92).

O mesmo acontece em relação às mulheres quando são representadas pela figura do pecado e do mal, a exemplo do arquétipo de Eva. Assim, as expressões racistas e sexistas trazem estereótipos para nossa sociedade, logo, torna-se necessário um estudo sobre as relações étnico-raciais e de gênero na educação e em diferentes áreas na sociedade brasileira.

A cor branca tem sido representada na sociedade ocidental (incluindo a brasileira) como padrão de pureza e beleza. Assim, o justo, a paz, o bom, o verdadeiro, são sempre brancos. Já a violência, a feiura, o mal, são relacionados com a cor negra. Esta valorização do branco em detrimento do negro contribui para a manutenção da imagem negativa em relação a este último. Com esses significados sociais, as mulheres negras enfrentam diferentes sistemas de opressão!

Essas questões produzem preconceito e discriminação que, quando são silenciadas, ajudam a reproduzir e manter o racismo vivo em nossa sociedade, por meio de estereótipos sobre o negro que acabam silenciando as relações desiguais de poder entre os grupos sociais. É uma dimensão social que antecede o sujeito e exige um esforço pessoal para sua internacionalização na forma de *habitus* (BOURDIEU, 2001).

Este *habitus* brasileiro é estruturado (e estruturante) nas relações econômicas e socioculturais (mercantilismo, capitalismo, colonialismo, racismo,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

patriarcado). Um indivíduo ou grupo de indivíduos internalizam as representações objetivas, conforme sua inserção no campo social, produzindo homogeneidade no *habitus* subjetivo. O indivíduo não é somente ele, representa uma coletividade, que compartilha de valores e juízos, adquirindo uma identidade simbólica. Logo, o *habitus* vincula grupos ou classes!

A imagem da África, da população afrodescendente e de sua ancestralidade, por exemplo, podem ser (re)introduzidos nas trocas culturais, revelando novas possibilidades de intercâmbio e convivência entre diferentes grupos sociais, com respeito e reconhecimento das diversidades e “ecologia de saberes” (SANTOS, 2010) de cada grupo social e étnico.

Pelas questões destacadas é que o I Colóquio de Pesquisadoras/es das Epistemologias Étnico-Raciais e de Gênero na Educação (I COPERGE), abordou como tema: Vozes Epistêmicas e Saberes Plurais na Educação com principal objetivo de criar espaços colaborativos em que experiências instituintes, sobre educação das relações étnico-raciais e de gênero, sejam fortalecidas e partilhadas entre pesquisadoras/es da área educacional de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES).

Ademais, a conjuntura atual exige-nos investiga-ações, quanto à visibilidade de práticas de produção de conhecimento, mantendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que visem o atendimento das Leis Federais, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, em seus artigos 26 e 79, tais como:

- A Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 que tornaram obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino públicos e privados (BRASIL, 2004; 2008).
- A Lei nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e considerou “desigualdade de gênero e raça; assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais” (BRASIL, 2014).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Este conjunto de instrumentos legais, produzidos nas primeiras décadas do século XXI, é resultante de conquistas de movimentos sociais, especialmente, o movimento negro. São políticas que sustentam reformas educacionais no campo das diversidades e que tiveram impactos com a criação, desde 2003, das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Com a Medida Provisória nº 696, de 2 de outubro de 2015 e a Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016, estas secretarias tiveram maior notoriedade pela criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Entretanto, o conjunto dessas medidas está sendo totalmente extinto, desde o impedimento da Presidente da República Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

Nesta conjuntura política, têm sido desenvolvidas reformas administrativas na estrutura da Presidência da República, por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que transformou o Ministério da Justiça em Ministério da Justiça e Cidadania, incorporando as competências do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Recentemente, todas as secretarias especiais (Políticas para as Mulheres; Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Direitos Humanos; Direitos da Pessoa com Deficiência; Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Direitos da Criança e do Adolescente) foram extintas e o Ministério da Justiça e Cidadania foi transformado em Ministério da Justiça e Segurança pública por força da Medida provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017.

As prerrogativas da LDB e demais dispositivos legais, citados anteriormente, estão sendo invisibilizados e descumpridos com a extinção dos órgãos responsáveis por sua aplicação. Esse jogo de desmantelamento das políticas para Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) se insere numa realidade escolar em que ainda existem muitos docentes, sem uma sólida fundamentação teórica e metodológica quanto aos estudos da cultura africana e afrobrasileira, bem como das epistemologias das relações étnico-raciais e de gênero.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Neste sentido, a produção das práticas pedagógicas termina por valorizar a história e a cultura eurocêntrica em detrimento da africana, reproduzindo esquemas de pensamentos com esteriotipização das matrizes africanas no campo educacional, evidenciando a cultura afro-brasileira somente por ocasião de datas comemorativas como o 13 de maio (Abolição da Escravatura) e o 20 de novembro (Consciência Negra).

As “Vozes Epistêmicas e Saberes Plurais na Educação” funcionaram, neste I COPERGE, como possibilidades de diálogos entre “intelectuais engajados” (GOMES, 2010), com diferentes experiências de enfrentamento da ordem epistêmica conservadora e seus projetos de manutenção das desigualdades raciais e de gênero. Discutiram propostas de intervenção nos modos como a onda conservadora se articula ofensivamente e legitima: o encarceramento e genocídio da juventude negra e LGTT; o avanço do capital sobre territórios (indígena, quilombolas...), a criminalização das mulheres quanto ao aborto; a heteronormatividade e a divisão sexual do trabalho; a banalização das violências e o controle e a mercantilização do corpo e da sexualidade, no individualismo e consumismo como norma (MORENO, 2015).

Nessa ótica, partilhou-se estudos e pesquisa que buscam dar visibilidade e legitimidade aos saberes e experiências historicamente silenciados e desprestigiados na tradição do pensamento eurocêntrico, tendo por base a razão subalterna (MIGNOLO, 2003), construída em territórios de subjugação e colonialidade de saberes e poderes (QUIJANO, 2010).

As diferentes vozes epistêmicas utilizaram experiências de si (LARROSA, 2004) em projetos de pesquisa, criadores e transformadores de práticas educativas. Coletivamente, o I COPERGE (re)conheceu e potencializou cada movimento instituinte de pensamentos decoloniais, socialistas, emancipatórios, incluindo as categorias raça, classe e gênero como formas estruturantes de distintas opressões.

E, com base no princípio da intersetorialidade e da interseccionalidade, manteve diálogo com IES de outros estados brasileiros e socializou estudos e

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

pesquisa sobre relações raciais e de gênero, cujos saberes foram aglutinados por Grupos de Trabalho (GT):

GT 1: As vozes da Educação, Mulheres, Relações de Gênero e Sexualidade, coordenado pelas professoras: *Prof.ª Dr.ª Diomar das Graças Motta; Prof.ª Dr.ª Iran de Maria Leitão Nunes; Prof.ª Dr.ª Raimunda Nonata da Silva Machado e Prof.ª Dr.ª Sirlene Mota Pinheiro da Silva.*

GT 2: As vozes das Professoras Afrodescendentes de Sucesso coordenado por: *Prof.ª Dr.ª Raimunda Nonata da Silva Machado e Prof. Pós PhD Francis Musa Boakari.*

GT 3: As vozes da História Cultural, Educação e Relações Raciais coordenado por: *Prof. Dr. Acildo Leite da Silva.*

GT 4: As vozes das Investigações Pedagógicas Afro-brasileiras coordenado por: *Prof. Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes.*

GT 5: As vozes da Formação de professores/as na educação das relações étnico-raciais coordenado por: *Prof.ª Dr.ª Valdenice de Araujo Prazeres e Prof.ª Dr.ª Karla Cristina Silva Sousa*

Com esses Grupos de Trabalhos foram realizadas três modalidades de atividades: **a) Uma Conferência de Abertura**, que propiciou reflexões sobre o tema central do evento “Vozes Epistêmicas e Saberes Plurais na Educação”; **b) Quatro Círculos de Vozes Epistêmicas (Mesas Redondas)**, que reuniram as principais discussões acerca das experiências instituintes dos grupos de pesquisa e; **c) Dez Diálogos Plurais (Comunicações Orais e Relatos de Expereiênciia)**, que reuniram as produções de diferentes áreas que dialogam com a educação.

Neste e-book, reunimos as produções referentes aos diálogos plurais e, portanto, algumas Vozes Epistêmicas e Saberes Plurais como possibilidades de reconhecer e reinventar formas de pensamentos contra-hegemônicos e de diversidade epistêmica!



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 2001.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

_____. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial In: **Vade Mecum**. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 1434-1438.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOMES, Nima Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. de S.; MENESSES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / Projetos globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 23-130.

MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. SANTOS, B. de S.; MENESSES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p.84-130.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESSES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

PUBLICIDADE MARANHENSE

uma discussão sobre o papel da mulher negra no espaço publicitário contemporâneo

Rosangela Coêlho Costa¹- PPGEEB/UFMA

Suzana Cristina dos Santos²-Gipeab/UFMA

Antonio de Assis Cruz Nunes³-UNESP/MARÍLIA

Resumo: O presente trabalho discorre sobre as análises pertinentes ao papel das mulheres negras nos espaços publicitários e propagandísticos maranhense contemporâneo. A proposta da nossa pesquisa está baseada na provocação da reflexão do indivíduo sobre o poder midiático em propagar a ideia de sensualização da mulher afro maranhense, as condições subalternas representadas em diversos setores publicitários, assim também como essa representação ocorre de forma minoritária em campanhas publicitárias. O artigo faz um breve recorte histórico sobre a publicidade maranhense. Nesse contexto analítico ressaltamos a inferência dos processos complexos da representação social das mulheres negras maranhense na publicidade contemporânea. O referido trabalho apoia-se nos seguintes embasamentos teóricos: Almeida (2006); Bahia (2009); Carvalho (2016); Munanga (2009); Sêga (2013); Silva (2011). Ressaltamos ainda que o referido trabalho se originou do seguinte questionamento: De que forma a mulher negra é representada na publicidade maranhense contemporânea? Pautado nesse questionamento a investigação científica apresenta o seguinte objetivo: provocar por meio de reflexões a desconstrução de estereótipos e ideologias que permite a perpetuação do racismo, preconceitos e discriminação da população negra especialmente as mulheres negras, no campo da publicidade maranhense contemporânea. Desta forma consideramos que este trabalho será uma ferramenta reflexões e ações coletivas para a inserção da mulher afro-maranhense nos espaços publicitários contemporâneos no intuito de oportunizá-las e suscitar a sua participação nesse campo da comunicação de forma igualitária, considerando-a como indivíduo capaz, promissora e de grande relevância na construção da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Mulher negra. Afro maranhense. Publicidade. Racismo

¹Licenciada em Geografia - UEMA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB). Universidade Federal do Maranhão - UFMA/São Luís. E-mail: rsngl.coelho@gmail.com

² Graduada em Pedagogia Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Investigação Pedagógica de Estudos Afro-brasileiros (Gipeab) - UFMA São Luís. E-mail: suzi.cristina2008@yahoo.com.br

³ Doutor em Educação pela UNESP/Marília - SP. Prof. Dr. do Departamento da Educação I. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão UFMA/ São Luís. E-mail: antonio.assis@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Introdução

Para uma abordagem com essa categoria de pesquisa, é imprescindível fazermos um breve recorte dos momentos históricos dos processos de escravização no Brasil. Historicamente, analisamos que as ideologias que persuadem o racismo começaram entre os anos de 1890 e 1925, época em que ocorreu a derrocada do sistema escravista juntamente com o sistema imperial. Por meio de estudos observamos nitidamente a exclusão social do negro na sociedade brasileira. (SILVA; COUTINHO, 2011, p 55).

Nesse contexto social e histórico os processos de discriminação se externalizaram socialmente em caráter institucional com a existência da relação entre senhor – escravo, estabelecida por uma ordem social análoga. (FERNANDES, 2007). Partindo dessas premissas, ressaltamos que a elaboração da discriminação é um processo preexistente utilizado como recurso que provocava o distanciamento social entre as categorias raciais como instrumento de ritualização entre o senhor e o escravo. (FERNANDES, 2007, p. 74).

Segundo Fernandes (2007, p. 68), relata que a manifestação de indígenas em registros de quadros retratando o contato dos colonizadores e conquistadores com os primitivos como o surgimento da civilização industrial, ou seja: não havia uma relação social estabelecida nessa questão da evidência da imagem dos indígenas nos quadros da época, e tão pouco do negro.

Fundamentada nessas análises, enveredamos a referida pesquisa científica para essa abordagem da representação social da mulher negra maranhense no campo publicitário contemporâneo. Assim, este trabalho aponta um recorte sobre a historicidade do negro em campanhas publicitárias, ressaltando-se os elementos que constituem a etnicidade e publicidade, e o seu contexto social na no espaço publicitário brasileiro com subjetividade a maranhense. Para analisarmos a representação social da mulher negra na publicidade contemporânea maranhense. Acreditamos que devemos partir da seguinte lógica conforme Oliveira nos diz sobre o contexto midiático.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

A discussão de mídia e racismo passa, primeiramente, pela caracterização das relações raciais no Brasil e como elas foram se desenvolvendo na construção da república brasileira, enfocando, principalmente o processo de abolição da escravidão, a consolidação de uma tipologia de racismo singular da realidade brasileira e a configuração da indústria midiática (OLIVEIRA, 2011, p. 26).

Em conformidade com os ideários aqui expostos salientamos a relevância dessa investigação científica em fomentar discussões sobre a representação social das mulheres afros maranhense no contexto publicitário contemporâneo na perspectiva de uma atuação igualitária e ativa na condição de um importante agente social na construção da sociedade.

Assim fazemos alusão sobre a imagem da mulher negra em campanhas publicitárias brasileira no contexto da influência em propagandas publicitárias controlada pela ideologia do branqueamento nesta conjuntura publicitária e suas relações sociais relacionadas a essa etnia, analisando as evidências de racismo, preconceito e discriminação racial na publicidade contemporânea maranhense.

Nesse contexto ideológico e científico discorremos de forma crítica e analítica sobre os processos midiáticos e os padrões considerados para relacionar-se na mídia maranhense. O interesse do objeto de pesquisa surgiu de uma situação problematizadora em relação a condição da mulher negra maranhense como sujeito importante nas campanhas publicitárias de forma positiva..

A partir dessa problematização a nossa pesquisa tem como objetivo possibilitar o fomento baseado na desconstrução de estereótipos e ideologias que persuadem o racismo, preconceitos e discriminação da população afro maranhense no campo da publicidade contemporânea.

O estudo científico está alicerçado em fontes bibliográficas utilizadas para a construção do conhecimento com base nas concepções de: Bahia (2009); Fernandes (2007); Lei 12.288/10 (BRASIL, 2010); Munanga (2009); Sêga (2013); Silva (2011), entre outros teóricos. Baseada nessas considerações descrevemos a organização estrutural da nossa investigação científica:

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

No primeiro item da pesquisa discorremos brevemente sobre a historicidade da publicidade brasileira. Na segunda parte do trabalho evidenciamos as análises sobre a representação social da mulher afro maranhense no contexto publicitário contemporâneo e as trajetórias metodológicas atribuídas na pesquisa. e por fim as nossas considerações finais.

Breve recorte histórico da publicidade brasileira

Discorremos brevemente sobre esse importante processo histórico da publicidade brasileira. Porém deixaremos explícito nessa parte do trabalho a diferença entre propaganda e publicidade, pois são termos que se confundem, mas tem explicações epistemológicas diferentes e vezes outras iremos nos referi a uma das duas. Desta forma enfatizaremos sobre as duas categorias trazendo os seus conceitos.

Segundo Carvalho (1940, p. 27) conceitua a Propaganda como um “conjunto de meios de materiais dos quais se pode divulgar e generalizar nos meios públicos, alguma cousa algum fato, algum conceito que possa, direta ou indiretamente, interessar aos meios públicos”. De outro modo o autor traz uma conceituação para Publicidade considerando-a como:

O ato intelectual e moral de se valer desses meios materiais de Propaganda para divulgar e generalizar nos meios públicos, alguma cousa, algum fato algum acontecimento, ou alguma cousa que possa, direta ou indiretamente, interessar esses meios públicos (CARVALHO, 1940, p. 28).

Iniciaremos pelo momento que antecede a criação do primeiro jornal brasileiro, havia algumas instalações de oficinas: a da Impressão Régia ocorrida no mês de maio do ano 1808, pois o período que preexistente a fundação do A Gazeta, a arte gráfica no Brasil se dava de forma clandestina, nesse período foi caracterizado por algumas retaliações como: o bloqueio da autoridade colonial em 1706 ao prelo de Pernambuco que tentava o funcionamento, o fechamento da tipografia de Antonio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro, que conseguiu a sua abertura em

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

1746, e fechada um ano após pela Carta Régia⁴. Posteriormente em setembro do ano de 1808 aconteceu a circulação do A Gazeta do Rio de Janeiro, considerado o primeiro jornal brasileiro⁵.

Com base nessa investigação científica apontamos que a convivência de Portugal com a tipografia já era antiga, datada desde 1487 com a existência de livros e de alguns outros textos impressos, até mesmo alguns instrumentos utilizados na expansão marítima caracterizada por gravuras e papel, esses registros enfatizam a chegada da imprensa tardivamente no Brasil.

Outro importante fato histórico se refere a veiculação de um importante jornal de renome internacional datada de 1º de junho de 1808: o Correio Brasiliense lançado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça em Londres, que tinha como objetivo lança-lo em 1805, mas na condição de fugitivo dos cárceres da Inquisição, Hipólito não teve a oportunidade de fazer o lançamento do jornal o Correio Brasiliense. Nos anos que segue com as tiragens desse importante jornal ocorre muitas críticas, pois o primeiro número do jornal que chega ao Rio de Janeiro traz notícias que deixa perplexo funcionários de alto escalão do estado tradicional, sendo assim as suas campanhas causam repercussão e ganha apoio das classes mais esclarecidas. (BAHIA, 2009, p. 19)

As características do jornal são de matérias com notícias que retratam tudo o que o jornalista sabe com teor de veracidade máxima. Essas verdades colocam em choque as reputações e a moral corrupta do absolutismo, faz reclamações da monarquia constitucional vigente.

Desta forma, o Correio Brasiliense é visto pela alta sociedade como uma publicidade revolucionária, subversiva e incendiária que causa transtornos a

⁴ A Carta Régia é uma espécie de documento oficial que deve ser assinado por um Monarca. Se refere a Carta Régis de 10 de maio de 1747, que proíbe a impressão de livros ou de papéis avulsos e mandava fechar a tipografia, punia os infratores com pena de prisão e exílio, que eram remetidos a metrópole. Esse clima de terror intelectual só muda a partir de 1808. (BAHIA, 2009, p. 18).

⁵O número um da Gazeta sai a 10 de setembro. O jornal integra inovações culturais como o Liceu de Artes, as escolas médicas- cirúrgicas, a Academia de Marinha, a Biblioteca Real. No começo é semanal, publica-se aos sábados. Depois, bissemanal: às quartas e sábados. E mais tarde, às terças, quintas e sábados foram as edições de dezembro de 1808, 19 são extraordinários, sempre com quatro páginas cada. (BAHIA, 2009, p.20).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

sociedade brasileira chegando a ser proibido de circular, é apreendido, censurado e processado no Brasil, e no país colonizador Portugal.

Segundo Bahia (2009, p. 32), o Correio Brasiliense prosseguiu até 1882, por questões política, Hipólito decidiu aderir a Independência do Brasil do mesmo ano e encerra os seus serviços com o jornal voltando para o Brasil, um ano após ocorre a sua morte, ainda foi nomeado imperador, cônsul – geral em Londres.

Sobre o Correio Brasiliense Bahia diz o seguinte:

Em Portugal, a leitura do Correio Brasiliense é violação da lei. A administração do Reino edita avisos e mobiliza a polícia para impedir a sua circulação, que já no número sete alcança as províncias e ostenta uma influência e um prestígio significativos. A vigilância e o rastro do Correio Brasiliense insinuam por uma geografia que cobre Londres, Lisboa e o Brasil, e cujo centro é o Rio, onde o seu representante, Jhon Dodsworth, sofre ameaças e é discriminado. Fracassadas as gestões oficiais para impedir a impressão do jornal na Inglaterra, malogradas as tentativas de calar o jornalista e até de expulsá-lo de Londres, o governo de D. João VI muda de estratégia. Lança a edição inglesa do *Investigador Português*, jornal subvencionado para destilar em suas páginas ataques e injúrias contra Hipólito da Costa (BAHIA, 2009, p. 32-33).

A partir de 1860 o Jornal A Gazeta foi solidificando-se e apresentando novos espaços publicitários para as propagandas do período, marcado pelo surgimento dos painéis, o jornal evidenciava um novo objetivo, servia como fonte de negócios dos senhores escravista, pois anunciaiam vendas, alugueis de escravos, e amas - de - leite, era um negócio rentável para os senhores escravagista.

Observamos desde então, que a criação do Jornal A Gazeta tinha suas subjetividades. A produção do Jornal era recheada de anúncios, vendas de casas, negócios envolvendo a venda dos escravizados, ou negros fugidos. Nesse caráter os anúncios possuíam textos curtos e bem claros sem o uso de ilustrações.

Explorando esse processo histórico da publicidade brasileira percebemos de imediato que os espaços publicitários para a população negra eram de extrema segregação racial. Os meios propagandísticos da época eram direcionados à mulher negra na condição de objeto, de um produto útil para serviços domésticos em geral

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

para a população negra se dava em uma situação simbólica e mercadológica aos interesses escravagista da época.

Elementos discursivos sobre o papel da mulher negra na publicidade maranhense

Versar sobre o contexto publicitário maranhense é necessário fazer um breve recorte histórico sobre os primeiros registros impressos no Maranhão. Segundo Serra (2005) no Estado do Maranhão as primeiras edições ocorreram nos anos 1820, quando a primeira tipografia chega ao estado funcionando imediatamente. Após duas décadas passou a se chamar de Tipografia Nacional, logo em seguida surgiu a Tipografia Constitucional fundada por Clementino José Lisboa.

Assim as instalações das tipografias foram melhoradas desde 1843, essas melhorias foram iniciadas por Francisco Sales Nunes quando regressou da Europa e permitiu fazer grandes tiragens. Salientamos que no ano de 1821 a Província maranhense contava com um jornal oficial e noticioso: O Conciliador do Maranhão. Durante os anos que seguiam surgiram uma quantidade expressiva de jornais os quais citamos: (1823/1824) O amigo do homem, (1825) Argos da Lei redigido por Manuel Odorico Mendes. (1828) Farol Maranhense, (1946) (1829) d' A Estrela do Norte sob o comando de redação de J. Pereira da Silva entre outros importantes jornais que surgiram. (SERRA, 2001, p. 23-25).

Pesquisas realizadas sobre a imagem do negro em campanhas publicitárias já evidenciam que a população negra não é representada de forma positiva, além disso, o número de profissionais negros (as) em áreas de publicidades é minoria, contrariando o que determina a Lei 12.288/2010 a assegurar a oportunidade e igualdade em trabalhos publicitários. (BRASIL, 2010, p. 32)

A mídia tem um papel difusor de ideias, é nesse ponto que se torna uma dicotomia dos fatos, quando se faz análise sobre o que a imagem retratada do (a) negro(a) está transmitindo para a sociedade. Pois esse processo mercadológico de cunho capitalista as ideologias impostas pela mídia são estereotipadas e distorcidas

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

nesse viés publicitário quando se refere a população negra. As campanhas publicitárias maranhenses são direcionadas para a maioria branca, a participação das mulheres afros maranhense é visivelmente a minoria.

Nesse contexto analítico ressaltamos a inferência dos processos complexos da representação social dos afros maranhense na publicidade contemporânea. Sobre a representação social, atualmente esse termo perpassa pela psicologia social, porém já foi muito usada na sociologia sendo resgatadas por Serge Moscovici (2003, p. 39) na década 60. Para o autor essas representações interpretam e refletem sobre a realidade do cotidiano perpassando pelo conhecimento da atividade mental realizada por grupos e individual, solidificando suas posições em relações a situações e posição que o indivíduo ocupa na sociedade que está relacionada com os processos simbólicos. (SÉGA, 2000, p.128 - 129).

Os instrumentos de coletas de dados foram baseados em observações na unidade social de pesquisa em uma loja especializada em modo afro K3brada situada na Rua do Giz, S/N, Centro na cidade de São Luís - MA, e entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Na ocasião da entrevista houve a participação de três modelos negras. O tipo de entrevista adotada foi a semiestruturada. A nossa opção por entrevista semiestruturada ocorreu pela possibilidade de o pesquisador apresentar suas ideias de acordo com a suas experiências vividas, além da entrevista permitir ao (a) entrevistado (a) o reconhecimento as informações por meio dos fenômenos sociais. (TRIVIÑOS, 1997, p. 74).

Para as análises de dados aqui propostas aplicamos um questionário especificamente a mulheres negras que atuam na área de Publicidade como modelos, no total de 03 pessoas na condição de sujeito da pesquisa. As questões foram elaboradas na perspectiva metodológica qualitativa. Trazemos então o seguinte questionamento direcionado aos sujeitos da pesquisa, para os quais usamos pseudônimos. Evidenciamos a seguinte indagação:

De que forma você observa a imagem da mulher negra em campanhas publicitárias maranhenses na contemporaneidade?

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 1 - Representação da mulher negra em campanhas publicitárias maranhenses

SUJEITOS	RESPOSTAS
MODELO	“A mídia maranhense não tem apresentado a mulher negra, por nenhum meio, seja em propagandas, programas de TV e telejornais. Desse modo, ainda vejo a mulher negra na mídia maranhense desvalorizada”.
TULIPA	“Quando se refere a épocas de homenagem a raça vejo bastante. Quando não, aparecem em minoria, como cota de uma modelo negra no meio de outros 10 brancas”
ORQUÍDEA	“Acredito que as campanhas publicitárias maranhenses tentam chegar o mais próximo possível da realidade da cultural e racial da nossa cidade, principalmente quando se falamos de representatividade, está ligada somente aos aspectos culturais, colocando a mulher negra como somente na visão a qual ela está estereotipada, como, no Bumba meu boi, no tambor de crioula e outras... Mas a visão da mulher negra como protagonista, ainda está distante da realidade maranhense, desconsiderando que a maior parte de nossa população é de negros”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Com base nas respostas das entrevistadas apresentadas sobre o discurso referente à representação social da mulher negra na Publicidade contemporânea, concordamos que ainda é um tema para ser bastante discutido.

Sobre as análises da resposta da Modelo a visibilidade da mulher negra em propagandas publicitárias televisa em geral é nula; ela considera que a mídia maranhense desvaloriza o negro no espaço publicitário. A entrevistada seguinte, Tulipa, considera que a aparição da mulher negra na mídia maranhenses se dá de forma isolada, em momentos festivos e de forma minoritária na tendência de atender à cota prevista na Lei 12.288/10. Enquanto Orquídea tem uma visão mais contextualizada sobre o assunto, ligando a participação do negro no contexto publicitário maranhense de forma estereotipada, pois as aparições acontecem quando estão relacionadas às festividades culturais maranhenses. Declara ainda que o protagonismo da mulher afro maranhense na publicidade local ainda não acontece no espaço midiático maranhense, e raro em casos específicos a exemplo de publicidades relacionada as manifestações culturais locais.

Constatamos então, que na fala dos entrevistados, o entendimento de que os papéis do afro-maranhense em campanhas publicitárias ocorrem num processo de minoração, e o estereótipo ainda predomina, quando a campanhas

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

atendem apenas a um objetivo singular, ou seja: a imagem da mulher negra é utilizada somente para simbolizar uma dança cultural típica da localidade, a representação social do negro no espaço publicitário perpassa por uma internalização de estereótipos (MUNANGA, 2005, p 52).

Assim observamos que nas campanhas publicitária maranhense, é notória a participação maciça de pessoas brancas enquanto as mulheres negras ocupam espaços peculiares, alusivos à cultura negra da localidade ou de condição social subalterna salvo raras exceções.

Diante dos resultados da nossa pesquisa percebemos que a imagem do negro ainda é carregada de estereótipos, isso nos faz repensar nas relações raciais sobre a perspectiva da ideologia do branqueamento na mídia brasileira e no contexto publicitário, em que predomina a superioridade dos pensamentos eurocêntrico minorizando a participação dos afros maranhense nos espaços publicitários.

Justificando a ideologia do branqueamento evidenciamos que:

A elite negra do século passado reproduzia, portanto, inconscientemente, os efeitos do branqueamento acreditando que os valores das classes brancas eram a verdade e o caminho a ser trilhado. Essa elite engraxada aconselhava os demais negros a adotar uma conduta moral condizente com a cultura e o poder hegemônico, pois esta seria a norma, mesmo que ideologicamente falsa. A ideologia do branqueamento faz acreditar que o Brasil seja constituído por maioria feneticamente caucasiana. Da perspectiva política, parece-nos que isso dificulta enfrentar o racismo de forma mais eficaz, fomentando uma consciência racial entre brancos e negros fragmentada. O branco, com características europeias, aparece nas telenovelas como a norma e o padrão de referência da beleza. O negro como o inverso de tudo (ALMEIDA, 2016 p. 97).

Baseada neste contexto ideológico coadunamos com o autor em apontar fatos atribuídos à teoria do branqueamento como um grande contribuidor para a perpetuação do racismo. Logo dizemos que as mulheres afros maranhense estão sempre associadas na publicidade contemporânea à uma situação simbólica e representativa de alguma coisa peculiar conforme as análises do nosso trabalho.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Considerações finais

No decorrer da construção do referido trabalho percebemos a negação do negro em vários contextos sociais, pois o racismo se caracteriza como institucional, em razão do distanciamento social entre negro e branco ser histórica.

A representação social do negro afro maranhense na publicidade contemporânea aqui discorrida demonstra que ainda é carregada de estereótipos e discriminações, ocupando sempre lugar em posições desiguais á não ser quando é uma mídia direcionada a cultura local, este tem a sua representação garantida em campanhas publicitárias para esses fins.

Evidenciamos que o trabalho midiático adota uma subjetividade de etnomídia, o qual evidencia um lugar maior para a participação dos não negros, enquanto os afros maranhenses ocupam um espaço minoritário, definindo o lugar do negro em posições estereotipadas. .

Portanto enfatizamos que o nossa pesquisa investigativa se organiza na possibilidade de que haja oportunidades para a população negra nos processos midiáticos na possibilidade de desconstrução de estereótipos que produzem o racismo, preconceitos e discriminação das mulheres afro maranhenses no campo da publicidade contemporânea.

Diante do supracitado, almejamos que a nossa investigação científica possa favorecer significativamente com ações e reflexões sobre a representação social da mulher afro maranhense em campanhas publicitárias contemporâneas no intuito de abrir espaços e suscitar a participação do negro no âmbito publicitário de forma igualitária

Referências

ALMEIDA, Maureci Moreira de. **Ideologia do branqueamento nas telenovelas Brasileiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAHIA, Benedito Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. 5^a ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

BRASIL. Lei 12. 288/2010. In: **Igualdade racial e étnica**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CARVALHO, Ernani Macedo de. **Publicidade e propaganda**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2^a ed. Revista. São Paulo: Global, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

MUNANGA, Kanbegele. (org), **Superando o Racismo na escola**. 2^a ed Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVIEIRA, Dennis. Etnomídia: a construção de uma paisagem étnica na linguagem midiática. In: BATISTA, Leonardo Leandro; LEITE, Francisco. (Orgs.). **O negro nos espaços publicitários brasileiro: perspectivas contemporâneas em diálogos**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP. 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÊGA, Rafael Augustus. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. In: Revista Anos 90, Porto Alegre: nº 13. Junho de 2000.

SERRA, José. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa do Maranhão**. São Paulo

SILVA, Fernando Mendes da. COUTINHO, Renata Corrêa Coutinho. **Raízes Históricas da Propaganda no Brasil e no Mundo**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-coutinho-raizes-historicas-da-propaganda-no-brasil-e-no-mundo.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2017.

SILVA. Dilma. de Melo. A imagem do negro no espaço publicitário In: BATISTA, Leonardo Leandro; LEITE, Francisco (orgs.). **O negro nos espaços publicitários brasileiro: perspectivas contemporâneas em diálogos**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

ARQUEOLOGIA DE RESISTÊNCIAS COM PROFESSORAS AFRODESCENDENTES UNIVERSITÁRIAS

Walquíria Costa Pereira - UFMA⁶

Thays Coelho França - UFMA⁷

Raimunda Nonata da Silva Machado - UFMA⁸

Resumo: Relato das experiências vivenciadas durante o processo de iniciação científica com projeto de pesquisa intitulado “Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior: vozes epistêmicas” que, dentre outros objetivos, analisa o que as produções acadêmicas, como dissertações e teses, revelam sobre as “maneiras de fazer” (CERTEAU, 1994) de professoras afrodescendentes universitárias. As atividades de iniciação científica, neste projeto, fazem uso da arqueologia (FOUCAULT, 2012) de memórias “subterrâneas” (POLLAK, 1989), garimpando as trajetórias e narrativas de mulheres afrodescendentes que atuaram e atuam no Magistério Superior, por meio dessas produções. Nessa perspectiva, este relato descreve o percurso vivido neste processo investigativo, realizando análises e reflexões, acerca das dificuldades e aprendizagens vivenciadas, indicando as possíveis contribuições desses estudos como dispositivos de resistência e luta (FOUCAULT, 2000). Nesse percurso vimos que estudos sobre Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior desafiam e superam condições impostas pela cultura epistemológica eurocêntrica ao enfatizarem epistemologias de subversão que questionam a cultura hegemônica. São produções científicas que realizam um diálogo decolonial, enfatizando novos modos de existência e significações, contudo, apesar de se constituírem como dispositivos de resistência e luta, existem um número pequeno de produções que destaca a mulher afrodescendente professora nas universidades.

Palavras-chave: Professoras Universitárias. Afrodescendência. Arqueologia de Resistências.

⁶Discente do Curso de Pedagogia e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), ambos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. É bolsista de iniciação científica, pelo PIBIC, do Projeto de Pesquisa “Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior: vozes epistêmicas”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado. Email: walquiria.pereira28@gmail.com.

⁷Discente do Curso de Pedagogia e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), ambos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. É voluntária de iniciação científica, pelo PIBIC, do Projeto de Pesquisa “Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior: vozes epistêmicas”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado. Email: thays.coelhofran@gmail.com.

⁸ Docente Adjunta do Departamento de Educação II do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Introdução

A sociedade patriarcal a qual estamos inseridos continua sendo bastante excludente, preconceituosa, discriminatória e sexista. As relações de poder, marcantes no modelo patriarcal e eurocêntrico, contribuem para que ao longo dos anos as mulheres enfrentem diferentes formas de discriminações e exclusão, resultando em uma invisibilidade, tendo em vista a grande evidência da dominação masculina.

Essa invisibilidade sofrida pelas mulheres, historicamente, é mais evidente entre as mulheres afrodescendentes, pois fazem parte de um grupo mais segregado e explorado. Sofrem preconceitos tanto raciais quanto de gênero, o que evidencia a ideia de que o seu papel na sociedade é apenas de servir aos outros (HOOKS, 1995).

É nesta perspectiva que faremos uma reflexão de nossas experiências de iniciação científica com a realização do estudo acerca da arqueologia de resistência, garimpando as trajetórias e narrativas de mulheres afrodescendentes que atuaram e atuam no Magistério Superior presentes em dissertações e teses desenvolvidas na área da educação.

Para isso, apresentamos os caminhos trilhados durante esse movimento epistemológico de apropriação dos conhecimentos já produzidos, no campo educacional, sobre professoras universitárias afrodescendentes, bem como os principais resultados parciais desta pesquisa.

Iniciação científica: primeiros caminhos trilhados

Os estudos sobre como, ao longo dos séculos, as mulheres - principalmente as afrodescendentes - estão sendo silenciadas, omitidas e negligenciadas, tanto no que se refere à educação quanto a própria existência na sociedade, só foram possíveis a partir do nosso contato com o projeto de pesquisa intitulado Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior: vozes epistêmicas

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

(MAfro), cujo principal objetivo é analisar como se dá o ingresso e a participação de professoras afrodescendentes no magistério superior da Universidade Federal do Maranhão e do Piauí (UFMA e UFPI).

Dessa forma, foi possível compreender a importância socioeducacional e política da temática, por trazer à tona formas sociais de não-existência, aquelas consideradas ignorantes, inferiores, sem valor, em outras palavras, “aqueelas que estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas” (SANTOS, 2000, p.17) e dar visibilidade e reconhecimento a sujeitos historicamente excluídos dos papéis sociais.

Esses estudos foram de grande importância para a nossa inserção no processo da pesquisa científica, possibilitando oportunidades de crescimento intelectual e nos impulsionando reflexões de como é possível nos tornar “intelectuais engajadas” (GOMES, 2010), considerando nossa preocupação em produzir conhecimentos, de forma a evidenciar a relevância social, política, pedagógica, epistemológica e científica dos estudos sobre as mulheres e principalmente sobre as mulheres afrodescendentes.

Nossa inserção neste projeto de pesquisa contribuiu para a apropriação de novos conhecimentos científicos, permitindo o nosso amadurecimento pessoal e intelectual diante da academia, proporcionando nosso protagonismo em sala de aula.. Nesse sentido, esses estudos contribuíram para entendermos como o conhecimento é produzido historicamente e a forma como o sujeito conhece (JAPIASSU, 1979).

Outro aspecto relevante é que procuramos, em nossos estudos, fazer um movimento de transição epistemológica da eurocentricidade para a decolonialidade, a partir de novas leituras realizadas. Embora, ainda utilizamos autores eurocêntricos, a exemplo Michel Foucault (1926-1984) e Michel de Certeau (1925-1986), já iniciamos estudos com autoras/es decoloniais que valorizam a diversidade epistêmica e a produção de saberes e experiências plurais, sobretudo, da

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

perspectiva subalterna como: Angela Davis, Boaventura Santos, Aníbal Quijano, Hilton Japiassu (1934-2015), Nilma Gomes, dentre outros.

Essas/es novas/os autoras/es possibilitaram nossa compreensão sobre as epistemologias de subversão (feminismo, gênero, sexualidade, geração, etnia, afrodescendência, dentre outras) e tem nos direcionado para o questionamento de produções na lógica eurocêntrica.

Desse modo, temos sido desafiadas, neste processo de iniciação científica, a desenvolver os planos de trabalho: Memórias Femininas e Sistemas de Poder e Memórias de Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior da UFMA objetivando:

- Aprofundar conhecimentos sobre memórias femininas interseccionadas por sistemas de poder tais como: relações de gênero, afrodescendência e classe social em uma perspectiva histórica e cultural.
- Proceder a uma arqueologia de memórias “subterrâneas”, garimpando produções acadêmicas em dissertações, teses e periódicos que analisam memórias de professoras afrodescendentes no Magistério Superior.
- Analisar o que essas produções revelam sobre as “maneiras de fazer” das professoras afrodescendentes universitárias e as repercussões de seu trabalho docente.

O trabalho de proceder a uma arqueologia de memórias subterrâneas, a partir de periódicos, dissertações e teses que analisam trajetórias de professoras afrodescendentes no Magistério Superior, analisando o que essas produções revelam sobre as “maneiras de fazer” das professoras afrodescendentes universitárias contou com o seguinte *modus operandi*:

Inicialmente, realizamos o levantamento e análise das produções acadêmicas, acerca de nossa temática (memórias de professoras afrodescendentes que atuam na educação superior), nos periódicos da área da educação. Essa arqueologia nos permitiu encontrar doze artigos científicos que analisaram como se dá o ingresso dessas mulheres na docência superior, resultando nas seguintes produções:

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

**a) Mulheres Afrodescendentes no Magistério Superior: o que dizem
periódicos científicos?** – pôster apresentado, em 2017, na II Jornada Científica do CCSO: identidades, ideologias e democracia – múltiplos olhares nas Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**b) As professoras afrodescendentes universitárias e os discursos
acadêmicos** – comunicação oral apresentada em 2017, no IV Congresso sobre Gênero, Educação e Afrodescendência: descolonialidades e cosmovisões da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

c) Professoras Afrodescendentes Universitárias: memórias em produções científicas – pôster apresentado, em 2017, no Seminário de Iniciação Científica (SEMIC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A análise das trajetórias socioeducacionais das mulheres afrodescendentes, a partir dos artigos científicos, foi de grande importância pois possibilitou oportunidades de sistematização de conhecimentos, vivenciando procedimentos de análise de base antropológica como a interpretação da interpretação (GEERTZ, 2008), além de ter se constituído como incentivo para a continuidade desse estudo, com a realização da arqueologia das resistências, garimpando, também, em dissertações e teses, estas memórias de professoras afrodescendentes que atuam na educação superior.

Garimpando dissertações e Teses: ampliando a pesquisa

As trajetórias socioeducacionais de mulheres afrodescendentes são imbricadas por estigmas estabelecidos pela lógica eurocêntrica, patriarcal e racista que as definem como sujeitos que não possuem potencialidades intelectuais, pois de acordo com esse modelo, cabe aos homens o privilégio da intelectualidade (QUEIROZ, 2001).

Dessa forma, a inserção dessas mulheres na docência superior é um movimento decolonial. O reconhecimento da mulher afrodescendente como intelectual e sua atuação no magistério superior é pouco evidenciado diante de um

espaço acadêmico que ainda prioriza a lógica eurocêntrica na produção de conhecimento.

No desafio de proceder à arqueologia de memórias “subterrâneas” garimpamos as produções acadêmicas em dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação, defendidas entre 2004 e 2017. Encontramos poucas discussões sobre a temática, conforme sistematizamos nos quadros 1 e 2.

Quadro 1: Dissertações sobre Mulheres Afrodescendentes na Docência Superior

AUTORAS/RES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO E ANO
Michele Lopes da Silva	Mulheres negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte – MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG 2007
Maria Aparecida dos Santos Crisostomo	Mulher negra: trajetórias e narrativas da docência universitária em Sorocaba – São Paulo	UNIVERSIDADE DE SOROCABA – UNISO 2008
Raimundo Nonato Silva Junior	A cor na Universidade: um estudo sobre identidade étnica e racial de professores/as negros/as na Universidade Federal do Maranhão no Campus do Bacanga.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA 2011
Isabel Machado	Professoras Negras na UERJ e cotidianos curriculares a partir dos primeiros tempos do acervo fotográfico J. Vitalino	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ 2011
Maria do Rosário de Fátima Vieira da Silva	Mulher afrodescendente na docência superior em Parnaíba: memórias da trajetória de vida e ascensão social	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI 2012
Maria Aparecida dos Santos Crisostomo	Mulheres negras no cotidiano universitário: flores, cores e sentidos plurais	UNIVERSIDADE DE SOROCABA – UNISO 2014
Taiana Flores de Quadros	Vidas de mulheres negras, professoras universitárias na Universidade Federal de Santa Maria	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM 2015

Fonte: Quadro produzido pelas autoras

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Quadro 2: Teses sobre Mulheres Afrodescendentes na Docência Superior

AUTORAS/RES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO E ANO
Eliana de Oliveira	Mulher negra professora universitária: trajetória, conflitos e identidade	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM 2004
Maria Clareth Gonçalves Reis	Trajetórias de mulheres negras , professoras que atuam no ensino superior: as histórias de vida que as constituíram.	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF 2008
Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves Holanda	Tornar-se negro: trajetórias de vida de professores universitários no Ceará.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC 2009
Margareth Maria de Melo	Gerando eus, tecendo redes e trançando nós: ditos e não ditos das professoras e estudantes negras nos cotidianos do curso de pedagogia	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ 2012
Maria de Lourdes Silva	Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR 2013

Fonte: Quadro produzido pelas autoras

Inicialmente, nos quadros 1 e 2 evidenciamos as seguintes unidades de análises: autor, título, instituição e ano de defesa, para nos ajudar na sistematização e análise. Vale ressaltar que ainda estamos desenvolvendo a leitura e análise de cada uma dessas produções.

Essas primeiras aproximações, acerca das memórias de professoras afrodescendentes que atuam na educação superior, constituem um exercício teórico e metodológico que estamos chamando de arqueologia de resistências.

Deste processo, vimos que estas produções são desenvolvidas, majoritariamente, por mulheres. Também, é possível ampliar o alvo, desta pesquisa, tendo em vista a possibilidade de localizarmos mais registros, dessas memórias, em produções que não tematizam diretamente as mulheres afrodescendentes ou negra, a exemplo da dissertação de Raimundo Nonato Silva Junior que, analisou a questão

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

da identidade étnico-racial e o processo de construção do quadro de docentes da UFMA, investigando a trajetória de 8 (oito) professores negros, sendo 4 (quatro) homens e 4 (quatro) mulheres; e a tese de Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves Holanda, que investigou os processos de construção de subjetividades de 10 (dez) professores universitários negros da Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo 6 (seis) homens e 4 (quatro mulheres).

Os resultados parciais, desta arqueologia de resistências, evidenciam que são poucos os estudos sobre a trajetória de mulheres afrodescendentes que atuam no magistério superior, demonstrando o quanto este grupo continua sendo alvo de preconceitos e discriminações. Para Boakari (2015, p. 29), a mulher afrodescendente:

Têm que comprovar as suas competências, capacidades e outras qualidades em todas as horas e contextos. Uma vida de testes e testagem permanentes. Vivência histórica de provações, autoavaliações, questionamentos, autoafirmação, desconfianças e autoconfiança cotidianas.

Neste percurso de iniciação científica, compreendemos que os estudos acerca das memórias de professoras afrodescendentes que atuam na educação superior, desafiam e superam condições impostas pela cultura epistemológica eurocêntrica ao enfatizarem epistemologias de subversão que questionam a cultura hegemônica.

Dessa forma, são dispositivos de resistência e luta que provocam diálogo decolonial, enfatizam novos modos de existência e representações, continuam denunciando a invisibilidade da população africana e afrodescendente nas produções intelectuais e mostra a relevância social, política e científica desta temática como prática de resistência à hegemonia dos saberes, experiências e conhecimentos eurocêntricos.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Referências

BOAKARI, Francis. Mulheres Brasileiras Afrodescendentes de Sucesso: o discurso do fazer, fazendo diferenças. In: BOAKARI, F. M. **Educação, Gênero e Afrodescendência: a dinâmica das lutas de mulheres na transformação social.** Curitiba: CRV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Tradução de Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. Sobre a História da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação da cultura.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, N. L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologia do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras.** V. 3, n. 2. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 15 fev 2018.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao Pensamento Epistemológico.** Rio de Janeiro: F. Alves, 3ed, 1979.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silencio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, D. M. **Raça, Gênero e Educação Superior.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, UFBA, 2001. 320p. Disponível em: http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_tese_2001_DMQueiroz.pdf. Acesso em: 03 de set. de 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

ESTUDOS SOBRE MULHER, PROFESSORA E AFRODESCENDENTE

Glaucia Santana Silva Padilha⁹

Raimunda Nonata da Silva Machado

Resumo: Este relato discute a experiência vivenciada com o projeto de pesquisa intitulado Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior: vozes epistêmicas, cuja investigação realiza o mapeamento de professoras afrodescendentes que atuaram e atuam na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e elabora narrativas (BENJAMIN, 1985) sobre a trajetória social (BOURDIEU, 1996) dessas mulheres. Utiliza perspectiva teórica pós-crítica, especialmente as análises pós-coloniais e decoloniais, e, como instrumento metodológico, entrevistas semiestruturadas, buscando dar visibilidade às suas práticas educativas. Apresenta alguns caminhos percorridos durante o processo investigativo, destacando as principais aprendizagens e implicações no processo de formação acadêmica e científica, partindo do pressuposto de que as epistemologias de subversão (feminismo, gênero, sexualidade, geração, etnia, afrodescendência, dentre outras) questionam a cultura hegemônica e ampliam a produção de conhecimentos com abordagens decoloniais, ao privilegiar saberes e experiências consideradas subalternas. Os resultados apontam para a importância da experiência de iniciação científica no valioso processo de apropriação de novos conhecimentos, bem como para o surgimento de novas reflexões e novos questionamentos acerca da temática em estudo.

Palavras-chave: Experiências de Pesquisa. Mulher. Afrodescendente.

Introdução

O sujeito mulher tem sido visto em um lugar pouco privilegiado dentro da sociedade. Apesar das lutas e reivindicações feministas, seu papel ainda está vinculado ao âmbito da vida privada, nos cuidados domésticos e com os filhos, enquanto que a vida pública não causa estranheza aos homens. Esses são, também, alguns dos problemas que marcam as experiências de mulheres afrodescendentes.

Ao longo dos séculos, esta situação tem sido fortemente combatida pelos movimentos de mulheres e feministas. A partir da década de 1960, por exemplo,

⁹Discente do Curso de Pedagogia e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), ambos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista do PIBIC/FAPEMA, do Projeto de Pesquisa “Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior: vozes epistêmicas”, coordenado pela Prof.ª Dr.ª Raimunda Nonata da Silva Machado.

com o feminismo radical, as mulheres lutavam por sua emancipação social e política, denunciando a opressão a que estavam sujeitas (COSTA et al., 2003).

Esta compreensão só foi possível a partir do nosso ingresso no Projeto de Pesquisa Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior: vozes epistêmicas, que nos despertou o interesse por essas questões, mediante estudos realizados sobre mulheres afrodescendentes, por meio da interseccionalidade entre as relações de gênero, raça e afrodescendência, alterando e ampliando nossa compreensão sobre os papéis vividos pelo sujeito mulher na contemporaneidade.

Estudos como “Sejamos todos feministas” de Chimamanda Ngozi Adichie, nos fizeram entender os muitos estereótipos negativos que pesam sobre as mulheres e ainda, a naturalização do preconceito, em virtude da regularidade com que o presenciamos, pois, segundo Adichie (2012, p. 11): “se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal”.

Além desses estudos, nossa participação neste projeto de pesquisa possibilitou ainda mais novos conhecimentos. O processo de iniciação científica passou a fazer parte do nosso cotidiano educacional, fomentando a apropriação de conhecimentos científicos relevantes para a carreira educacional e profissional.

Foi na execução desse projeto que estudamos o que é epistemologia, a partir da obra de Japiassu (1979), onde discutimos alguns dos seus conceitos como formas de elucidar a atividade científica que nos dedicaríamos. Nesse período, compreendemos alguns conceitos epistemológicos de subversão e como eles podem fazer ruptura com a lógica epistêmica colonizadora, a partir dos estudos realizados em Boaventura Santos (2010) acerca da ecologia de saberes, pensamento abissal e pós-abissal.

É preciso considerar que a nossa inserção no projeto, mesmo que inconscientemente, estava diretamente relacionada ao fato de que somos mulher e afrodescendente. Mas, foi no decorrer da pesquisa, que nos reconhecemos como tal, possibilitando a afirmação de nossa identidade, que segundo Gomes (1995, p. 40) “não é inata, ela se constrói em determinado contexto histórico e cultural”. O fato de sermos mulher afrodescendente tornou o projeto de pesquisa, um elemento

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES (19 a 23 de março de 2018)

motivador para a apropriação do conhecimento e sua mobilização no contexto acadêmico.

Nesse desafio, da iniciação científica, nos debruçamos em estudar: Perspectivas de Mulheres Afrodescendentes no Magistério Superior da UFMA, visando:

a) Efetuar o mapeamento de professoras afrodescendentes que atuam e atuaram na UFMA.

b) Elaborar narrativas sobre as trajetórias das professoras afrodescendentes, evidenciando acontecimentos, experiências educacionais e profissionais, saberes, aprendizagens, ensinamentos, estratégias e produções em uma perspectiva histórica e cultural.

Nesse sentido, como critérios de inclusão e exclusão para estruturação do *corpus* dessa pesquisa, utilizamos o Método de identificação racial, conforme sistema classificatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

a) **Autoatribuição:** a própria pessoa da classificação escolhe seu grupo;

b) **Heteroatribuição:** outra pessoa (os/as pesquisadores/as) atribui a classificação negra ou afrodescendente ou define o seu grupo de pertencimento dos sujeitos da pesquisa.

Juntamente com a orientadora deste estudo, inicialmente, elaboramos uma lista de professoras da UFMA que consideramos afrodescendentes, tendo por base nossa própria vivência acadêmica, aproximação com algumas professoras e informações do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), fazendo uso do critério da heteroatribuição.

Nessa definição, não consideramos a marcação da cor da pele como um atributo exclusivo, possibilitando a participação, nesta pesquisa, de mulheres que não possuam essa característica fenotípica, mas que se reconheçam afrodescendentes, tendo em vista a sua ancestralidade com vivências socioculturais, lingüísticas, étnicas descendentes de africanas/os sulsaarianas/os (não subsaarianas/os) de todos os tempos e presentes em todas as partes do mundo atual. O termo é usado como uma perspectiva que “reconhece a humanidade de

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

todos, acredita na origem africana de todos os seres humanos e confia na sua vocação ontológica" (BOAKARI, 2015, p. 22).

A partir desta lista inicial organizamos, no VI EMEMCE & VI SIMPERGEN¹⁰, rodas de vivências intituladas: "Professoras Afrodescendentes Universitárias" com a participação das docentes:

1. Prof.^a Dr.^a Marileia dos Santos Cruz (CCSST/UFMA)
2. Prof.^a Dr.^a Raimunda Nonata da Silva Machado (DE II/UFMA)
3. Prof.^a Dr.^a Sirlene Mota Pinheiro da Silva (DE I UFMA)
4. Prof.^a Dr.^a Tatiane da Silva Sales (Codó/UFMA)
5. Prof.^a Dr.^a Rosemary Ferreira da Silva (DE I/UFMA)
6. Prof.^a Dr.^a Herli de Sousa Carvalho (CCSST/UFMA)
7. Prof.^a Ma. Maria da Guia Viana (CCHNST/UFMA)
8. Prof^a Dr^a Franciele Monique Scopetc dos Santos (Codó/UFMA)
9. Prof.^a Ma Kelly Almeida de Oliveira (Codó/UFMA)
10. Prof^a Ma Francilene Brito da Silva (UFPI/PI)
11. Prof^a Esp. Isabel Cristina Costa Freire (CEST)

Essas professoras apresentaram relatos de experiências, refletindo sobre suas trajetórias educacionais, formação, pesquisas, práticas educativas com destaque às questões étnico-raciais e/ou de gênero na educação superior.

Atualmente, estamos analisando os relatos destas professoras e realizando entrevistas, no sentido de compreender: qual tem sido a *epistémê* dominante na produção científica entre este grupo de professoras afrodescendentes? O que produzem? Por que produzem? Quem são as mulheres

¹⁰ O VI Encontro Maranhense sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar (VI EMEMCE), e o VI Simpósio Maranhense de Pesquisadoras (es) sobre Mulher, Relações de Gênero e Educação (VI SIMPERGEN) aconteceu na UFMA, no período de 11 a 14 de setembro de 2017. Foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado), por meio do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), com apoio do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, Cidadania e Relações de Gênero (NIEPEM), afiliado a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

afrodescendentes que participam dos territórios questionadores das visões universais e da racionalidade moderna, afastando-se da *epistémê* ocidental hegemônica? Quais são as suas “maneiras de fazer” na universidade e as repercussões de suas práticas acadêmicas docente?

Deste grupo de professoras afrodescendentes, fizemos nosso primeiro contato com a Professora Doutora Rosemary Ferreira da Silva, que prontamente aceitou nosso convite, disponibilizando-se para colaborar com a nossa pesquisa, concedendo a primeira entrevista do projeto.

A valorização da história oral, como método de investigação científica, é ainda recente. Benjamin (1993) afirma que a narrativa permite viver uma experiência, pois quanto menos as histórias são contadas, mais rápido são esquecidas.

As entrevistas ampliam os relatos das professoras nas rodas de vivência do VI EMEMCE & VI SIMPERGEN e nos ajudam na compreensão acerca das suas contribuições, na produção de novos conhecimentos que façam ruptura com a epistemologia ocidental hegemônica, especialmente a forma como ingressaram na universidade e participam das atividades acadêmicas e científicas, fortalecendo sua atuação docente.

Assim, optamos por gravar entrevistas e transcrevê-las, “buscando observar os momentos relevantes em suas vidas, sem perder de vista os objetivos da pesquisa” (REIS, 2017, p. 49).

A entrevista, com a professora Rosemary Silva, aconteceu nas dependências da UFMA, com duração de aproximadamente sessenta minutos. A sua trajetória escolar já havia sido relatada durante sua participação no VI EMEMCE e VI SIMPERGEN, porém, alguns aspectos suscitararam-nos mais indagações e necessidade de alguns esclarecimentos. Também, outras questões próprias da pesquisa não foram contempladas nas rodas de vivência deste evento.

Vale ressaltar que, a identificação das professoras é importante no sentido de dar visibilidade tanto aos processos de produção intelectual (circulação e

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

apropriação das ideias e ações) quanto à pessoa mulher afrodescendente praticante destas produções.

As aspirações, deste estudo, pretendem registrar existências narradas e seus significados, contribuindo com a produção de memórias e a visibilidade de mulheres “intelectuais afrodescendentes com seus posicionamentos políticos, científicos e pedagógicos comprometidos e interessados em diferentes questões sociais” (MACHADO, 2016, p. 9).

Nessa trajetória de iniciação científica, atualmente, estamos enfrentando os desafios do processo de análise da entrevista realizada, tendo em vista que existem inúmeros fatores que nos acompanham durante nossa jornada acadêmica, especialmente o fato de vivermos múltiplas atividades, como esposa, mãe e estudante.

Para além do esforço individual, o percurso trilhado na iniciação científica possibilitou-nos romper com a ideia da naturalidade das coisas, possibilitando novas compreensões sobre o que é ser mulher afrodescendente, bem como a apropriação de ferramentas teóricas no enfrentamento ao determinismo, colocado, histórica e socialmente, às mulheres, que, constantemente, precisam afirmar sua intelectualidade ao adentrar espaços que não foram pensados para elas.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Companhia das Letras, 2012.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. 1. Editora Brasiliense. 6^a ed, 1993.
- BOAKARI, Francis Musa. Mulheres Brasileiras Afrodescendentes de Sucesso: o discurso do fazer, fazendo diferenças. In: BOAKARI, F. M. **Educação, Gênero e Afrodescendência: a dinâmica das lutas de mulheres na transformação social**. Curitiba: CRV, 2015.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

COSTA, Cecilia Vieira da. Et al. **Impressões sobre feminismos**. Pensar a democracia no mundo da vida. UMAR – União de Mulheres Alternativa Resposta. Porto, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro, F. Alves, 3^a ed., 1979.

MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. **Projeto de Pesquisa Professoras Afrodescendentes no Magistério Superior**: vozes epistêmicas. São Luís, MA, 2016.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Mulheres, negras e professoras**: suas histórias de vida. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul. Edições Almedina, 2009.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

AS APROXIMAÇÕES ENTRE AS REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E AS AÇÕES DO ESTADO

Washington Luis Conceição Carvalho¹¹-UFMA

Resumo: Este artigo apresenta as aproximações entre as reivindicações dos movimentos sociais negros e as respostas do Poder Público do Estado do Maranhão em forma de ações; ou seja, as relações entre as demandas dos movimentos sociais negros, e as respostas do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR), como conquistas legais e demais medidas de políticas públicas, em especial, na área da educação Partindo de um conjunto de questões delineadas pelo objetivo de refletir sobre os modos de atuação da sociedade política e da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas sociais, destacando o papel do movimento negro nesse processo, foram realizadas entrevistas com um representante do Centro de Cultura Negra (CCN), e com um funcionário da SEIR, tornando possível uma discussão acerca das devolutivas do Estado às demandas e anseios reivindicatórios da população negra. Com base nos dados coletados, analisados à luz de autores como BEHRING (2006), HÖFLING (2001), GOHN (2011) e PRAZERES (2013). Concluímos que há aproximação entre os movimentos sociais e o Estado do Maranhão através de políticas de governo, o que configura um cenário de aproximações rasas, sendo assim, é necessário percorrer ainda mais na busca de uma interação maior e mais efetiva com o objetivo de diluir os preconceitos, o racismo existente na sociedade, bem como, atender os direitos das comunidades que necessitam.

Palavras chave: Movimentos sociais negros. Estado. Aproximações.

Introdução

Não se pode falar em processos de democratização no Brasil sem levar em conta a necessidade de políticas de reparações das situações de opressão e exclusão sofridas pela população negra, que historicamente têm se perpetuado em nosso país como prática comum e descabida. Nessa perspectiva, foi a necessidade de uma reflexão fundamentada acerca das respostas do poder público às reivindicações dos movimentos sociais negros que fomentou nossas inquietações investigativas.

¹¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luis-MA, washington_carvalho20@hotmail.com.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

O presente trabalho, uma das produções acadêmicas na disciplina “Estado Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), buscou identificar conjunturas voltadas para população negra, por meio de uma discussão sobre os modos de atuação da sociedade política e da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas sociais direcionadas a esta população no estado do Maranhão.

Entendeu-se importante abordar esse tema como forma de compreender as políticas públicas na mediação da relação Estado e a coletividade no contexto da sociedade capitalista contemporânea, levando em conta os fundamentos para a formulação de políticas sociais, particularmente, na área da educação, mediante uma investigação com fulcro na realidade local.

A relevância dessa discussão está na possibilidade de uma releitura acerca dos movimentos sociais, suas funções, bandeiras de luta, conquistas históricas, bem como as contribuições para as mudanças políticas que, entre outras, afetam diretamente nossa vida acadêmica, no que diz respeito às cotizações e representatividades junto a órgão estatais nacionais e internacionais.

O trabalho de pesquisa teve como subsídio a abordagem qualitativa, que segundo Gil (2002), trata-se de uma investigação com caráter descritivo que obtém os dados em um ambiente natural, sendo que o pesquisador os analisa indutivamente. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a revisão de literatura, privilegiando autoras com estudos na área como Behring (2006), GOHN (2011), Höfling (2001), Prazeres (2013), dentre outros, e a pesquisa de campo que, de acordo com Gil (2002), é utilizada com a finalidade de conseguir dados acerca de um problema para o qual se busque resposta ou simplesmente para descobrir ocorrências que tenham relações com o objeto estudado.

Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, tomando como sujeito informante, um servidor da Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR) e um membro do Centro de Cultura Negra (CCN). Por meio das entrevistas, os colaboradores puderam dialogar sobre os principais atores engajados na formulação das políticas públicas voltadas para a

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

população negra no Maranhão, possibilitando a discussão sobre algumas aproximações e distanciamentos dessas políticas sociais com suas demandas junto ao Estado.

Para melhor excelência à condução do artigo, este foi dividido da seguinte forma: inicia-se com um breve histórico do movimento negro no Brasil, no intuito de nos apropriarmos de suas lutas históricas; em seguida, apresenta alguns aspectos teóricos sobre as políticas públicas na mediação da relação Estado e sociedade no Brasil, destacando aquelas para a população negra; por fim, faz uma discussão sobre a relação entre movimento negro e políticas públicas, citando aproximações e distanciamentos tendo por base as falas dos colaboradores entrevistados.

Breves marcos temporais na história do movimento negro brasileiro

Em um breve resgate da história do movimento negro no Brasil sabe-se que este surgiu ainda no período da escravidão e de forma clandestina, no século XX caracteriza-se como um movimento social. É importante ressaltar que, Gohn (2011, p. 335), comprehende movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

No Brasil, mesmo de forma irregular e não oficial os movimentos sociais sempre existiram, desde o período da colonização, quando os europeus tentaram de várias formas impor a sua cultura “[...] não apenas os povos indígenas, que resistiram à imposição de costumes totalmente distintos dos seus, mas também os povos africanos, traficados e escravizados, lutaram contra a dominação européia, das mais diversas formas” (PRAZERES, 2013a, p. 58). A luta dos povos africanos contra o sistema escravista impulsionou o movimento, fazendo surgir muitos ativistas, entre eles Zumbi dos Palmares.

O abolicionismo foi um movimento liderado por intelectuais e personalidades negras que reivindicava o fim da escravidão assim como o comércio de escravos/as no Brasil, esse movimento ganhou maior visibilidade a partir das

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

pressões internacionais, principalmente da Inglaterra que apostava na ampliação do mercado consumidor. Após anos de pressões, em 13 de maio do ano de 1888, foi promulgada a Lei Áurea, que versava o fim escravidão, entretanto a Lei não foi o suficiente para promover o fim do preconceito e da desigualdade.

A respeito do movimento negro organizado no Brasil, a literatura aponta a existência de três períodos, Domingues (2007, p.102-117) discorre de forma clara e subdivide em fases, em que se refere à primeira como República ao Estado Novo (1889-1937); outra, a Segunda República à Ditadura Militar (1945-1964) e a terceira, que compreende o início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000).

Em 1889, foi proclamada a República, mas esse novo sistema de Governo, não deu qualquer garantia a população negra, esta que até um ano antes da proclamação era escravizada, não auferiu nenhum ganho material/ simbólico. . A República ignorou e marginalizou esta população, que ficou limitada na sociedade inclusive no que se refere à participação política, social e até mesmo psicológica, pois foram incentivadas teorias do racismo científico e da “ideologia do branqueamento”¹².

Economicamente a população negra também foi descartada, pois era preferência empregar os/as imigrantes europeus. Por isso, segundo Domingues (2007, p.103):

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação.

¹² A ideologia do “branqueamento” tem como referência Thomas E. Skidmore, que assim a define: “A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro - a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca, por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo - a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte em parte devido as pessoas procurassem parceiros mais claras do que elas. (SKIDMORE, 1976, apud, DIAS, 2014, p. 307).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

A segunda e a terceira fase ficaram marcadas por muitos atos de violência e repressão política, as contestações/ reivindicações dos movimentos negros eram duramente repreendidos pelo sistema. Com o fim ditatorial de Getúlio Vargas, o movimento negro organizado adentrou o cenário político do país, o que contribuiu de forma positiva para o aumento de suas ações, abrangendo a imprensa negra, diversos grupos teatrais, inclusive o Teatro Experimental do Negro (TEN) Guimarães (2002, p.88 apud DOMINGUES, 2007, p.108), relata o crescimento de protestos negros:

[...] primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população “de cor” continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência.

O movimento negro seguia fortemente na luta e no enfrentamento contra o “preconceito de cor”, os ativistas eram acusados de estarem idealizando um racismo que segundo o sistema não existia no Brasil. Com o golpe militar de 1964 os movimentos negros foram desarticulados, houve alguns empecilhos que contribuíram enfraquecimento do movimento, conforme sinaliza. Cunha Jr. (1992, p.65, Apud DOMINGUES, 2017, p. 111), “(...) o isolamento político, a ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados”.

Na década de 70 o movimento negro começa a se reorganizar, aliando-se a outros movimentos sociais populares, sindical e o estudantil, em 1982 surge o Movimento Negro Unificado (MNU), que ampliou a discussão sobre raça e classe desmistificando a democracia racial brasileira; bem como o combate à exploração do trabalhador, foi nesse período também que o movimento negro iniciou as reivindicações pela inserção da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares.

Cabe ressaltar, que há anos o movimento negro vem, afirmado que o modelo de educação formal estabelecido no Brasil não reconhece e não valoriza as contribuições do povo africano na construção do país. Nesse sentido, é que são levantadas algumas de suas principais bandeiras de luta como: o sistema de cotas

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

nas universidades públicas e nos concursos públicos, assim como o reconhecimento e a titulação de territórios pertencente às comunidades quilombolas, essas medidas são vistas pelo movimento negro ações compensatórias devido à segregação e exclusão social da qual a população negra é vítima.

Em 1979, foi criado no Maranhão, o Centro de Cultura Negra (CCN), uma organização do movimento negro, instituído como movimento social e da sociedade civil organizada; é uma entidade reconhecida juridicamente, seu surgimento acontece no mesmo período da ditadura militar, época em que os movimentos sofriam bastante perseguição política. O CCN é instituído como a primeira entidade do movimento negro no Estado do Maranhão, a instituição faz uso da cultura para realizar atos de manifestação assim como conscientizar e fortalecer a identidade étnico-racial, da população negra maranhense.

Aproximações entre o CCN e a SEIR

Na perspectiva de enriquecer a pesquisa qualitativa, foram escolhidos dois membros para participarem sendo um servidor da SEIR e um militante do CCN, com a finalidade de investigar as políticas públicas, direcionadas para a população negra, para compreender se estão próximas ou distantes das proposições do movimento negro.

As entrevistas aconteceram nas respectivas instituições e foram gravadas, na oportunidade os membros foram convidados a dialogar sobre os atendimentos e as demandas das entidades, as bandeiras de luta, quais são os ideais, que atividades políticas e históricas estão sendo desenvolvidas.

O Centro de Cultura Negra (CCN), afirmou-se como um aparelhamento do movimento negro, que tem como principal finalidade questões que envolvem a educação, priorizando sempre levar informações às populações que na época não tinham acesso. Questionando sempre o Estado o porquê da população negra não ter acesso a escola, principalmente nos níveis superior de educação. Questiona também em relação aos serviços de saúde de qualidade; o porquê das populações

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

negras principalmente do interior, das comunidades quilombolas terem a seus direitos negados em relação aos territórios; e o porquê dos direitos constitucionais da população negra não serem garantidos?

No que se refere às demandas, a SEIR explica que as relações acontecem em diversas dimensões, pois a política de igualdade racial, que ainda acontece na forma extraordinária, e esta se adaptando ao novo Governo, que trabalha de forma diferente, pois as questões são trabalhadas a partir de uma visão mais ampla englobando os negros (as), índios (as) e os ciganos (as). Esta Secretaria que até então pertencia à Casa Civil, passa agora a integrar a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, em conjunto com a Secretaria Extraordinária de Juventude e Direitos Humanos e com a Participação Popular, e de outros órgãos do Estado como Viva Cidadão, PROCON e FUNAC.

O representante da SEIR afirmou ainda, que a entidade é responsável por uma ação muito importante denominada de “Maranhão Quilombola” que propõe desenvolver políticas públicas nas comunidades quilombolas do Maranhão, os movimentos sociais já identificaram cerca de 1.300 comunidades, 600 delas já foram legalizadas pela Fundação Cultural Palmares. A Perspectiva é que o Programa se estruture como uma política de Estado. Outras políticas já estão consolidadas no Estado, como o programa “Mais IDH”, que tem como objetivo trabalhar rotas de desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas. Cinco Municípios já implantaram, Icatu (rota de Guaxenduba), Serrano do Maranhão (rota rio das almas), Itapecuru (rota do tingidor), Peritoró (rota dos pretos) e Codó (rota rio Codozinho).

A respeito do sistema de cotas, o CCN reconhece que somente foi possível devido ao movimento negro, que durante muito tempo lutou para que as cotas fossem aprovadas como uma ação de reparo aos danos causados à população negra durante o longo período de escravidão e após abolição, marcados por não terem acesso a trabalho, assim como condições dignas para sobreviver, a sociedade ainda não é capaz de perceber a importância das cotas, que elas são necessárias para minimizar a desigualdade que ainda permeia as populações. Por isso são medidas e não leis, com período de vigência de 10 anos, que devem

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

prolongar por uma de mais 10 a 20 anos, para diminuir os índices, pois somos um país de composto por diversas etnias, portanto devem ser tratadas de formas diferentes.

O servidor da SEIR foi enfático ao afirmar que não esqueceu outros eixos de ação, como o projeto de Lei que reserva 20% das vagas em concursos públicos estaduais para candidatos (as) negros (as), o governo avança no sentido de compreender como se desenvolveu o racismo no Brasil, e a política de cotas que surge como uma forma de reparar e reconhecer a dívida histórica que o Governo possui com a sociedade brasileira com as populações excluídas.

Em relação às articulações de forma produtiva entre o movimento negro e as políticas públicas, o militante do CCN enfatizou as articulações de nível nacional e até internacionais, bem como a participação em vários conselhos de diferentes esferas, sendo nacional, regional ou estadual, com representação ainda na Fundação Cultural Palmares, no Movimento Nacional de Direitos Humanos, no Fórum da Amazônia Oriental; no que se refere aos mecanismos internacionais o CCN dialoga com a Organização dos Estados Americanos (OEA), com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) – para denunciar casos de abusos no direito do trabalho assim como garantir os direitos das populações tradicionais do Maranhão.

O militante do CCN foi questionado a respeito da Lei Nº 10.639/03, e se existe alguma contrariedade no que é ensinado, o entrevistado analisou que:

[...] nas comunidades quilombolas, é ensinado que: “Ivo viu a uva !” no quilombo não tem uva ! No quilombo tem manga, juçara, outras frutas nativas que precisam ser ditas e valorizadas, os parâmetros curriculares são para isso, serem mudadas essa cultura, contando a história dos quilombos como forma de fortalecimento a identidade étnica, para não criar falsas ilusões em dizer que no quilombo tem uva, não tem nem um pé de parreira, por exemplo !

É possível perceber que tanto o CCN quanto a SEIR compartilham do mesmo pensamento em relação à educação, no entanto a Secretaria apresenta algumas questões a mais, a exemplo da mulher negra que não possui as mesmas

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

possibilidades de escolha no que se refere às opções de parto, o que contribui para os altos índices de morte de bebês, além dos casos de anemias falciformes, entre outras doenças como a diabetes, hipertensão, que costumam ser mais comuns nas populações negras. É importante enfatizar que o Estado até então não possui políticas definidas voltadas para a saúde destas populações, e nenhum grupo de ação entre a SEIR e entidades do movimento negro, de certa forma, desvenda a relação de distanciamento da bandeira de luta levantada pelo movimento negro a favor de melhores condições de vida e saúde para os negros (as).

O entrevistado da SEIR foi instigado a responder sobre as políticas neoliberais do Brasil, é possível o Estado estar alinhado estar alinhado com as políticas nacionais e ao ainda ser social, o membro da SEIR, assegurou que é um desafio, e está relacionado às posições políticas, e ligado a um modelo e desenvolvimento na nação.

O representante da SEIR informou que em 2006 os líderes de Governo aderiram a um modelo que há bastante já vem sendo trabalhado e deu resultados positivos (executado, no governo do Partido dos Trabalhadores), esse modelo abrange muitos trabalhadores e gera renda, o que permite a mudança de determinadas camadas sociais populações que até então se encontravam em situações de extrema pobreza, passam a ter acesso a camadas superiores da sociedade brasileira. O governo (PT) teria trabalhado de forma positiva a política externa a ponto de torná-la tornando-a mais favorável aos negócios nacionais, o que uma melhor distribuição das riquezas e do PIB para a população brasileira. Percebe-se na sua análise, que é necessário aliar uma gestão eficiente a um caráter social de inclusão das populações e estreitamento da distância com o estado, o que revela o caráter de um caminho exitoso que o Maranhão tem tomado.

Considerações finais

A pesquisa deste tema foi de grande relevância, pois a partir dele pudemos compreender melhor a atuação do movimento negro e do Poder Público

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

em nosso estado, suas contribuições históricas e conjunturais para a ampliação das políticas para promoção da igualdade racial, destacando o relacionamento com as Secretarias, em especial, a Secretaria Extraordinária de Promoção de Igualdade Racial, inserida no sistema estadual de direitos humanos.

No entanto, pontuamos que as políticas públicas ainda são voltadas com um olhar assistencialista e contrapõem-se as políticas mais gerais, onde o antes miserável ainda continua pobre; que as medidas de governo ainda não são universais; as pessoas ainda tem que “madrugar” em filas de hospitais e em portas de escolas para garantir um atendimento, que é de direito constitucional. Muitas comunidades tradicionais quilombolas ainda não têm sua ancestralidade reconhecida que garante seu devido título por direito.

As ações de movimentos sociais negros tem tentado articular-se entre si e com outros organismos (inter)nacionais, para ter visibilidade e reconhecimento de suas demandas coletivas. Hoje, apesar das dificuldades, contam com assentos importantes em Conselhos de relevância. Entretanto, tal articulação precisa está mais coesa com as reivindicações históricas da população negra e essas Secretarias carecem de direcionamentos de políticas inclusivas de maior qualidade e abrangência populacional.

Destarte, verificamos que na relação entre Estado e Sociedade, aqui representados pela SEIR e o CCN, entidade dos movimentos sociais negros com suas históricas bandeiras de luta, existe uma aproximação considerada positiva, contudo há ainda muitos caminhos a serem percorridos no combate ao racismo e suas manifestações na vida da população negra, tendo em vista uma interação mais coesa e coparticipe nesse processo, na qual a igualdade racial seja uma realidade concreta.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundamentos de política social**. In: MOTA, Ana Elizabeth et alii (Orgs.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1 Acessado em 02 de janeiro de 2017.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

DIAS, Paulo Martins. A ideologia do branqueamento na educação e implicações para a população negra na sociedade brasileira. **RevistAleph**, n. 22, 2014. Disponível em: <http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/view/101>. Acesso em 20 mai 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: **alguns apontamentos históricos**. In: **Tempo** (UFF), Niterói (RJ), v.23, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em 17 junho 2017.

Dicionário do Aurélio. Dicionário de português 2006-2017: Significado de racismo. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/racismo>> Acessado em 02 de janeiro de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em 12 mai 2016.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, nº 55, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> Acessado em 02 de janeiro de 2017.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: Theodoro, Mario (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília, Ipea, 2008.

PRAZERES, Valdenice de Araújo. **Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. Disciplina na Modalidade a Distância. Edição – Livro didático. UFMA/PROEN/NEaD, 2013a.

_____. **As Políticas Públicas na mediação da relação Estado e Sociedade no Brasil**. Texto produzido para o formato e-book para a Disciplina Estado Movimentos Sociais e Políticas Públicas, Curso de Pedagogia, na Modalidade a Distância. São Luís, UFMA/NEAD, 2013b (mimeo).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO QUILOMBO SACO DAS ALMAS EM BREJO-MA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS

Daciléia Lima Ferreira/UFMA¹³

Josenildo Campos Brussio/UFMA¹⁴

Resumo: O presente artigo surgiu a partir de proposta de investigação sobre os direitos quilombolas no processo de construção da identidade e memória dos moradores do Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA, a fim de perceber se estes conhecem os direitos da legislação brasileira destinados aos remanescentes de quilombos. Trata-se de um projeto de pesquisa em que pretendemos descobrir em que proporção os quilombolas conhecem esses direitos e como fazem uso destas leis em sua vida cotidiana e de que maneira esses direitos quilombolas interferem ou ajudam no processo de construção da identidade e memória do Quilombo Saco das Almas. Como referencial teórico, discutiremos um pouco sobre os conceitos de **memória**, com autores como Henri Bergson (2006), Maurice Halbwachs (2006), Michel Pollak (1992) e Ecléa Bosi (1998); **identidade**, com autores como Antony Giddens (2003), Stuart Hall (2006) e Zigmunt Bauman (2005); e **direitos humanos**, como autores como Ingo Sarlet et al (2012), Fábio Konder Comparato (2004), entre outros. A realização desta pesquisa se fará em duas etapas: a primeira, compreenderá o levantamento do material bibliográfico (livros, revistas, jornais, teses, dissertações, monografias, textos da internet, procedimentos administrativos, processos judiciais, sentenças, acórdãos) sobre memória, identidade e direitos quilombolas. A segunda etapa compreenderá a pesquisa de campo propriamente dita, com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados e a análise dos dados coletados. Visto que buscaremos adentrar o campo da memória do quilombo, a partir dos direitos quilombolas aplicáveis em seu cotidiano, será necessário um maior processo de interação com os participantes da pesquisa, daí a importância da pesquisa etnográfica. Como possíveis resultados, acreditamos que esta pesquisa resultará em benefícios para os moradores do quilombo Saco das Almas, bem como servirá de documento para outros que se interessem em proteger, por uso de instrumentos jurídicos da legislação brasileira, o patrimônio imaterial dos quilombos do Maranhão e do Brasil.

Palavras-chave: Direitos quilombolas. Direitos humanos. Identidade.

¹³ Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia do Campus da UFMA de São Bernardo. Aluna/pesquisadora do GEPEMADEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de São Bernardo. E-mail: limadacileia@gmail.com.

¹⁴ Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia do Campus da UFMA de São Bernardo. Coordenador e líder do GEPEMADEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura). E-mail: josenildobrussio@gmail.com.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Introdução

O presente artigo surgiu a partir da apresentação de uma comunicação oral no II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Cultura e Sociedade do PGCULT intitulada “UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO QUILOMBO SACO DAS ALMAS EM BREJO-MA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS”, da autora deste artigo, na qual faz uma exposição de um projeto de pesquisa sobre as suas investigações no Quilombo Saco das Almas.

Este artigo aborda uma proposta de investigação sobre os direitos quilombolas no processo de construção da identidade e memória dos moradores do Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA, a fim de perceber se estes conhecem os direitos da legislação brasileira destinados aos remanescentes de quilombos. Assim, pretendemos descobrir em que proporção eles conhecem esses direitos e como fazem uso destas leis em sua vida cotidiana e de que maneira esses direitos quilombolas interferem ou ajudam no processo de construção da identidade e memória do Quilombo Saco das Almas.

Por isso, neste artigo faremos, no primeiro capítulo um breve relato, sobre o Quilombo Saco das Almas, no segundo faremos uma breve discussão sobre direitos humanos versus direitos quilombolas, e no terceiro capítulo, faremos uma análise dos direitos humanos no quilombo Saco das Almas, por fim, apresentaremos as considerações finais sobre este trabalho.

Um Breve Relato sobre o Quilombo Saco das Almas

O Quilombo Saco das Almas fica localizado na região do baixo Parnaíba Maranhense no município de Brejo/MA e vem travando sua luta pela posse da terra há mais de 20 (vinte) anos. Segundo o ITERMA, o Saco das Almas tem 24.103 hectares de terra. Elas foram desapropriadas em 1975 pela INCRA que dividiu as 7

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

comunidades¹⁵ em 262 lotes: os maiores (com 300, 500, 700 hectares) [...]. Sabe-se que muitas comunidades quilombolas maranhenses têm lutado, ao longo dos últimos anos pelo seu reconhecimento de posse e titularidade de suas terras. A luta das comunidades remanescentes de quilombos tem sido marcada pela resistência, seja contra os latifundiários especuladores, seja contra o próprio poder público que lhes dificulta a (re) conquista de seus territórios e, neste contexto de lutas, surgem identidades políticas, culturais, sociais, nestas comunidades, à medida que lutam por seus territórios ancestrais.

Falar sobre a história do quilombo hoje nos remete às pessoas de idade mais avançada, as quais já viveram bastante neste ambiente quilombola e guardam em suas memórias experiências vividas para compartilhar com aqueles que vão nascendo e fazendo parte dessa identidade.

Então falar do Quilombo Saco das almas se torna imperdoável se não se falar de seu Claro Ferreira da Costa, senhor conhecido por todos como seu Claro é negro assumido como um quilombola, hoje com idade avançada, mas que muito lutou pelos direitos da comunidade e que até hoje demonstra a sua preocupação com o bem que pertence a todos, e hoje uma das suas maiores preocupações é a tomada das terras pelas plantações de soja. Seu Claro vem de uma das famílias que ali chegaram naquelas terras, nasceu em 02 de março de 1931 nestas mesmas terras, cresceu e formou família no Saco das Almas, homem de um bom carisma gosta de partilhar as histórias a qual o acompanham durante sua trajetória de vida.

O que se sabe é que o Quilombo Saco das Almas foi fundado pelo capitão Timóteo que recebeu as terras como doação em 1768, o mesmo que teve três herdeiros: Tomaz, Inácio e Leandro da Cunha Costa, essa foi à família que deu início a história do Quilombo. Foram seis gerações para chegar até a geração de seu Claro. O fundador do Saco das Almas veio da Angola ainda dos primeiros negros trazidos para o Brasil, e ele foi direto para essas terras que na época era mata onde abitavam os índios. Não se sabe se o capitão já veio da Angola com

¹⁵ O Quilombo Saco das Almas é constituído de sete comunidades quilombolas: Vila das almas, Vila Crioli, São Raimundo, (Brejo), Santa Cruz, Barrocão (Buriti), São José e Pitombeiras. Sendo que atualmente, a comunidade Santa Cruz solicitou emancipação do grupo, constituindo assim uma comunidade independente.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

família ou se construiu na sua chegada a essas terras, mas o que se sabe é que de lá para cá a família vem se multiplicando até hoje.

No quilombo, geralmente, ocorrem apresentações do “tambor de crioula da Vila das Almas” e a exposição de alimentos típicos do quilombo, mas segundo Dona Dudu¹⁶ outras atividades faziam parte do capital cultural da comunidade: “*a roça, a pesca e o coco babaçu faziam parte da tradição alimentar da nossa comunidade*” (D.DUDU, 2017). Todavia, muito da cultura quilombola do Saco das Almas já se perdeu por que o conhecimento não foi passado, como o Tambor de Minas, que poucos tinham o dom e o conhecimento de como funcionava e não houve a preocupação em perpetuar para que a cultura continuasse. Mas com o desejo de não deixar que a cultura tão rica do quilombo se perdesse, ainda existe o tambor de crioula que tem a participação dos jovens da comunidade no incentivo da continuidade da cultura. O grupo do tambor de crioula faz apresentações nos eventos da própria comunidade e fora da comunidade, inclusive, algumas vezes já se apresentaram no Campus da UFMA de São Bernardo/MA.

A diversidade de alimentos que fazem parte do cardápio diário do quilombo se modernizou com a melhoria das condições financeiras da comunidade e o acesso a outras variedades ficaram mais viáveis, mas isso não implica dizer que os alimentos aos quais nutriram muitas pessoas do quilombo, que ainda se fazem presentes, foram esquecidos.

Na lista de exposição das comidas típicas tem: o “cabeça de gal” que é uma espécie de tempero preparado com sal, pimenta e outras especiarias para comer com o peixe; o “mingau de farinha” que, segundo Dona Dudu, também era chamado de capão sem osso, “*nele é colocado temperos verde e tempero seco fazendo o mingau, rapaz se você tivesse fraco chega suava só de forte que é. Era só a farinha misturada com tempero, mais ficava muito gostoso*” (dona Dudu).

¹⁶ Dona Dudu - Maria Ludovica Costa Pereira (vulgo Dudu), sobrinha do Seu Claro Patrício (líder mais antigo do Quilombo Saco das Almas ainda vivo). Dona Dudu é uma das maiores lideranças do Quilombo Saco das Almas. Geralmente, quando se precisa reunir as seis comunidades, a organização da pauta e condução das reuniões fica ao encargo dela.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Tem também o “ximbéu¹⁷” que leva limão, pimenta, farinha, água e sal; a “moqueca” que é feito com peixe bem pequeno pescado no riacho do quilombo conhecido como “cirina” por que se trata de um peixe pequeno que não fica legal cozido e nem dá para assar por conta do seu tamanho. Os peixinhos maiores são consertados e cortados bem pequeno e os menores só consertam e vão inteiros mesmo, depois é colocado sal a gosto, corta tempero verde, pimenta de cheiro e depois de temperado é colocada na folha da bananeira enrolada e amarrada com a palha do buriti, logo após é levado para cozinhar debaixo do chão.

Como antigamente se usava o fogo a lenha, era feito um buraco no chão e colocava o peixe envolvido na folha da bananeira dentro e depois cobria-se com areia e as brasas da lenha e o peixe ficava cozendo na temperatura das brasas enterrado.

“Mambeca” que é o feijão bem verde cozido com a casca; “paçoca de gergelim”, que é o gergelim torrado e socado no pilão com açúcar ou rapadura e farinha; “paçoca de coco babaçu”, que é o coco babaçu torrado e socado no pilão com farinha e “gongo assado e frito” que é uma larva encontrada no coco babaçu, enfiado no espeto e levado ao fogo. Na exposição é explicado detalhadamente todos esses alimentos que um dia já foram a única fonte de alimentos dos remanescentes mais antigos da comunidade.

Na comunidade, houve-se falar de relatos de alguns costumes que os mais velhos seguiam à risca há tempos, como no período da Semana Santa, em que algumas práticas do dia a dia não eram feitas durante os 40 dias da Quaresma. Segundo Dona Dudu:

Tem um pouco também dos nossos costumes. Quando eu nasci já tinha esses costumes, e aí tem hora que eu reclamo assim, coisa que a gente podia não tá tirando de jeito nenhum da nossa comunidade mas já tem algumas coisas fugindo. No período da quaresma não havia festa dançante de jeito nenhum nem por graça; não soltamos fogos de artifício da quarta-feira de cinzas em diante só no domingo da pascoa; nas sextas feiras santas não comemos carne; não tomamos banho nus; não penteamos os cabelos principalmente as Marias; não varremos a casa e na quinta feira tinha o trabalho de deixar tudo arrumado, casa varrida, cabelo

¹⁷ Aqui no Baixo Parnaíba Maranhense chamam-se “ximbéu”, já na Baixada Maranhense denomina-se “chibéu”, trata-se das variações linguísticas muito presentes no Estado do Maranhão.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

feito a trancinha que era pra não fazer nada disso na sexta feira e comer pouquinho, jejuar (DONA DUDU, 2017).

Os costumes eram muitos, mas eram cumpridos e respeitados pela comunidade, havia sempre um esforço de fazer valer as crenças locais e todos se esforçavam para realizar as tarefas necessários para atingir os objetivos culturais. A Semana Santa era sagrada, momento de silêncio, de calmaria, tudo era respeitado conforme o que os mais velhos ensinavam. Na quinta feira e sexta feira santa os afilhados tinham o costume de almoçar com os padrinhos e pediam a benção ajoelhados. Antes e depois das refeições tinham que rezar, agradecendo pelo dia, pelo alimento. Outra prática que se dava na Semana Santa era “vizinhar esmola”, termo usado pelos quilombolas da Vila das Almas para a troca de alimentos com os vizinhos no período da Semana Santa. A prática acontecia da seguinte forma: um mandava o filho ir deixar uma abóbora na casa do vizinho e recebia em troca outra coisa, como, por exemplo, um pouquinho de farinha; outro levava um pedaço de bolo de puba e voltava com um pedaço de bolo de goma e assim aconteciam as trocas da boa vizinhança que eram sempre produtos que vinham da roça naquela época.

Um quilombo como o Saco das Almas, com a diversidade de comunidades que possui, ainda que oriundas de um mesmo ramo de árvore genealógica (capitão Timóteo), resguarda muitas riquezas culturais as quais cabem ao pesquisador atentar. Pretendemos até agora demonstrar a existência de uma capital cultural riquíssimo e belíssimo no quilombo, mas que requer uma atenção especial dos pesquisadores da região.

Discussão sobre Direitos Humanos e Direitos Quilombolas

Para tratar dos direitos humanos, utilizaremos a legislação brasileira a partir da Carta Magna de 1988 e a legislação específica para os remanescentes de

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

quilombos de 2003¹⁸ até os dias atuais e as conquistas dos direitos dos quilombolas ao longo da história do Brasil. Além disso, faremos um paralelo entre as leis brasileiras sobre direitos quilombolas com as leis internacionais sobre os direitos humanos: tratados, convenções, cartas, etc.

Entre os juristas escolhidos para fundamentar a nossa proposta, escolhemos Ingo Wolfgang Sarlet (2012), Luiz Guilherme Marinoni (2012) e Daniel Mitidiero (2012), principalmente, nos capítulos de sua obra Direito Constitucional, em que trata dos direitos humanos:

No que diz com os direitos fundamentais sediados em tratados internacionais de direitos humanos, cumpre ressaltar que se trata de aspecto central para a compreensão das relações entre os direitos humanos (de matriz internacional) e os direitos fundamentais constitucionais (SARLET et al, 2012, p. 283).

Há muitos outros juristas e doutrinadores que pretendemos estudar para fundamentar a nossa proposta, como Fábio Konder Comparato em sua obra “A afirmação histórica dos Direitos Humanos” (2004).

O Decreto 4.887/2003 (Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos), a Lei 10.639/2003 (Obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica do país), a Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a Lei 12.990/2014 (Lei de Cotas para negros em Concursos Públicos).

O debate sobre os direitos humanos a partir da Constituição Brasileira de 1988 e os diversos tratados internacionais é muito profícuo e complexo, mas, independente disso, pretendemos compreender melhor como (ou se) estes direitos se fazem presentes no quilombo Saco das Almas.

¹⁸ O Decreto 4.887/2003 (Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos), a Lei 10.639/2003 (Obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica do país), a Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a Lei 12.990/2014 (Lei de Cotas para negros em Concursos Públicos).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Por esta razão, consideramos de suma importância compreender de que maneira os direitos quilombolas, após a Constituição Federal de 1988, se relacionam com os direitos humanos a partir dos tratados internacionais¹⁹ sobre os direitos do homem e de que maneira o exercício destes contribuem para o processo de construção da memória e identidade do Quilombo Saco das Almas.

Identidade e Direitos Humanos no Quilombo Saco das Almas

Para tratarmos do conceito de identidade, inicialmente, utilizaremos autores como Antony Giddens (2003), Stuart Hall (2006) e Zigmunt Bauman (2005). No dizer de Bauman (o homem da liquidez), “a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único” (BAUMAN, 2005, p. 18). Para Bauman, existem dois tipos de “comunidades” (às quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem): as primeiras são as comunidades de vida e de destino – as que “vivem juntos numa ligação absoluta”; as segundas são as “fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios”. É nestas últimas que a questão da identidade emerge, devido ao fato de existir mais de uma ideia para evocar e manter unida a “comunidade fundida por ideias” a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural (*idem*).

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17)

Dessa maneira, entendemos que, na modernidade (ou pós-modernidade), o “sujeito fragmentado” é colocado diante de múltiplas possibilidades de identidades

¹⁹ No livro “A Afirmiação Histórica dos Direitos Humanos” de Fábio Konder Comparato (2004) estão presentes várias Cartas Internacionais que utilizaremos em nossa pesquisa: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), A Convenção Europeia dos Direitos Humanos (1950), Os Pactos Internacionais de Direitos Humanos (1966), A Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), A Convenção Relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos (1981).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

culturais (HALL, 2006, p. 47). Quando trazemos estes conceitos para o nosso objeto de estudo, temos mais clareza da importância deste projeto de pesquisa para o quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA. É visível a sua história de luta e perseverança para a valorização de sua cultura, sua identidade e seus direitos.

Para discutir a questão da memória, destacaremos autores como Henri Bergson (2006), Maurice Halbwachs (2006), Michel Pollak (1992) e Ecléa Bosi (1998). Bergson (2006) traz uma perspectiva individualista da memória, ele acreditava na existência de uma memória pura, inalterável, que se contrapõe à lembrança-imagem e à percepção, ainda que nenhuma se produza isoladamente, como ele afirma e em seguida as define.

Por outro lado, Maurice Halbwachs (2006) afirma que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo, ou seja, Halbwachs (2006) apresenta uma perspectiva psicossocial sobre a memória. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo.

Portanto, para Halbwachs, a memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere- se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2006, p.55).

Por isso, Ecléa Bosi (1994) quando quis dar vida às suas narrativas de velhos, utilizou-se destes dois grandes estudiosos da memória individual (Bergson) e da memória coletiva (Halbwachs) para construir os seus postulados sobre as memórias de idosos. Em sua obra “Memória de velhos”, a autora resgata estes conceitos bergsonianos das lembranças, tais como o “cone da memória”, que é capaz de conduzir a memória do indivíduo ao mais profundo de suas lembranças.

Outra grande contribuição sobre os estudos da memória se dá com Michel Pollak (1992). Para que a memória exista é necessário que tenha sustentáculos. Ela não surge do nada. É um elemento social tipicamente humano,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

criada a partir das relações, das experiências e valores vividos. É modificada pelo tempo, de pessoa para pessoa, de um grupo para o outro. O tempo passa e as lembranças percorrem um novo caminho.

Após a exposição destes conceitos, podemos afirmar que durante as nossas investigações no quilombo Saco das Almas, principalmente, para coleta de dados para a monografia *Memória e identidade na Vila das Almas: um estudo sobre o trabalho da Pastoral Afro-brasileira no Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA*, ainda existe uma grande dificuldade dos moradores do quilombo em se reconhecerem como quilombolas.

Além deste obstáculo (a autodeclaracão da situação de quilombola), muitos moradores não se engajam nos processos de luta e resistência do quilombo para se firmarem enquanto quilombolas. De modo geral, poucos participam de projetos culturais como os mencionados no primeiro capítulo: tambor de crioula, produção de comidas típicas, artesanatos e organização dos festejos.

Diante do problema da identidade, tem-se o problema do reconhecimento dos direitos quilombolas. Historicamente, após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas (BRASIL, 2008).

No quilombo Saco das Almas, há pouca orientação para as lideranças quilombolas sobre a legislação quilombola em vigor desde as conquistas democráticas da Constituição Federal de 1988. Em janeiro de 2017, a liderança da Vila das Almas convidou a Universidade Federal do Maranhão, Campus de São Bernardo, para ministrar uma palestra sobre direitos quilombolas. Na ocasião, estiveram presentes várias lideranças do Saco das Almas e ficamos muito surpresos

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

com desconhecimento, por parte da maioria, das leis destinadas aos remanescentes de quilombos, bem como, aos afrodescendentes, em geral²⁰.

A situação do exercício do direitos quilombolas pelos remanescentes de quilombos alude ao total descaso governamental com as comunidades quilombolas remanescentes, porque mesmo que se verifique uma ampliação da proteção dessa comunidade tradicional e dos direitos sociais e coletivos, esses mecanismos não são suficientes para promover a sua plena inserção na sociedade brasileira, fato que pode ser evidenciado por meio dos contínuos conflitos, decorrentes de disputas territoriais nas terras que, outrora, pertenciam aos quilombolas.

Considerações Finais

Por fim, reiteramos que este artigo nasceu de uma comunicação oral no II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Cultura e Sociedade do PGCULT, sobre uma proposta de investigação sobre os direitos quilombolas no processo de construção da identidade e memória dos moradores do Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA, a fim de perceber se estes conhecem os direitos da legislação brasileira destinados aos remanescentes de quilombos.

Trata-se de uma pesquisa em andamento, na qual, acreditamos como possíveis resultados, que resultará em benefícios para os moradores do quilombo Saco das Almas, bem como servirá de documento para outros que se interessem em proteger, por uso de instrumentos jurídicos da legislação brasileira, o patrimônio imaterial dos quilombos do Maranhão e do Brasil.

²⁰ O professor Dr. Josenildo Campos Brusso²⁰, líder do GEPEMADEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura), do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, do Campus da UFMA/São Bernardo, ministrou uma palestra sobre Direitos Quilombolas para as lideranças das seis comunidades do Saco das Almas.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

BRASIL. **Decreto 4.887/2003**. Palácio do planalto.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-Brasileira e africana**. Brasília: MECSECAD/SEPPIR /INEP, 2004.

_____. **Lei 10.639/2003**. Palácio do planalto.

_____. **Lei 9.394/1996 (LDB – lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**. Palácio do planalto.

_____. **Constituição Federal/1998**. Palácio do planalto.

BRUSSIO, Josenildo Campos. **Imagens arquetípicas na relação professor-aluno: em busca de um encantamento no processo ensino-aprendizagem**. São Luís. Novas edições acadêmicas, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3^a ed. Revista e ampliada. São Paulo; Saraiva, 2004.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Pastoral Afro-brasileira: Princípios de Orientação**. Brasília: Edições CNBB, 2008.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

FERREIRA, Dacileia Lima. **Memória e identidade na Vila das Almas: um estudo sobre o trabalho da Pastoral Afro-brasileira no Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA**. São Bernardo/MA: UFMA, 2017. (Monografia do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, defendida em 07 de junho de 2017)

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Mini Aurélio Século XXI Escolar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

MUNANGA, Kabengele (org.), **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade, 2008.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. IN: MUNANGA, Kabengele (org.), *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade, 2008.

Da internet:

CNBB. **Quem somos?** Disponível em URL: http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=902&Itemid=110. Acesso em 13/11/2016.

Saco das Almas (armas): uma história de luta que pode ter relação com a Guerra da Balaiada. Disponível em URL: <http://leitorurbano.wordpress.com/2009/02/14/saco-das-almas-boas-%E2%80%93-defensores-do-seu-chao/>. Acesso em 20/09/2016.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II
**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**
II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVAS NA UEMA: análise da sua implantação

Yanara Cristina Carvalho Pinheiro, UEMA²¹

Josivan Pereira Jansen, UEMA²²

Thereza Cristina Vieira Trindade, UEMA²³

Orientadora: Profª. Ma. Marina Santos Pereira Santos/UEMA

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de suscitar uma discussão e reflexão acerca da implantação das cotas raciais na Universidade Estadual do Maranhão. Investigamos em que medida as políticas de ações afirmativas implementadas pela UEMA em seus processos seletivos de 2012, 2013 e 2017 propiciaram o ingresso de um público mais diversificado sob o ponto de vista étnico/racial. Trata-se de um estudo que busca descrever e analisar o desempenho dos estudantes cotistas em três momentos diferentes após a implementação das cotas. Escolhemos a via sociológica como abordagem teórica e metodológica para desenvolver o estudo, bem como empregamos também os métodos estatísticos de natureza exploratória que nos auxilia na análise dos perfis dos sujeitos estudados e no seu desempenho acadêmico. A coleta das informações é fornecida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROG) da UEMA, setor responsável por registrar e gerenciar informações e dados relativos à graduação. O procedimento de campo inclui entrevistas abertas com os(as) alunos(as) cotistas para fundamentação mais consistente de nossas análises. O resultado parcial da pesquisa aponta que os documentos até então disponibilizados pela PROG fazem referências aos candidatos inscritos e classificados nas cotas, porém, não especifica o número de vagas para negros, colocando-os na mesma cota dos indígenas.

Palavras-chave: Cotas raciais. Negros. UEMA.

Introdução

Por que, apesar de os negros formarem 50,7% da população brasileira, conforme o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2010), ainda são minoria entre os formandos no ensino superior? O mesmo censo mostrou que, na população de faixa etária entre 15 e 24 anos, 31,1% dos brasileiros brancos frequentavam a universidade. Entre a população parda e preta,

²¹ Estudante de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, yanarapinheiro98@gmail.com

²² Estudante do Curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, josivan.jansenoadm@gmail.com

²³ Estudante do Curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, tcristinna@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

os índices são menores: 13,4% e 12,8%, respectivamente. O debate público sobre racismo ainda é um grande tabu na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1999). Isso dificulta qualquer processo sobre os problemas a serem enfrentados por meio de políticas públicas específicas para negros - as chamadas políticas de ações afirmativas. Para o sociólogo Valter Roberto Silvério:

Embora várias investigações tenham detectado os fatores que estruturam as desigualdades raciais, os velhos argumentos que procuram nos convencer da não-necessidade ou da ineficácia de políticas públicas para grupos específicos retornam com novas roupagens. Assim, aparentemente, o problema é que, no Brasil, não se assume que as desigualdades sociais têm um fundamento racial que influi de maneira decisiva nas variações encontradas nos indicadores relativos à renda, à educação e à saúde da população brasileira (SILVÉRIO, 2002, p.98-99).

No Brasil enxergamos com muita clareza a cor/raça dos indivíduos, mas viramos as costas para o racismo e as suas consequências acrimoniosas. Neste país, conforme afirmou o sociólogo Florestan Fernandes, surgiu “uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 1972, p. 42).

A sociedade discrimina os negros, mas resiste em reconhecer a discriminação racial que pratica contra esse grupo racial.

Santos (2003) diz que, segundo pesquisa realizada em 1995, 89% dos brasileiros concordam que a sociedade seja racista, mas, destes, somente 10% admitem ser, eles mesmos, racistas (*apud* TURRA; VENTURI, 1995).

Desse modo, segundo a pesquisa, infere-se que o racismo está no outro bairro, na outra empresa, na outra universidade, na outra cidade, menos em nós.

Ressalta-se que a invisibilidade do processo de discriminação racial reaviva o mito da democracia racial, impedindo uma discussão séria e profunda sobre as relações raciais brasileiras e, mais do que isso, inibe a implementação de políticas públicas específicas para os negros (SANTOS, 2003).

Em 2012 foi assinada a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012a), sancionada em agosto daquele ano, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

A Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824 (BRASIL, 2012b), que define as condições gerais de reservas de vagas, estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior.

Há, também, a Portaria Normativa nº 18, do Ministério da Educação (BRASIL, 2012c), que estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento das vagas reservadas.

Apesar de sancionada em agosto de 2012, a referida Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, é válida apenas no âmbito das instituições de ensino superior públicas federais. No entanto, as Universidades Públcas Estaduais em todo o Brasil, a seu tempo, adotaram políticas de ações afirmativas que regem o sistema de distribuição de vagas nos vestibulares.

Em algumas instituições as ações afirmativas partem de um regulamento interno, em outras o estado promulgou leis que regularizam o sistema de cotas. A política de ações afirmativas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) foi instituída pelo Estado do Maranhão através da Lei 9.295, de novembro de 2010 (MARANHÃO, 2010), mas foi regulamentada e entrou em vigor em 2012, com a oferta de vagas pelo Sistema Especial 1.

Nesse sistema são reservadas 10% das vagas dos cursos de graduação para concorrentes negros e indígenas que cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas. Naquele período foram excluídos da reserva de cotas o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (PMMA) e o Curso de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMA).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Em 2013, segundo Nunes (2013), o Processo Seletivo de Acesso à Educação Superior (PAES) foi integrado pelo Sistema Universal e pelo Sistema Especial de Reserva de Vagas.

A disputa no Sistema Especial de Reserva de Vagas foi constituída por dois tipos: o Especial 1 (destinado a candidatos negros ou oriundos de comunidades indígenas) e o Especial 2 (reservado a estudantes com deficiência).

Em 2016 a reserva especial de 20% das vagas também foi adotada para os Cursos de Formação de Oficiais (PMMA e BMMA) para candidatos negros - conforme nomenclatura oficial (IBGE, 2010) - essa reserva é disciplinada pela Lei Estadual n.º 10.404, de 29/12/2015 (MARANHÃO, 2015).

Em 2017 esse programa completou cinco anos desde a sua implementação, sendo um excelente momento para a comunidade universitária refletir sobre seus acertos, seus erros e decidir que rumos o programa deve tomar nos anos que se seguem.

Desbravando o caminho da pesquisa

Iniciamos a fundamentação teórica da pesquisa com uma reflexão de Santos (2003) sobre a conscientização da sociedade brasileira com as injustiças que permeiam as suas relações raciais. O Brasil republicano registra mais de um século de uma violência racial cotidiana que só atingia diretamente (sobretudo no tocante à variante corpórea) o grupo dominado.

Tal violência sempre foi apoiada por um conjunto variado de eficazes mitos explicativos que permitiam à retórica dominante silenciar para o restante da sociedade não somente os impactos – tão flagrantes nas ruas, nos bolsões de pobreza e nos presídios - , mas, sobretudo, os mecanismos de sua reprodução e as estratégias para o seu combate, fazendo com que se desenvolvessem poderosas clivagens socioraciais de pensamento e comportamentos.

Santos (2003) também lembra que, se as paralelas só se encontram no infinito, esse infinito parece estar chegando. A nudez do rei, que durante tanto tempo

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

os movimentos negros não deixaram calar, mas que parcelas significativas da sociedade insistiram – e alguns continuam insistindo – em negar, vem estremecendo as diferentes interpretações da realidade.

Por que os negros têm baixa representatividade nas universidades, na mídia, nos três poderes? Por que quase não temos negros juízes, engenheiros, médicos etc.? Fatalidade? Incapacidade? Consequência de que causas? Como reverter este quadro, garantindo representatividade racial em todas as esferas e níveis da sociedade?

Para os referidos autores, conferir igualdade nas oportunidades é um princípio que requer, diante do acúmulo histórico de injustiças e desigualdades, um tratamento diferenciado – não a reprodução ou criação de novas injustiças, mas a supressão das existentes. Não há igualdade num tratamento idêntico a desiguais. Isto só reforça as desigualdades.

Igualdade nas oportunidades e nos resultados. Estes dois objetivos, mutuamente complementares e não alternativos, são o que move os lutadores do movimento anti-racismo no Brasil ao defenderem a implementação de ações afirmativas.

Segundo Silva (2003) a universidade é o divisor de águas numa sociedade racialmente dividida, onde o critério para a incorporação às classes profissionais também é o critério da exclusão social. Até existir uma classe média negra profissional, com domínio dos mesmos códigos e competências da elite, não haverá combate efetivo à discriminação racial. E o ensino superior detém as maiores taxas de retorno para o indivíduo. Portanto, na procura de mobilidade ou de ascensão social, este é o nível que mais influencia na ruptura do ciclo de pobreza.

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

fundamentais, como a educação e o emprego, segundo Gomes (2001), que também acrescenta:

E são frutos de decisões políticas oriundas do Poder Executivo, com apoio, a vigilância e a sustentação do Poder Legislativo; do Poder Judiciário, que além de apor sua chancela de legitimidade aos programas elaborados pelos outros Poderes, concebe e implementa ele próprio medidas de igual natureza; e pela iniciativa privada (GOMES, 2001, p. 35).

A adoção de políticas afirmativas pelas universidades públicas no Brasil foi resultado de um longo processo de militância de grupos minoritários dentro e fora das universidades.

Principalmente ligados ao movimento negro, a ênfase desses atores estava na equiparação de oportunidades no acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Segundo Moehlecke (2002) e Oliven (2011), diante do objetivo de reduzir a desigualdade estampada nos censos sócio-demográficos, a reserva de vagas constituiu-se como estratégia concreta de reparação e promoção da igualdade entre grupos étnicos.

Conforme Schwartzman (2008) é nessa perspectiva que a discussão da inclusão social nas universidades tem sido pensada, principalmente em termos de ampliação do acesso e/ou de diversificação na política de admissão de alunos tendo como base a proporção de participação dos grupos que compõem a sociedade nos tipos de instituição (pública ou privada) e nas carreiras mais disputadas pelos estudantes.

Segundo estudiosos da temática, como Peixoto *et al* (2016) é importante reconhecer que existem agendas políticas e ideológicas muito fortes cristalizadas nos dois polos que normalmente acompanham esta discussão – os que são contrários e os que são favoráveis às cotas - fazendo com que o debate em torno desse tema seja sempre muito difícil. A esse respeito, Santos (2003) reconhece que mesmo que grande numero de instituições de ensino superior públicas tenham adotado algum tipo de ação afirmativa, elas raramente tornam público seus resultados com receio dos eventuais impactos desses dados na aceitação social da política de cotas.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Sem procurar defender ou justificar uma ou outra posição, os resultados apontam para uma realidade mais complexa e multifacetada do que a simples oposição entre prós e contra é capaz de supor. Enfrentar esta situação e oferecer soluções concretas e efetivas às diversas demandas sociais faz parte da própria gênese da universidade pública brasileira. Assim, este estudo analisa a implementação das cotas para negros(as) na UEMA, bem como o seu desempenho ao longo do curso, no período de 2012 a 2017.

Escolhemos a via sociológica como abordagem teórica e metodológica para desenvolver o estudo. A partir dessas leituras procuramos analisar as ações desenvolvidas pela UEMA no processo de implantação das cotas raciais, bem como programas de permanência dos cotistas.

O procedimento de campo exigiu a previsão de entrevistas abertas, o que ainda está em curso. As entrevistas são realizadas com os(as) alunos(as) cotistas no início e final do curso e com os funcionários da UEMA que trabalham nos programas de permanência.

Embora a pesquisa seja de cunho qualitativo, empregamos também os métodos estatísticos de natureza exploratória que nos auxilia na análise dos perfis dos sujeitos estudados e no seu desempenho acadêmico. A coleta das informações documentais é fornecida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROG) da UEMA, setor responsável em registrar e gerenciar informações e dados relativos à graduação.

Resultado parcial

O resultado parcial da pesquisa aponta que as informações coletadas através dos documentos disponibilizados - até este momento da pesquisa - pela PROG, sobre as inscrições e classificações dos(a) candidatos(as) inscritos(as) nas cotas, não respondem a contento as nossas indagações.

Expressamos as análises dos referidos documentos dos anos de 2012 a 2017 via quadro e gráfico para uma melhor compreensão desses dados. O quadro

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

abaixo mostra os dados coletados de alguns cursos tidos como os mais concorridos, sem nenhuma referência aos cotistas, percebe-se apenas o número total de inscritos dos anos de 2012 a 2017 para um percentual mínimo de classificados.

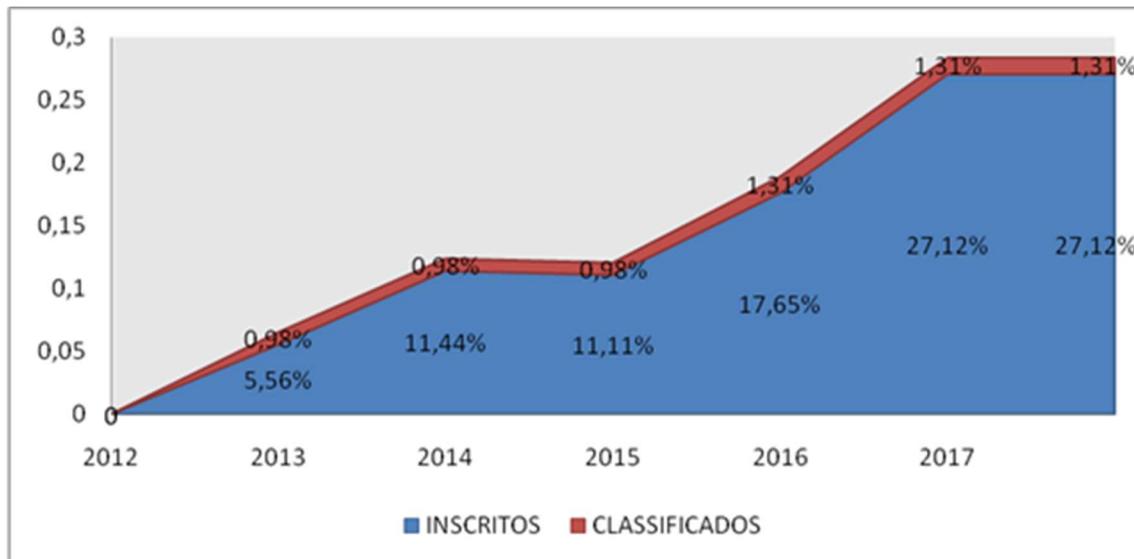
QUADRO 1 – Cursos mais concorridos.

CURSOS MAIS CONCORRIDOS				
CURSO	Nº INSCRITOS	% INSC.	Nº CLASSIFICADOS	% CLASS.
DIREITO BACHARELADO	260	100	64	24,62
ENGENHARIA CIVIL	84	100	38	45,24
MEDICINA	306	100	21	6,86
MEDICINA VETERINÁRIA	67	100	19	28,35

Fonte: PROG da UEMA.

Na análise detalhada dos resultados obtidos no curso de Medicina Bacharelado para exemplificar o processo da pesquisa, também nenhuma referência aos cotistas:

GRÁFICO 1 - Porcentagem da análise dos anos deferidos – Medicina Bacharelado.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Podemos analisar pelos dados quantitativos o percentual de crescimento do número de classificados dentro de uma significativa procura pelos vestibulandos. Assim, pode-se perceber no gráfico acima que no curso de Medicina, durante os anos de 2013 e 2014, assim como em 2016 e 2017, prevaleceu a porcentagem de aprovados com o percentual diferente de inscritos. Nos demais anos houve uma variação da porcentagem de inscritos e classificados.

Apesar de ser uma breve análise dos dados coletados, ainda há muitos documentos que precisam ser analisados, haja vista que, até o momento, não conseguimos a documentação necessária referente à quantidade de vagas reservadas para os cotistas.

Reiterando o que foi afirmado anteriormente, concluímos que, mesmo que grande numero de instituições de ensino superior públicas tenha adotado algum tipo de ação afirmativa, essas instituições raramente tornam público seus resultados com receio dos eventuais impactos desses dados na aceitação social da política de cotas.

Referências

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BRASIL. Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa n.º 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em:

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

<http://www.lex.com.br/legis_23866622_PORTARIA_NORMATIVA_N_18_DE_11_D_E_OUTUBRO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 8 fev. 2018.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio da USP/Editora 34, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Educação e Deslocamento. Resultados da Amostra. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Educacao_e_Deslocamento/pdf/tab_educacao.pdf>. Acesso em 10 de abril 2017.

MARANHÃO (Estado). Lei n.º 9.295, de 17 de novembro de 2010. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/23336298/pg-7-executivo-diario-oficial-do-estado-do-maranhao-doema-de-23-11-2010>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

MARANHÃO (Estado). Lei n.º 10.404, de 29 de dezembro de 2015. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Estadual, das Autarquias, das Fundações Públicas, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Estado do Maranhão. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4030>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

MOEHLCKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov., 2002.

NUNES, Antônio de Assis Cruz. **O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão**: uma política de ação afirmativa para a população afromaranhense, São Luís: EDUFMA, 2013.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 29-51, 2011, Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/539/375>>. Acesso em: 10 abril 2017.

PEIXOTO, M.C.L *et al.* Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP. V. 21, n. 2, p.569-591, jul., 2016.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

SANTOS, Sales Augusto. Ação afirmativa e mérito individual *in*: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (orgs.) **Ações Afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais, Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 86.

SANTOS, Sales Augusto. Ação afirmativa e mérito individual *in*: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (orgs.) **Ações Afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais, Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 86, *apud* TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo cordial**. São Paulo: Ática. 1995, p. 13.

SCHWARTZMAN, S. A questão da inclusão social na universidade brasileira. *In*: PEIXOTO, M.C.L.; ARANHA, A. V. (Orgs.). **Universidade pública e inclusão social**: experiência e imaginação. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. Ação afirmativa e cotas para afro-descendentes: algumas considerações sociojurídicas *in*: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (orgs.) **Ações Afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais, Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 59-73.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Sons negros com ruídos brancos. *In*: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópoles; Abong, 2002, p. 98-99.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo cordial**. São Paulo: Ática. 1995, p. 13.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

O LIVRO DIDÁTICO E OS CONCEITOS DE RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E ESTEREÓTIPOS

Elenir Rocha Pinto/UFMA²⁴

Sharon Tyler A. Fonseca/UFMA²⁵

Josenildo Campos Brussio/UFMA²⁶

Resumo: Neste artigo temos como objetivo principal discutir como conceitos básicos sobre o racismo, preconceito, discriminação racial e estereótipos são abordados nos livros didáticos de História do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no município de São Bernardo-MA. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, dividida em dois momentos: no primeiro, realizou-se um estudo sobre os conceitos de racismo, preconceito, discriminação racial e estereótipos, conforme literatura específica no assunto; no segundo momento, a pesquisa bibliográfica com análise e comparações de livros didáticos de história do ensino fundamental de 6º ao 9º ano da rede municipal de São Bernardo. No referencial teórico, utilizamos autores como Munanga (2004), Santos (2003), Sant'Anna (2008), Schwarcz (1998), Cavalleiro (2006), entre outros; além de documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Palavras-chave: Livro didático. Racismo. Preconceito.

Introdução

No presente artigo discutiremos como conceitos básicos sobre o racismo, preconceito, discriminação racial e estereótipos são abordados nos livros didáticos de História do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no município de São Bernardo. O livro didático tem sido tornado um objeto de estudo bastante discutido nas pesquisas em educação na contemporaneidade, dada a importância de sua empregabilidade no processo educacional, seja por questões técnicas, teóricas, metodológicas ou políticas.

²⁴ Discente do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, pela Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo/MA. E-mail: leninha.s2@outlook.com

²⁵ Discente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia, pela Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo/MA. E-mail: sharon_tyler.af@hotmail.com

²⁶ Professor adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia, pela Universidade Federal do Maranhão, Campus de São Bernardo/MA. E-mail: josenildobrussio@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Neste artigo, não teremos como discutir todos estes aspectos do livro didático, por isso, nosso foco será a questão do conteúdo do livro didático, mais especificamente, o livro didático de história, no ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, no que tange ao emprego das palavras racismo, preconceito, discriminação racial e estereótipos, principalmente, após a obrigatoriedade da Lei 10.639/03.

Para tanto, no primeiro capítulo deste artigo, discutiremos, a partir do referencial teórico escolhido, os conceitos básicos de racismo, preconceito, discriminação e estereótipos; no segundo capítulo, abordaremos como estes conceitos aparecem nos livros didáticos de 6º ao 9º ano do ensino fundamental do município de São Bernardo e, por fim, no terceiro capítulo falaremos que mudanças ocorreram nos livros didáticos de história do 6º ao 9º ano do ensino fundamental após a implementação da Lei 10.639/03.

Conceitos Básicos sobre Racismo, Preconceito e Discriminação

No nosso país, existe uma grande miscigenação racial, onde o contexto histórico brasileiro apresenta uma realidade onde não se pode negar que o racismo faz parte do cotidiano de muitos brasileiros, onde há pessoas que são vítimas todos os dias destas práticas horrendas. Os mais afetados são os negros já que grande parte da população é de origem negra, onde os mesmos escutam frases como “negão”, piadas de “preto” ou ofensas baseadas na cor negra. São vários exemplos infundáveis, porém essa mensagem se repete que o negro é ruim, negro não é humano, negro faz coisas erradas, entre outras.

Existem diversos conceitos sobre o racismo nas literaturas sobre o tema, variáveis sobre diversos critérios: parâmetros conceituais, áreas de conhecimento, temporalidade, espacialidade. Para este texto, optamos, primeiramente, pelo conceito do antropólogo Kabengele Munanga:

Racismo é a ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos raciais humanos. É um conjunto de ideias e imagens vinculadas a grupos humanos, baseadas na existência de raças

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

superiores e inferiores. O racismo individualizado manifesta-se por práticas discriminatórias de indivíduos contra outros indivíduos. O racismo institucional está presente, por exemplo, no isolamento dos negros (as) em determinados bairros, escolas e empregos. Também está presente no currículo escolar e nos meios de comunicação (MUNANGA, 2004, p. 8).

Para Munanga (2004), o racismo advém de um longo processo histórico com o qual os negros eram usados, explorados, para fins econômicos, tornando-os inferiores e que muitas vezes essa inferioridade estava ligada a uma forma preconceituosa de racismo entre raças, obtendo, portanto, o poder de explorar raça que era subordinada para determinados fins lucrativos.

Desta maneira, para o antropólogo africano, o conceito de racismo teria suas raízes em um processo histórico e cultural, associado às práticas sociais desenvolvidas pelo colonizador durante a história da nação brasileira. Para outros antropólogos, os fatores que teriam causado o surgimento do racismo no ocidente são de ordem biológica e não histórico-social:

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre o outro, inspirada nas diferentes fenotípicas, como se vê (SANT'ANNA, 2008, p. 12).

Nas citações dos autores Munanga e Sant'Anna vemos que a palavra “racismo” é utilizada para justificar uma dominação de raça contra raça, no sentido em que uma raça superior é subordinada por uma inferior, que visa uma dominação contra aquela raça que se denomina inferior a outra, seja por seu fenótipo, sua cultura ou biogenética.

Assim, podemos notar uma prática discriminatória e racista de indivíduos para indivíduos que se estende em todos os âmbitos sociais, caracterizados por não oportunizar o mesmo status sócias de uma raça para outra, havendo, portanto, uma exclusão (principalmente, por parte do negro a raça que é mais discriminada racialmente na sociedade) presenciada em todo o cotidiano da sociedade.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

A discriminação racial no Brasil é responsável por parte significativa das desigualdades entre negros, brancos e das desigualdades sociais em geral. Essas desigualdades são resultados não somente da discriminação ocorrida no passado, mas também, de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam cotidianamente procedimentos discriminatórios. Os altos índices de desigualdades raciais comprometem a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa. E para reverter esse quadro no qual prevaleça à cultura da inclusão e da igualdade, é necessário que tenhamos um entendimento sobre a desigualdade racial no Brasil que resulta da combinação de diversos fenômenos, complexos como, o racismo, o preconceito, a discriminação racial.

Até aqui falamos de racismo, mas cabe mencionar também que há além do racismo o preconceito e a discriminação que ajudam a fortalecer ao racismo encontrado em nossa sociedade:

O preconceito é uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ela regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, torna-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. (SANT'ANNA, 2008, p. 58).

Segundo a citação de SANT'ANNA, o preconceito está presente em nosso cotidiano, sendo fruto das nossas opiniões e condutas estabelecidas mediante as pessoas ao adquirem um status de superioridade diante dos outros.

Com relação à ideia de preconceito, é uma opinião que formamos das pessoas antes de conhecê-las, é um julgamento apressado e superficial muito perigoso, pois ao invés de melhorar a nossa vida e da sociedade, acaba trazendo muitas situações complicadas e até mesmo violentas. Podemos tratar como uma postura ou ideia negativa pré-concebida, uma atitude de alienação a tudo aquilo que foge dos padrões de uma sociedade.

A discriminação racial, segundo o conceito estabelecido pelas Nações Unidas sobre todas as formas de Discriminação Racial fala o seguinte:

Significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

gozo ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (SANT'ANNA, 2008, p. 58).

Aqui podemos notar que os casos de discriminação recorrente aos negros, tendem a excluí-los do convívio social, sem que eles tenham o gozo e direitos, colocando-os como submissos ao que a sociedade lhe impõe, desta maneira, a ação discriminatória e preconceituosa age de maneiras errôneas perante os direitos assegurados a eles.

Mesmo que as divergências sobre a natureza do racismo sejam diversas, os estudos do presente, sobre o passado, sobre os afrodescendentes, permitem um consenso sobre a existência de uma enorme desigualdade estrutural de ordem socioeconômica sofrida pelos afrodescendentes. Fato importante que deveria nortear a discussão é que esta desigualdade é injusta e desumana, portanto, deveria ser combatida por todos os meios, não importando sua origem e natureza (ROMÃO, 2005, p. 252).

Raça, racismo, discriminação racial e preconceito são palavras que nos levam a perceber que em seus conceitos há uma grande superioridade de raças contra raças, e no caso dos negros essa superioridade é maior no sentido em que ele passa a ser excluído em meio aos outros. Na educação, percebemos muito isso.

O acesso à educação não é igualitário a todos, principalmente, aos negros e afrodescendentes o que os levam a brigar por seus direitos e hoje 129 anos depois da abolição este cenário não mudou muito, apesar de terem sido implementadas leis que tem por objetivo ajudar os negros a se incluírem no convívio social, educacional e político, a fim de derrubar as barreiras racistas que ainda existem na sociedade brasileira, o que contraria veemente o disposto na Carta Magna brasileira de 1998.

Os estereótipos podem formar a base para o preconceito em relação a um indivíduo ou em um determinado grupo. Os estereótipos são vistos como componentes de uma atitude: o preconceito. Eles são construídos acerca dos grupos sociais que compõem a sociedade destacando fatores como o sexo,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

cor/raça, classe entre outros se tornando características definidas por lugares na sociedade, como um lugar social, econômico e simbólico (ROMÃO, 2005, p. 249).

As pessoas que não conseguem deixar de ser preconceituosas podem vir a se tornar racistas. Um racista acredita que existem raças superiores às outras, o que é grande tolice, pois na espécie humana não podemos dizer que existam raças, a cor da pele, a forma do nariz, o tipo de cabelo, o tipo do sangue, o formato e cor dos olhos, a espessura dos lábios, não são suficientes para estabelecer diferentes tipos de raças entre os seres humanos, que biologicamente são iguais em quase tudo, restando pequenas diferenças externas pouco importantes e que não servem para fazer com que uns sejam superiores ou inferiores aos outros e vice versa. A discriminação se mostra tão latente em nossos dias que é muito comum observarmos pessoas usando outros termos para não se denominarem negras, usar o termo moreno ameniza um pouco o peso de ser negro em uma sociedade determinada pela cultura branca. Até mesmos nas escolas existe uma certa distância entre as classes populares, predominado é claro, a cultura branca, segundo Trindade (1994).

O preconceito racial indica opinião ou sentimento, que favorece ou não, assumindo consequências da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio, o que conduz à intolerância, portanto o racismo ou preconceito racial é que levam a discriminação e a intolerância racial. É nesse aspecto que existe um combate mundial ao racismo e a intolerância racial, que se manifesta através dos eventos nacionais e internacionais, com a participação das entidades governamentais ou não governamentais que buscam a união dos povos contra toda forma de racismo, intolerância e discriminação.

Com relação ao termo discriminação, está relacionado à conduta (ação ou omissão) que viola os direitos das pessoas com base em alguns critérios positivos e negativos. A discriminação racial expressa à quebra do princípio da igualdade, como distinção, exclusão, restrição ou preferências, que são motivadas pela raça, cor, sexo, idade, trabalho, religião ou por convicções políticas. A pessoa que comete o ato de discriminação geralmente quer valorizar a si próprio e diminuir os demais

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

mesmo cometendo esse ato como se fosse uma “brincadeira”. É insegura porque não tem capacidade de conviver com os outros e aceitar as diferenças naturais entre os seres humanos.

Os preconceituosos e racistas têm dificuldades em aceitar e conviver com a diferença e às vezes suas atitudes projetam sobre os outros a se subjugarem seres inferiores a eles e que não podem ter o mesmo direito. Discriminação é, portanto, tratar os outros com inferioridade, se julgando superior.

O Conceito de Racismo, Preconceito, Discriminação e Estereótipos no Livro Didático de História

Podemos ver que a discriminação racial está em todos os lugares, na sociedade em que o indivíduo é inserido, nas escolas, no trabalho, vemos que em todos os lugares há uma discriminação racial por causa da cor de uma pessoa, do seu status social.

Com muita propriedade Lilia Moritz Schwarcz, trata do tema ao afirmar que:

Ninguém nega que existe racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a “outro”. Seja da parte que age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar [...] Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se dá na intimidade. E da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente. No entanto, depende da esfera pública para sua explicitação, numa complicada demonstração de etiqueta que mistura raça com educação e com posição social e econômica. “Preto rico no Brasil é branco, assim como branco pobre é preto”, diz o dito popular. Não se “preconceitua” um vereador negro, a menos que não se saiba que é um vereador; só se discrimina um estrangeiro igualmente negro enquanto sua condição estiver pouco especificada (SCHWARCZ, 1998, p.181).

O preconceito racial no Brasil faz parte da sua história, do passado escravista, de uma abolição que modificou pouco a situação dos negros da época,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

que se reflete até hoje na permanência dos negros em locais e funções subalternas. Por mais que os negros tenham sido libertados, ainda assim eram submissos.

Infelizmente, esta ainda é a história que os livros didáticos de História do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no município de São Bernardo reproduzem na sala de aula. Analisamos os livros do 6º ao 9º ano utilizados pela rede municipal de São Bernardo: o livro “História: Sociedade e cidadania” (2015), de Alfredo Boulos Júnior, da Editora FTD. Este livro integra o rol dos sugeridos pela Secretaria de Educação Municipal de São Bernardo em conformidade com a base nacional²⁷.

O primeiro impacto que tivemos na análise do livro foi a ausência de temáticas relacionadas a Lei 10.639/03, como, a história e cultura africana e afro-brasileira em todas as séries do Ensino Fundamental. Ainda há uma má distribuição dos conteúdos programáticos, porque ainda atendem a uma perspectiva de políticas educacionais de uma classe dominante. O volume que mais apresenta modificações em atendimento à Lei 10.639/03 é o livro do 8º ano em que no Capítulo 1 - “Dominação e resistência”, da Unidade 1, aborda a cultura africana e suas influências no Brasil (origens, características culturais dos povos africanos, as resistências), mas na ilustração da página, aparece uma foto de negros na passarela do samba, apenas (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 10).

No Capítulo 2: no subtítulo “Bandeirantes” (p. 31), há a representação do negro na condição de “Escravo” e não como “escravizado”. No capítulo 3: no subtítulo “A sociedade mineradora”, notamos que há uma influência dos negros, em relação à economia. Na Unidade II, apenas o Capítulo 6 apresenta uma imagem dos africanos que foram levados para trabalhar na América do Norte (p. 103). Na Unidade III, “Emancipação, terra e liberdade” (p. 148 e 149) resume, em três

²⁷ A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

imagens, a temática abordada. A primeira faz referência a um julgamento sobre a demarcação da Raposa Serra do Sol-DF, com uma imagem de um índio no tribunal. A outra mostra integrantes de movimentos sociais na participação da 10ª edição do Grito do Excluídos, e a última imagem retrata grupos da cultura afro celebrando o Dia Nacional da Consciência Negra. O Capítulo 7 traz no enunciado a imagem de uma cantora negra lírica norte-americana (p. 113).

O Livro Didático e História após a Lei 10.639/03

A lei 10.639 foi decretada e sancionada em 09 de janeiro de 2003, na administração do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Não surgiu de um dia para o outro, mas sim de um conjunto de ações sociais, principalmente, do surgimento do movimento negro, resultado de anos de luta em prol de seus direitos. Criada com o objetivo de levar para as salas de aula conteúdos sobre a cultura afro-brasileira e africana, propõe novas diretrizes para valorizar e ressaltar a presença africana na formação da sociedade brasileira, possibilitando aos alunos, superar a visão eurocêntrica de mundo, instigando um espaço ativo de diversidade e igualdade cultural no ambiente escolar, o exercício do pensamento crítico, ajudando a formar uma mentalidade não racista que excitasse as lutas pela promoção da igualdade social.

Falar sobre a Lei 10.639/03 requer resgatar as fortes campanhas empreendidas pelas experiências do Movimento Negro Unificado (MNU) – e seus desdobramentos com a política anti-racista, nas décadas de 1980 e 1990, com conquistas singulares nos espaços públicos e privados – das frentes abertas pelo Movimento de Mulheres Negras e do embate político impulsionado pelas Comunidades Negras Quilombolas no Brasil (CAVALLEIRO, 2006, p. 19).

Foram as ações do movimento Negro que pressionaram o Estado brasileiro a formular projetos no sentido de promover políticas e programas para população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro. Entre os

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

resultados, a Lei nº 9.394/96 foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o Ensino de História da Educação Básica e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, Lei 10.639, 2003).

Com a nova reforma de 09 de janeiro de 2003, os livros didáticos, também deveriam sofrer grandes transformações, principalmente, na área de História. Os livros didáticos deveriam contribuir para a extinção do racismo na escola, desconstruindo a visão eurocêntrica até hoje predominante nas metodologias e ideologias sobre o ensino de história e que acabam contribuindo e acentuando o racismo dentro da sala de aula.

Na lei, prega-se que devemos estudar os conteúdos referentes a história e cultura africanas e afro-brasileiras, mas o que mais vemos nestes conteúdos, é uma história de sofrimentos e de submissão, tanto do negro como do indígena perante os colonizadores. O fato que os livros didáticos poderiam trazer também a contribuição desses indivíduos na construção do país, sua importância na construção da História do Brasil.

Mas, infelizmente, como vimos no capítulo anterior, as mudanças presentes nos livros didáticos ainda são muito tímidas. É preciso dar maior ênfase nos personagens negros e negras da história do Brasil, de maneira a proporcionar uma maior clareza às temáticas da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação do Brasil, bem como possíveis conteúdos que possam aclarar evidências acerca da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente a história do Brasil.

Conclusão

Nesta pesquisa, percebemos que os conflitos oriundos de questões como racismo, preconceito ou discriminação racial estão longe de alcançarem uma solução rápida e pacífica. A educação seria o veículo transformador mais rápido e



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

seguro para esta transformação. Mas, a mudança consiste em uma série de fatores que pertencem ao processo educacional como um todo, entre eles, o livro didático.

Para resolvemos esses conflitos raciais, teríamos que criar uma reeducação para toda a sociedade brasileira, para que não houvesse mais os inferiores e os superiores, para que a sociedade pudesse entender que há misturas de raças, que somos todos iguais, independentemente de cor, raça, etnia, classe, sexo, condição social, entre outros. No final das contas, corre sangue vermelho nas veias de todos.

Apesar da luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação e da importância dos negros na sociedade, ainda convivemos com o preconceito racial. E podemos ver que muitas vezes a cor negra só tem sentido quando o indivíduo é “pobre e preto”.

Para que todos vivam melhor e seguros sem precisar desconfiar dos outros ou de viver competindo contra tudo e contra todos, deveríamos construir uma sociedade em que a justiça, a liberdade, a igualdade sejam um direito para todos. Se nós combatermos o preconceito, racismo e discriminação, iremos dar um grande passo para a melhoria do mundo, de nós mesmos e dos demais, que são apenas nossa imagem e semelhança.

Referências

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acessado em: 18 de fevereiro de 2018 às 16:37.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**. São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-Brasileira e africana**. Brasília: MECSECAD/SEPPIR /INEP, 2004.

_____. **Constituição Federal/1998**. Brasília: Palácio do planalto, 1998.

_____. **Decreto 4.887/2003**. Brasília: Palácio do planalto, 2003.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

_____. **Lei 10.639/2003.** Brasília: Palácio do planalto, 2003.

_____. **Lei 9.394/1996 (LDB – lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).** Brasília: Palácio do planalto, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos Temas Transversais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. **Valores civilizatórios dimensões históricas para uma educação anti-racista.** In: *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

OLIVEIRA, Eduardo Hp de. **Além, do nada: Estado, raça e ação afirmativa.** In: *O racismo no Brasil: a democracia em questão*. Caderno n.23. Nov.1997.

ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras Histórias.** Brasília/DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.- Brasília Ministério da Educação, Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação afirmativa e mérito individual.** In: LOBATO, Fátima; SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS NETO, Manoel. **O negro no Maranhão: a trajetória da escravidão, a luta por justiça e por liberdade e a construção da cidadania.** São Luís: EDUFMA, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.** In: SCHWARCZ , Lília Moritz. *A história da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, Azoilda Loreto da. **O racismo no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro. 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8948/000304120.pdf> . Acessado em 18 de janeiro de 2018.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Ilma Fátima de Jesus²⁸

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre gênero e relações étnico-raciais no currículo escolar, a partir da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a inserção dos temas sociais, na perspectiva da necessidade de uma prática pedagógica que elimine o sexismo, o preconceito racial e a discriminação racial na escola para fortalecer a identidade e autoestima dos/as educandos/as. Indica as possibilidades que os sistemas de ensino têm de promover a formação continuada de professoras e professores para que o respeito à diversidade de gênero e das relações étnico-raciais nas escolas de educação básica em todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica, com um currículo e materiais pedagógicos adequados para sedimentar posturas sobre as diferenças de gênero e étnico-raciais contribuam para vivenciar atitudes saudáveis no contexto escolar.

Palavras-chave: Gênero e Relações Étnico-Raciais. Currículo e BNCC. Formação de Professores/as.

Introdução

A abordagem deste artigo reflete sobre como os temas gênero e relações étnico-raciais, que devem ser tratados no currículo escolar brasileiro, se configuram na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que teve sua versão final disponibilizada no final do ano passado e documento final em 2018.

Refletimos que os temas gênero e relações étnico-raciais são importantes para uma prática pedagógica que contribua para eliminar preconceitos e discriminações presentes no cotidiano escolar.

²⁸Mestra em Educação e Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Investigações Afro-brasileiras –Gipeab/UFMA. Membro da coordenação do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Maranhão - FEDERMA. Professora Especialista, nomeada por concurso público em 2002, atuando do Núcleo do Currículo/SAE/SEMED, como Coordenadora da Formação em Educação para as Relações Étnico-Raciais. Professora da disciplina Língua Inglesa no Ensino Médio da Rede Pública Estadual concursada desde 2002. Coautora do livro Educação das Relações Étnico-Raciais: Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana da Ed. Didática Suplegraf, editado em 2010. Militante do Movimento Negro Unificado – MNU desde 1984, foi Coordenadora Nacional de Formação do MNU, de 2009 a 2012 e fundadora da Seção São Luís do MNU no Maranhão em 1997. Foi Coordenadora Executiva do Conselho Municipal das Populações Afrodescendentes – COMAFRO de 2004 a 2008 e Coordenadora do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Maranhão - FEDERMA de 2009 a 2012, representante do FEDERMA na Comissão Técnica para Assuntos Educacionais na Temática Étnico-Racial – CADARA/MEC de 2009 a 2012 e Coordenadora-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais no MEC/SECADI, de 2012 a 2014.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Nossa trajetória profissional envolve o olhar de militante e pesquisadora sobre a necessidade que os sistemas de ensino têm de promover a formação continuada de professoras e professores para tratar de temas como gênero e relações étnico-raciais na Educação Básica.

Isso nos impele a analisar ações, atividades e políticas públicas educacionais que inserem os referidos temas na educação pública e a contribuição dos sistemas de ensino para ampliar o conhecimento nas temáticas.

Políticas públicas para a formação continuada de professores/as com foco nos temas como gênero e relações étnico-raciais valorizam a diversidade, o que contribui para a superação do modelo sexista e racista, e a eliminação das desigualdades étnico-raciais, presentes na educação escolar brasileira, nas diversas etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

A análise sobre as políticas públicas questiona as relações baseadas em preconceitos que estereotipam e desqualificam as mulheres, em especial as mulheres negras, o que culmina desencadeando sentimentos de inferioridade, de um lado e, de outro lado, reafirmando sentimentos de superioridade em relação aos diferentes segmentos.

Ao enfocar as estratégias para abordagem da temática de gênero e das relações étnico-raciais no currículo escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís, apontamos caminhos para que os conteúdos desses temas sejam tratados no ambiente escolar.

Gênero no Currículo Escolar

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, temos em seu artigo 6º a educação é um direito de todas e todos e, que condições para acesso e permanência escolar devem ser garantidas.

O debate sobre saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social deve se estabelecer no currículo escolar para evitar processos de exclusão escolar. No âmbito escolar, discutir a questão de gênero, significa analisar como estão sendo

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

construídas as identidades dos/as educandos/as, como estão sendo abordadas as questões das diferenças. O termo gênero aparece entre as feministas que queriam enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo, indicando uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo (SCOTT, 1996, p.1).

No currículo escolar, a inserção dos temas sociais indica que a escola necessita tratar das questões de gênero e sexualidade na sala de aula para garantia de um ensino que respeite as diferenças e a diversidade como parte do processo de formação humana, refletindo que é preciso eliminar do material didático e da prática educativa os estereótipos, sejam eles sexistas ou racistas.

No debate da Base Nacional Comum Curricular, gênero e sexualidade foram suprimidos, entretanto, na versão final, há o indicativo de tratamento do tema quando é indicado direitos humanos e saúde, vida familiar e social.

A preocupação com temas como gênero e relações étnico-raciais tem início na militância no movimento negro, nos anos 80, quando iniciamos a escrita sobre a questão da mulher negra, que envolve a participação na construção de políticas públicas para mudança de práticas sociais recheadas de preconceitos.

Nesse sentido, refletimos que gênero necessita se constituir em tema presente no currículo escolar, sendo importante organizar processos de formação continuada para suprir as lacunas existentes.

A inclusão deste tema pode contribuir para o combate a situações de preconceito e discriminação de gênero na Educação Básica, pois na prática pedagógica necessita-se, ainda, possibilitar a formação da identidade de gênero e fortalecer a autoestima dos estudantes.

É possível contar com professoras e professores conscientes da existência de manifestações preconceituosas e discriminatórias advindas do sexismo no ambiente escolar, mas há quem se omita não externando contrariedade à situação, demonstrando insensibilidade ao não estimular o desenvolvimento de atitudes isentas de preconceito e discriminação na busca do respeito às diferenças para a convivência com a diversidade existente na escola.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Relações Étnico-Raciais no Currículo Escolar

A Lei nº 10.639/2003 inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, o Art. 26-A, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, indicando em seus parágrafos que o conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, com conteúdos que devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar.

A referida lei insere no processo de ensino conteúdos que visam modificar as relações étnico-raciais no ambiente escolar, em seu aspecto explícito e implícito, presentes no cotidiano das escolas envolvendo estudantes, professores/as, gestores/as escolares, coordenadores/as pedagógicos, demais profissionais e comunidade escolar e local.

Conforme apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 6) “a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, troca de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual e equânime”, o que exige da escola e professores/as a desconstrução da mentalidade racista e discriminadora secular que se orientou pelo etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando os processos pedagógicos, que não podem ser reduzidos a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizado vivida pelos negros e indígenas, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas pelas desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas.

As pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de proporcionar uma educação das relações étnico-raciais positiva



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

visam fortalecer a consciência negra entre os negros e despertar entre os brancos o respeito ao negro no ambiente escolar. Assim, ressalta-se a importância de ampliar o conhecimento para que negros possam se orgulhar da sua origem africana e os brancos consigam identificar as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser e viver.

Professoras/es conscientes de seu papel, poderão desenvolver atitudes firmes e apropriadas com relação a atitudes preconceituosas, a atos discriminatórios, baseados na origem étnico-racial, no contexto escolar, no material didático, disponibilizando-se a discutir e reconhecer seus próprios preconceitos por serem receptivos às sugestões para mudança de postura pois

Crianças, adolescentes e jovens, negros e negras, têm vivenciado um ambiente escolar inibidor e desfavorável ao seu sucesso, ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Lançar um novo olhar de contemporaneidade para que se instalem na escola posicionamentos mais democráticos, garantindo o respeito às diferenças, é condição básica para a construção do sucesso escolar para os estudantes. (BRASIL: 2006, p. 69)

Na prática, a legislação estabelece medidas que repudiam o preconceito e a discriminação racial manifestados pelo racismo, reconhecendo que todo cidadão/cidadã possui uma singularidade irredutível e que a formação escolar deve atentar para o desenvolvimento da personalidade dos educandos.

Em “O pensamento do MNU”, publicado no livro “O Pensamento Negro em Educação no Brasil: Expressões do Movimento Negro”, alertamos que

A contribuição que o debate acerca da educação traz para o processo de reação à violência racial começa ao se denunciar a seletividade do modelo educacional vigente, o reforço aos valores da classe dominante, a perpetuação de uma prática pedagógica racista, que exclui o patrimônio cultural da população negra dos currículos escolares (JESUS, 1997, p.47).

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Para Fernandes e Souza (2016, p. 117) “as violências físicas e simbólicas criam dificuldades à formação de sentimento de pertencimento racial, fortalecendo obstáculos ao seu posicionamento político”.

Lembramos que as políticas voltadas para retratação são enfatizadas a partir da Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001, em que o Estado brasileiro reconhece a existência do racismo no país e intensifica ações contra as práticas racistas, passando a adotar no século XXI ações afirmativas.

Desta forma, o sistema municipal de ensino e as escolas de Educação Básica, nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e modalidades de ensino, devem considerar o registro da história não contada dos negros no Brasil, tais como em comunidades remanescentes de quilombos urbanos e rurais, territórios negros; apoio aos professores/as para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, com foco na História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena e a Educação das Relações Étnico-Raciais; mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas, assim como a inclusão de bibliografia relativa à história e cultura afro-brasileira e africana.

A inclusão de personagens negros e negras, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico-racial deve ser observada, bem como a organização de centros de documentação, bibliotecas, midiotecas, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, a partir de pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos africanos, afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Gênero e Relações Étnico-Raciais na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Como documento de caráter normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os educandos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

A construção da BNCC foi iniciada em 2014 e a primeira versão do documento foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016 e recebeu contribuições de profissionais da educação, especialistas e da comunidade acadêmica de todo o País. Essas contribuições foram sistematizadas e subsidiaram a elaboração da segunda versão que foi publicada em maio de 2016, tendo sido debatida em seminários realizados pelas secretarias de educação de estados e municípios.

A segunda versão da BNCC, em 2017, foi examinada por especialistas do Brasil e de outros países e os pareceres desses especialistas foram encaminhados ao órgão responsável pelas definições e diretrizes que orientaram a revisão da segunda versão, bem como pela indicação de especialistas que redigiram a versão final, após análise de leitores críticos, que produziram pareceres relativos às diferentes etapas da Educação Básica, às áreas e aos componentes curriculares do Ensino Fundamental. A versão final da BNCC, guarda a essência original, complementa e revisa as versões anteriores, apresentando a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os educandos da Educação Básica.

Os temas sociais já não aparecem com o destaque devido na versão final da BNCC, mas é indicado que cabe aos sistemas, redes de ensino e às escolas, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas temas contemporâneos que afetam a vida humana, de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: educação em direitos humanos, que inclui gênero; educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

indígena, dentre outras temáticas, que desenvolvem habilidades nos componentes curriculares de forma contextualizada.

Entretanto, é preciso lembrar que a sugestão de introdução de estudos africanos é uma bandeira de luta mais antiga do movimento negro, no campo da educação, para reconhecimento sobre a importante contribuição dos africanos e seus descendentes na construção do país para a valorização positiva das nossas raízes culturais africanas para o resgate da identidade étnico-racial e fortalecimento da autoestima negra, a partir da inserção da história africana no currículo escolar, a fim de que sejam resgatados pontos positivos de referência aos educandos negros e negras, remonta décadas e reforça o fato de que as instituições escolares não ofereciam e ainda não oferecem aos estudantes negros e negras condições de socialização para promoção do pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Gomes (2011, p. 135) ressalta que “movimento negro é entendido como um sujeito político, com uma trajetória histórica, integrante do contexto atual da organização dos movimentos sociais [...]”.

Após 15 anos da assinatura da Lei nº 10.639/03, refletimos sobre os avanços obtidos para a presença da temática étnico-racial no contexto escolar, considerando que ainda há necessidade de políticas educacionais para enfrentar os desafios que fazem parte do contexto vivido em pleno século XXI.

A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana foi o foco da pesquisa intitulada “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico- Raciais na Escola na Perspectiva de Lei 10.639/2003”, realizada por Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus, buscando práticas pedagógicas presentes no cotidiano escolar e os desafios para professores/as, gestores/as escolares, gestão dos sistemas de ensino da Educação Básica e, principalmente, para a formação inicial e continuada de professores/as para a política educacional que respeita a diversidade.

Para Gomes e Jesus (2012, p. 14),

as mudanças a que assistimos nas práticas escolares observadas podem ainda não ser do tamanho que a superação do racismo na

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

educação escolar exige, mas é certo que algum movimento afirmativo está acontecendo. Em algumas regiões, sistemas de ensino e escolas o processo está mais avançado, em outros ele caminha lentamente e em outros está marcado pela descontinuidade. (GOMES e JESUS, 2012, p. 14)

De acordo com o resultado da pesquisa “não há uma uniformidade no processo de implementação da Lei 10.639/2003 nos sistemas de ensino e nas escolas públicas participantes”.

O acesso ao saber propicia a libertação de um processo de dominação e de perpetuação das desigualdades em nossa sociedade. Por conta da inexistência, antes, de políticas públicas educacionais que contribuíssem para a eliminação de desigualdades, há necessidade, hoje, de processos de reparação, reconhecimento e valorização na educação, a fim de serem eliminadas as desigualdades geradas por erros do passado para promoção de uma vida digna à população negra e, como indicam as diretrizes, de mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas e inclusão de bibliografia relativa à história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

Gomes (2007, p. 9) afirma que as demandas do movimento negro encontram maior ressonância, nos dias atuais, quando incorporadas por órgãos governamentais, núcleos de estudos e pesquisas, escolas de educação básica e processos de formação inicial e continuada de professores/as, que ainda se deparam com uma resistência. A autora reflete

Mas o trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política. (GOMES, 2009, p. 9)

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

De acordo com a autora, para a efetivação política dessa antiga reivindicação do movimento negro para a educação, a partir da Lei nº 10.639/03 e seus desdobramentos na “formação de professores/as, na pesquisa acadêmica, na produção de material didático, na literatura, entre outros, deverão ser considerados como mais um passo no processo de descolonização do currículo”, enfatizando que isso resulta na construção de projetos educativos emancipatórios abrigando um conflito, reportando-se a Santos (1996) e sinalizando que Boaventura de Sousa Santos chama de "epistemicídio" "a morte de conhecimentos alternativos" indicando a valorização das diversas possibilidades de pensar a vida, das diversas formas de produzir conhecimento e que uma não se sobreponha à outra.

Formação de Professores/As e os Recursos Pedagógicos

A formação inicial e continuada de professoras e professores é fundamental para temas como gênero e relações étnico-raciais na gestão do ensino da sala de aula para uma prática pedagógica que contribua para eliminar preconceitos e discriminações presentes no cotidiano escolar, sendo necessário priorizar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, o que contribui para o desconstruir inverdades, combater o racismo e as desigualdades étnico-raciais, presentes na educação escolar brasileira, nas diversas etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

Para tratar do tema gênero, ainda há necessidade de materiais pedagógicos adequados. No caso das relações étnico-raciais na educação básica, a formação de profissionais da educação que atuam na Secretaria Municipal de Educação de São Luís – SEMED constituiu-se mais incisivamente, em 2006, a partir de um momento com o objetivo de formar multiplicadoras para um trabalho de formação com a utilização da importante tecnologia educacional disponibilizada para as escolas: o Projeto A Cor da Cultura²⁹. O kit, inicialmente composto por 03

²⁹ O Projeto A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, criado em 2004, pelo Canal Futura e parceria do MEC, Fundação Cultural Palmares e SEPPIR.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

cadernos para professores/as, tendo como conteúdo; Glossário – Memórias das palavras; CD Gonguê – A herança africana que construiu a música brasileira; 01 jogo educativo – Heróis de todo mundo e dvds com 30 heróis, Livros Animados, Nota 10 com 5 episódios, Mojubá, com 7 episódios, foi ampliado com o kit complementar contendo 02 cadernos para professores/as, dvds Heróis de todo mundo, Livros Animados, Nota 10 e Mojubá.

Para Sacristan (2000), não tem sentido renovações dos conteúdos sem mudanças de procedimentos e tampouco uma fixação em processos educativos sem conteúdos de cultura.

O processo de formação continuada de professoras e professores e demais profissionais da educação para tratar das relações étnico-raciais com o suporte de materiais pedagógicos adequados contribui para cumprir a lei.

Para Regis (2012, p. 7-8)

O papel dos educadores na definição dos currículos escolares realmente efetivados nas salas de aulas, na percepção dos conhecimentos vistos como valiosos para serem ensinados e na desconsideração de outros conhecimentos têm importância para a compreensão do currículo que se realiza nas escolas.

Os cursos de licenciatura, ou seja, os cursos de formação inicial, ainda não contemplam, como deveriam, disciplinas sobre relações étnico-raciais, salvo raras exceções³⁰, envolvendo o racismo, a discriminação e o preconceito racial para preparar futuros profissionais da educação a tratar a temática nas escolas.

Um dos avanços recentes, para a temática étnico-racial, foi a criação, no ano de 2015, do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos Afro-brasileiros na Universidade Federal do Maranhão, primeiro curso no país que atende as históricas reivindicações do movimento negro por meio das políticas públicas educacionais reparatórias para eliminar a falta de tratamento de conteúdos como história e cultura afro-brasileira e africana e literatura afro-brasileira e africana,

³⁰ Na Faculdade Santa Fé, em São Luís, foram inseridas no currículo do curso de Pedagogia, em 2009, as disciplinas Educação das Relações Étnico-Raciais e, em 2010, História e cultura afro-brasileira. Posteriormente, em 2011, o curso de Letras e os demais cursos criados pela faculdade, a saber: História, Geografia e Filosofia, inseriram disciplinas sobre a temática.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

formando docentes para que a implementação da Lei nº 10.639/03 se efetive nas escolas, podendo suprir as lacunas porventura existentes anteriormente na formação de professoras e professores e demais profissionais da educação para que esses possam conduzir a reeducação das relações étnico-raciais na gestão do ensino da sala de aula.

Para não Concluir

O tema gênero necessita ser retomado na Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís no processo formativo, como ocorreu com a Educação para as Relações Étnico-Raciais para as ações relativas à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Identifica-se essa necessidade de formação continuada de professoras/es para tratar da temática de gênero e das relações étnico-raciais, uma vez que com a formação a escola pode favorecer a circulação de conhecimentos e valores sobre temas da diversidade como gênero, raça e etnia, expressando a pluralidade característica do nosso povo. Entende-se que a prática educativa fundada na crítica cultural demonstra que os grupos que compõem a diversidade do país são detentores de cultura e conhecimento.

A conjuntura vivida no país, atualmente, traz recuos nas conquistas e impõe limites nas políticas vividas anteriormente, o que reforça a necessidade de serem discutidos no currículo escolar os temas como direitos humanos, gênero e relações étnico-raciais indicados na Base Nacional Comum Curricular.

Apesar dos avanços obtidos com a criação do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros na Universidade Federal do Maranhão, a possibilidade de tratar dos temas gênero e relações étnico-raciais no ambiente escolar é um desafio a ser alcançado para a promoção de uma educação que forme crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, assim como professoras e professores, para que gênero e o repasse de valores culturais e sentimentos

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

positivos pautados no respeito à diversidade, à ancestralidade africana e à raça/etnia colaborem na construção de uma identidade negra que incidam numa autoestima positiva para todas e todos.

Referências

BARBOSA. Viviane Barboza Fernandes e SOUZA, Maria Cecília C.C. Identidade Negra: entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 63, abr/2016 (p. 103-120). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n63/0020-3874-rieb-63-0103.pdf>. Acesso em 15/02/2018

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Ministério da Educação. Brasília: MEC/SECAD, 2005

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SECAD, 2006

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização de Currículos.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em 05/08/2016.

_____. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes.** Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política. Vol. 10 nº 18 – abril/2018. p. 133-154. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/19037/17537> Acesso em: 15/02/2018

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei 10.639/03.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR 21, Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/31329>. Acesso em: 08/09/2017.

JESUS, Ilma Fátima. O pensamento do MNU. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Orgs.) **O Pensamento Negro em Educação no Brasil: Expressões do Movimento Negro.** São Carlos: Ed. da UFSCar, 1997

_____. **Educação, gênero e etnia: um estudo sobre a realidade educacional feminina na comunidade remanescente de quilombo de São Cristóvão, Município de**



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Viana, Estado do Maranhão. 295f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

REGIS, Kátia Evangelista. **Relações étnico-raciais e currículos escolares:** desafios para uma escolarização que conte com efetivamente a diversidade. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/katiaEvangelistaRegis_res_int_GT1.pdf. Acesso em 15/03/2018.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3^a ed. Porto Alegre: Armed, 1998

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade, V.20 (2), Porto Alegre, 1995

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

RECONSTRUINDO IDENTIDADE NA SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

Edilma de Jesus Louzeiro Cruz - Graduanda de Pedagogia (UFMA)³¹

Erisvan Sales Oliveira- Graduanda de Pedagogia (UFMA)³²

Valdenice Araujo Prazeres -Orientadora (UFMA)³³

Resumo: Este artigo surgiu de inquietações a respeito das relações étnico-raciais em uma escola de Ensino Fundamental, participante do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência/CAPES/MEC/UFMA). Tendo por base dados construídos a partir de pesquisa com enfoque qualitativo de tipo empírico e bibliográfico, referenciada em autores como Jovino (2006), Silva e Silverio (2003) e Silva (2014), o trabalho discorre sobre algumas potencialidades da inserção da literatura afro-brasileira e brincadeiras de origem africana para a desconstrução de estereótipos, ancoradas em atividades realizadas no decorrer da Semana da Consciência Negra. Para tanto, discute a contribuição do PIBID na formação docente e a importância da Lei nº 10.639/2003 para a população negra brasileira, tendo em vista a reconstrução da identidade negra no espaço escolar. Considera-se que apesar da ampliação de discussões ocorridas nos últimos anos, continua sendo relevante trazer à tona questões ainda tão delicadas, pois a valorização da identidade negra nas escolas ainda ocorre de forma tímida.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Semana da Consciência Negra. PIBID. Formação docente

Introdução

A Semana da Consciência Negra é assunto muito discutido na mídia brasileira, mesmo assim justifica-se essa discussão por compreendermos que a valorização da população negra está aquém do almejado.

Ao falar em identidade, geralmente somos levados a pensar em algo que nos identifica ou nos caracteriza como sujeitos pertencentes a determinado parentesco. Mas compreende-se também que a identidade está para além da consanguinidade.

Para Silva (2014), o processo de construção da identidade oscila entre dois momentos: de um lado, estão àquelas maneiras que tendem a fixar e estabilizar

³¹ Graduanda em Licenciatura Plena em pedagogia pela UFMA

³² Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFMA³²

³³ Professora Adjunta do Departamento de Educação II - CCSO/ UFMA. prazer05@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

a identidade; de outra, as maneiras que inclinam para subvertê-la e a desestabilizá-la. É no primeiro momento que se enquadra as organizações e movimentos negros, os quais durante muito tempo vêm trazendo à tona essas questões, por meio de vários mecanismos, os quais possibilitam aos sujeitos despertar a consciência correlacionada a eles ou reafirmá-la.

Segundo Ávila (2013), “a identidade se constrói. Ninguém nasce com uma identidade pessoal definida, a mesma se constitui ao longo da existência humana, na relação com os outros e com o meio sociocultural”. Sendo assim, a Semana da Consciência Negra oportuniza um resgate histórico propício à reflexão em diversos âmbitos, principalmente o escolar.

O presente artigo tem como objetivo ampliar a discussão sobre a Semana da Consciência Negra, entendendo a sua importância para a maioria da população negra brasileira, embora se compreenda que o ato merecido deve ser lembrado e trabalhado nas escolas para além dessa semana. Lembrando que esse reconhecimento é fruto de uma luta de um povo que busca ao longo do tempo combater o racismo e as discriminações existentes em diversas instâncias.

A metodologia utilizada para alicerçar nosso trabalho foi de natureza qualitativa, com bases em dados bibliográficos e empírico (durante a participação do PIBID).

O interesse sobre as relações étnico-raciais ocorreu durante a nossa permanência na escola, como integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Maranhão (UFMA), em uma escola da Rede Municipal de Ensino Fundamental Ludovicense.

Durante o nosso transcurso, percebemos que embora sejam assuntos que vêm ganhando destaque, principalmente nos meios de comunicação de massa, ainda é um grande desafio romper com velhos e atuais paradigmas que distanciam as pessoas de vivenciar de forma plena o seu direito de ser negro. Nesse sentido, entendemos ser a escola um espaço oportuno para trabalhar a temática de maneira que as crianças possam exercer desde pequenas essa consciência e

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

também por compreendermos que na idade escolar muitos alunos sofrem com preconceitos reproduzidos por colegas.

Contribuição do PIBID na Formação Docente

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Maranhão (UFMA), contribui significadamente para a formação do professor por dar oportunidade ao graduando em vivenciar a realidade da escola pública, atrelando a teoria estudada na academia a prática da sala de aula.

Traz em um dos seus objetivos a participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar buscando a superação de problemas identificados no processo de ensino aprendizagem; (CAPES, 2008). Fazendo com que os bolsistas do referido programa atuem diretamente tentando ajudar a solucionar a problemática encontrada na escola.

Ao iniciar nossa formação somos conduzidos às mais diversas teorias que possam nos favorecer conhecimentos sobre a educação, e ao adentrar às escolas temos a oportunidade de construir nossa prática a luz dos teóricos estudados, o que irá contribuir diretamente na construção da formação docente.

Nesse sentido Tardif (2012) nos diz que:

[...] a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem por meio do qual os professores retratam sua formação e a adaptam a profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de uma maneira ou de outra. (P. 53)

Essa aproximação com a sala de aula que o programa proporciona ao discente remete a uma melhor compreensão sobre o saber docente e todos os desafios que permeiam a realidade escolar, estimulando assim uma formação que possibilite ter uma visão na qual a prática reflete a teoria e vice-versa.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

O subprojeto do PIBID de pedagogia possibilita uma ampla visão ao discente, pois além da sala de aula é possível conhecer toda a realidade da comunidade escolar que varia desde a coordenação, planejamento de professores, reunião entre pais, fazendo com que o bolsista construa conhecimentos que estão além dos muros da academia.

No sentido de buscar soluções que possam ajudar a qualidade do ensino da escola pública, nos deparamos com alguns entraves que dificultam o desenvolvimento das crianças e nesse processo de construção de conhecimentos fomos instigados a oferecer aos alunos uma melhor compreensão do que representa a semana da consciência negra, visto que é pouco trabalhada na escola; cujo tema será abordado nas seções seguintes.

A Lei nº 10639/03 e sua Importância para a Escola

A Lei nº 10.639/03 é muito importante para a população negra brasileira, criada durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas do país, esta tem se tornado um instrumento de combate as discriminações no âmbito escolar. Convém salientar que conforme está escrito em (BRASIL, 2013), a inserção da história da África e do negro no Brasil, no currículo escolar não é algo recente em nosso país, foi defendida pelo Movimento Negro Unificado (MNU), uma das organizações de movimento negro brasileiro, em 1978.

O Parecer nº 3/2004 vem trazer orientações explícitas, quem são os responsáveis para que a Lei nº 10.639/03 venha cumprir o papel a qual foi criada, relatando que:

Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros,

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL, 2013, P.82).

Diante da explicação acima, depreende-se que o parecer tem intencionalidade, reduzir a iniquidade vivida pelos povos negros brasileiros, durante muitos anos, iniquidade manifestada através do racismo, discriminação racial e violação dos direitos.

A busca pelo reconhecimento e valorização é resultado de um longo processo histórico e que certamente traz marcas de diversos negros e negras que viveram e que vivem diuturnamente, e que merecem respeito como todo cidadão desse país.

Reconhecer exige a valorização e o respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raízes africanas. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir seus estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra. (BRASIL, 2013, p.85).

Assim sendo, as políticas de reparações devem estar comprometidas com o reconhecimento e valorização dessa parcela da população que tanto contribuiu e contribui para o crescimento desse país.

Dentre as demandas por reparações e recriações de identidade, pode-se citar a Semana da Consciência Negra, a qual é escolhida a data que representa a morte de Zumbi dos Palmares (herói símbolo da resistência negra brasileira).

A Lei nº 12.519/2011, a qual institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra nos traz:

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Art. 1º É instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorada, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
(BRASIL, 2011).

Embora esta lei tenha sido sancionada somente na data citada anteriormente, Silveira (2003), nos apresenta que a primeira homenagem a Palmares transcorreu no dia 20 de novembro de 1971, um sábado à noite, no Clube Náutico Marcílio Dias, sociedade negra situada na Avenida Praia de Belas nº 2.300, bairro Menino de Deus, em Porto Alegre. As contribuições dessas leis abrem prerrogativas para a reconstrução de identidade, assuntos abordados a seguir.

A Reconstrução da Identidade Negra no Espaço Escolar

A escola campo da Rede Pública Municipal de São Luís a qual foi desenvolvida as atividades que serão relatadas nessa seção, é constituída em sua maioria (90%) sendo de raça negra; no entanto, ao ser analisado o espaço escolar, foi possível perceber que não existe essa identificação na instituição, visto que durante todo o processo de vivência que os bolsistas passaram na escola não houve nenhuma manifestação a esse respeito, o que nos impulsionou a enveredar por esse trajeto. Personalizar o ambiente é muito importante para a construção da identidade pessoal da criança, tornar a criança competente é desenvolver nela a autonomia e a independência. (CARVALHO; RUBIANO, 2001).

A instituição escolar deve oferecer aos seus alunos possibilidades para a construção de suas identidades, porém só será possível se todos estiverem dispostos a criar condições para tal; e o espaço escolar em si deve promover ações que visem estabelecer esse sentimento de pertencimento e reconhecimento na comunidade escolar.

Ao planejar nossas ações, buscamos trazer atividades que direta e indiretamente levassem as crianças a refletir e construir conhecimentos sobre a identidade negra; com brincadeiras, literatura e confecções de brinquedos.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

A brincadeira intitulada de “Escravos de Jó” que traz uma amplitude de significados que nos remete a cultura negra foi de grande relevância por poder proporcionar momentos de muita interação e descobertas por parte das crianças, pois além de brincarem puderam conhecer o contexto no qual a brincadeira foi criada. Para Craidy e Kaercher (2001)

[...] A criança expressa-se pelo ato lúdico e é através desse ato que a infância carrega consigo as brincadeiras. Elas perpetuam e renovam a cultura infantil, desenvolvendo formas de convivência social, modificando-se e recebendo novos conteúdos, a fim de se renovar a cada geração. (p.103).

As brincadeiras infantis trazem em seu viés diversos significados que podem ser grandes aliados na construção de conhecimentos, e nesse sentido, percebemos a contribuição que a cantiga de roda carregada de significados favoreceu para um melhor entendimento sobre a história de luta do povo negro, que apesar de sua condição de escravo, nunca se deixou vencer e sempre buscava estratégias para uma mudança de vida, fato esse relatado com fantoches pelas bolsistas, enfocando sempre a resistência e busca por liberdade.

Buscamos também por meio da literatura infantil em nossas intervenções, desestruturar estereótipos, pois ao longo de nossas observações o trabalho realizado na escola no que diz respeito à literatura trazia sempre os clássicos, não dando nenhuma ênfase aos contos africanos. Não se pode tirar da literatura infantil esse papel tão importante na formação do pensamento, pelo qual cada adulto já passou ou estará repassando em algum momento da sua vida. (Dionízio 2010: 11).

A inserção da literatura afro-brasileira nas escolas ainda é tímida, porém necessária para que as crianças conheçam e se reconheçam como protagonistas nas histórias. Nesse sentido é pertinente salientar que:

Investir na construção de uma identidade significa abrir caminho para a revolução no jeito de pensar da sociedade contemporânea, pois os educandos de hoje serão a sociedade de amanhã. A literatura, nesse ínterim, pode ser um espaço de problematização do movimento ocorrido em nossa sociedade. (Silva, 2010, p.35)

Partindo dessa perspectiva, ao trabalhar a construção e reconstrução de identidade buscamos priorizar histórias que propunham em sua essência fatores que

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

permitam uma reflexão e identificação com todos os atores envolvidos; trazendo obras que relatem sobre comunidades negras, não em situações de escravos e sim o negro como protagonista e construtor de história.

De acordo com Jovino (2006):

[...] os livros que retomam traços e símbolos da cultura afro-brasileira, [...] objetivando um estímulo positivo e uma autoestima favorável ao leitor negro e uma possibilidade de representação que permite ao leitor não negro tomar contato com outra face da cultura afro-brasileira que ainda é pouco explorada na escola, nos meios de comunicação, assim como na sociedade em geral. Trata-se de obras que não se prendem ao passado histórico da escravização. (p. 216)

Nesse sentido, foi possível desenvolver ações com as crianças enfocando o quanto cada indivíduo é importante e não por sua cor, mas por sua essência enquanto ser humano, capaz de transformar sua realidade, ressignificando a importância em conhecer a sua realidade e buscar mudanças.

Após o momento da contação de história e um breve diálogo sobre o tema abordado, os alunos foram direcionados para a confecção de bonecos/as no qual todos foram feitos com cartolinhas pretas, com a aceitação de todos. Nesse momento as crianças puderam se expressar livremente por meio de suas criatividades, desenvolvendo sua arte de acordo com suas peculiaridades, deixando florescer por meio de suas criações toda a sua subjetividade. O que causou uma grande experiência em reconhecer em suas obras um sentimento de valorização do negro na escola.

Durante as ações citadas acima, foram notórias a satisfação das crianças nesse processo e o empenho em querer conhecer um pouco mais da sua ancestralidade, não como algo negativo e sofredor, mas como construção de identidade pautada em luta e na resistência do povo negro.

Considerações Finais

A valorização da identidade negra ainda acontece nas escolas timidamente, a pesar de ser legitimada a história da cultura afro brasileira ainda

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

encontra entraves em sua implantação; o que vem contribuindo para a não aceitação nas crianças de sua ancestralidade, prejudicando assim a construção de sua identidade que passa por processo de formação.

Ao desenvolver intervenções na Semana da Consciência Negra, o PIBID busca criar possibilidades para que as crianças conheçam a história afro brasileira e reconstruam suas identidades de forma que possam compreender melhor a cultura na qual eles estão inseridos, respeitando e sendo respeitados enquanto cidadãos de direito.

É importante salientar que não existe predileção em responsabilizar a escola por toda mazela imbricada no racismo, mas assim como o documento seguinte, acreditamos que:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusiva da escola as formas de discriminação de qualquer natureza não têm seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações concorrentes na sociedade perpassam por ali (BRASIL, 2013, P.88)

Compreende-se que as crianças muitas vezes reproduzem nas escolas comportamentos observados no âmbito familiar e de outros meios sociais, contudo, não a exoneramos a escola de muitas vezes descumprir as funções que lhes são cabíveis. Sendo assim, de acordo com o documento acima mencionado, “a educação das relações étnico-raciais impõe a aprendizagem entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiança, projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime” e livre de violência física e simbólica.

Por isso, é indispensável trabalhar essas questões nas escolas de educação básica, para contribuição e eliminação da discriminação e para emancipação da população negra.

Referências

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência** – PIBID, Disponível em:

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

CARVALHO, Maria Campos de; RUBIANO, Márcia R. Bonagamba. **Organização dos Espaços em Instituições Pré-Escolares**. In: OLIVEIRA, Zilma Moraes. (Org.) **Educação Infantil: muitos olhares**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Galdis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra que ti quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIONÍSIO, Eliane Rabello Correa. **Desconstrução do preconceito: Menina bonita do laço de fita**; de Ana Maria Machado. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

JOVINO, Ione da Silva. **Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In. SOUZA, Florentina e LIMA, Maria Nazaré (Org). **Literatura Afro-Brasileira**. Centro de Estudos Afro- Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

Letramento no estágio supervisionado e formação de professores/Organizado por Áurea da Silva e Marcos Antonio Maia Vilela. Salvador: EDUNBED, 2013.

BRASIL, **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. / Mistério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão. Brasília MEC, SECADI, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Jerusa Paulino da. **A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva**. 2010. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto /organização. **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. Ed- Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSO / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: estado da arte no PPGE/UFMA

Isis Santana Sombreira (UFMA)³⁴

Larissa Evelin Rego Azevedo (UFMA)³⁵

Valdenice de Araújo Prazeres (UFMA)³⁶

Resumo: Trata-se de uma das atividades/produções do projeto de pesquisa “Formação de Professores/as Para e Educação Das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira: Uma análise do currículo do curso de Pedagogia das Universidades Públicas do Maranhão - UFMA e UEMA, Campus São Luís”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas - *Formação de professores p/ a educação das relações étnico-raciais*. É parte do Estado da Arte referente à formação docente para a educação das relações étnico-raciais, em dissertações defendidas no Mestrado em Educação no PPGE/UFMA, contemplando o período de 2006 a 2017. Apoia-se em Ferreira (2002) para as decisões teórico-metodológicas relativas a esse tipo de estudo e em autores/as como Gomes (2004, 2006, 2012), Paula; Guimarães (2014), Silva (2001) dentre outro/as, nas reflexões sobre a articulação entre educação/formação de professores/as e relações raciais. Concluímos que a produção acadêmica acerca dessa temática no referido Programa ainda é bastante tímida, apesar da relevância e necessidade de pesquisas e propostas que possam contribuir para fundamentar a construção de uma educação antirracista no estado do Maranhão.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação. Relações Étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

Esse texto é fruto de uma pesquisa mais ampla, que tem como objetivo analisar avanços, entraves e desafios na inclusão de conteúdos e atividades relacionados à temática da educação para as relações étnico-raciais e ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus São Luís, desenvolvida pelo *Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores para a educação das relações étnico- raciais*.

³⁴ Graduanda em Licenciatura Plena em pedagogia pela UFMA, bolsista do PIBIC/UFMA. isis.santana7@gmail.com

³⁵ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFMA, voluntária no PIBIC/UFMA. lalynha_@hotmail.com

³⁶ Professora Adjunta do Departamento de Educação II - CCSO/ UFMA. prazeress05@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

Especificamente este trabalho é parte da construção de dados guiada pelo propósito de investigar a produção acadêmica dos programas de pós-graduação da UFMA, referente à formação docente para a educação das relações étnico-raciais (ERER), particularmente no curso de Pedagogia.

Nos detemos no levantamento e discussão das produções encontradas no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), o qual oferece o curso de Mestrado em Educação. Tem como fonte, portanto, as dissertações defendidas no período de 2005 a 2017.

Segundo Prazeres (2017, p.5):

Desde a metade do século passado o Movimento Negro reivindicava a implantação de medidas para a correção das desigualdades entre brancos/as e negros/as, criadas e mantidas por um sistema escolar que reproduz e dissemina uma epistemologia branca e europeia.

Sendo assim, constituindo-se parte de um conjunto de políticas públicas de Estado dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, a Lei federal Nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), regulamentada pelo Parecer Conselho Nacional de Educação (CNE)/Conselho Pleno (CP) Nº 03/2004 (BRASIL, 2004a) e pela Resolução CNE/CP Nº 01/2004 (BRASIL, 2004b), instituiu nos currículos de Educação Básica a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira.

Essa Lei é um marco histórico na luta antirracista brasileira, pois institui a possibilidade – inexistente, oficialmente, no país, salvo experiências isoladas – de um trabalho educativo que reconheça e valorize a diferença e a diversidade étnico-racial. Nesse sentido, faz-se necessário acompanhar a produção acadêmica acerca da educação para as relações étnico-raciais, como um todo e, em particular, a formação de professore/as para a incorporação dessa temática no cotidiano de suas práticas pedagógicas.

A nosso ver, é importante identificar em que medida os aspectos relacionados à construção de uma pedagogia de combate ao racismo estão sendo

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

estudados e discutidos, partindo do pressuposto que a formação de professore/as é um dos aspectos primordiais.

Formar docentes para atuação na Educação Básica é uma das tarefas da Universidade. E essa formação não pode prescindir dos fundamentos teóricos e metodológicos para a construção de uma educação antirracista. Vale lembrar, inclusive, que a inserção dessa temática é uma exigência feita aos cursos de formação de professores/as, afim de formar profissionais com condições de contribuir com o combate ao racismo na realidade brasileira, o que passa pela implementação da Lei Nº 10.639/03 e suas diretrizes.

METODOLOGIA

Para apreender se a formação para a educação das relações étnico-raciais, no curso de Pedagogia, tem sido objeto de estudos no estado do Maranhão, buscamos conferir a produção acadêmica no Programas de Pós-graduação em Educação da UFMA³⁷, com foco no período de 2005 a 2017.

Tal recorte temporal se justifica por compreender os anos imediatamente seguintes à aprovação da Lei Nº 10.639/03 e se estender até o momento atual.

Nessa perspectiva, a pesquisa desenvolvida foi do tipo Estado da Arte. Nóbrega-Therrien e Therrien (2004), diferenciam os processos de produção científica denominados “estado da arte”, “estado da questão” e “revisão de literatura. Esta, tem o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo para ancorar a análise de suas categorias centrais. Por isso, utiliza como fontes de consulta um determinado aporte teórico, além de teses, dissertações e relatórios de pesquisa.

³⁷ Existem outros programas de pós-graduação nesta Universidade, a exemplo dos Programas de Pós-Graduação: em História, em Ciências Sociais e em Cultura e Sociedade, que podem desenvolver pesquisas relacionadas à educação para as relações étnico-raciais focalizando a formação docente, seja no curso de Pedagogia, seja em outras licenciaturas. Esse levantamento está sendo realizado no âmbito da pesquisa “Formação de professores/as para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: uma análise do currículo do curso de Pedagogia das universidades públicas do Maranhão – UFMA E UEMA, campus São Luís”, na qual as autoras deste artigo realizam atividades de iniciação científica.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)

O Estado da Questão visa “delimitar e caracterizar o objeto (específico) de investigação de interesse do pesquisador e a consequente identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica” (NÓBREGA-THERRIEN; THERRIEN, 2004, p. 7). Ou seja, fundamenta a construção do objeto de pesquisa, utilizando as mesmas fontes de consulta da Revisão de Literatura, embora por meio de um levantamento seletivo e crítico, pois não tem o intuito de apreender e/ou explicitar teorias e categorias relacionadas ao objeto de investigação, mas sim de “identificar, situar e definir o objeto de investigação e as categorias de análise” (p.7).

Considerando pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, Ferreira (2002) assim se posiciona:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições tem sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p.258).

De acordo com esta autora, o estado da arte refere-se a uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se busca investigar, permitindo o conhecimento daquilo que já construído e o delineamento de pistas para novas produções.

Entendemos que a Lei Nº 10.639/03 desafia os sistemas educacionais a redimensionarem o currículo, incluindo as temáticas relacionadas às conflituosas relações étnico-raciais no Brasil que não tiveram espaço nos conteúdos e atividades escolares. Desafio, este, de maior amplitude para os processos de formação de professore/as, considerando que ele/as o/as são responsáveis diretos pela dinamização do currículo, por meio do ensino. Justifica-se, então, uma pesquisa com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

foco no levantamento e discussão da recorrência sobre o tema da formação docente para a educação das relações étnico-raciais.

Uma pesquisa desse tipo frequentemente focaliza os resumos e catálogos de fontes relacionados a um campo de investigação, no esforço de sintetizar a pesquisa, limitando a sua descrição e encaminhando a análise de dados. Em vista disso, realizamos a busca das dissertações mediante o acesso à Biblioteca Digital de teses e dissertações da UFMA, através do Sistema de Publicação Eletrônica de Tese e Dissertações (TEDE), especificamente no diretório do PPGE, entre os dias 26 a 28/02/2018.

Ferreira (2002) nos diz que a pesquisa do tipo estado da arte tem dois momentos. O primeiro, corresponde à quantificação e identificação dos dados bibliográficos, de acordo com o período delimitado. Aqui atentamos para os títulos das dissertações, buscando localizar palavras/expressões relativas ao tema, prioritariamente: formação de professore/as; curso de pedagogia, educação das relações étnico-raciais, Lei Nº 10.639/03; mas, também, outras correlatas como racismo, educação antirracista, multiculturalismo, preconceito, discriminação.... Portanto, no processo de seleção fomos organizando as dissertações em agrupamentos, identificando-as pelo título, ano de defesa e nome do/a autor/a.

No segundo momento, ainda segundo Ferreira (2002, p. 265) “[...] o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si [...]”.

Com base nesse referencial, procedemos à leitura dos resumos das dissertações selecionadas, uma vez que essa parte do trabalho cumpre a função de esclarecer os elementos que caracterizam o seu conteúdo, de maneira rápida, sucinta e objetiva. O propósito foi o de definir/reiterar a classificação do trabalho nos agrupamentos que foram se constituindo no primeiro momento, a partir da leitura dos títulos.

Sabemos que o resumo de uma dissertação dever anunciar o tema, indicar o objetivo central da pesquisa, explicitar o percurso metodológico realizado e

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

sintetizar os resultados alcançados. Entretanto, tendo em vista o intuito do nosso trabalho, nos atentamos sobretudo para o objetivo, buscando apreender se a produção tinha como um dos eixos de discussão – ou o principal eixo – os processos formativos iniciais docente, precípua mente no curso de Pedagogia, com vistas ao tratamento dos temas referentes à História e Cultura da África e Afro-brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: a tímida recorrência de estudos sobre a temática

De um total de 226 dissertações defendidas no período delimitado (2005 - 2017), selecionamos 19, por conterem, no título, palavras como: curso de pedagogia, educação para/das relações étnico-raciais, Lei Nº 10.639/03; ou outras correlatas: estereótipos étnicos, negro/a.

Dentre as 19 dissertações selecionadas, 11 versam sobre o curso de Pedagogia, mas nenhuma com enfoque específico na formação para a ERER, apesar de uma delas ter como subtítulo “a formação multicultural em foco”. Entretanto, na leitura do resumo e das palavras chaves desta, de autoria de Vilhena(2013), não localizamos palavras/expressões como: raça/racial(is), etnia/étnico, relações étnico-raciais, negro/a.

Ainda que a formação no curso de Pedagogia seja o objeto de estudo exposto na dissertação, a análise centrou-se na dimensão multicultural em sua proposta curricular e a percepção dos sujeitos da pesquisa sobre a perspectiva multicultural no curso em referência.

As outras 07 dissertações tratam de temas referentes à articulação entre educação e relações raciais, porém não enfatizam a formação inicial docente. Apesar de não se relacionarem direta e especificamente ao nosso objeto de estudo, julgamos importante elencá-las (Quadro 1), uma vez que representam a totalidade dos trabalhos que discute a temática da ERER na educação formal.

Quadro 1. Dissertações que articulam educação e relações étnico-raciais (2005 a 2017)

Ano da defesa	Título	Autor/a
2006	IDENTIDADE E DIFERENÇA ÉTNICO-RACIAL EM CURRÍCULOS E PROGRAMAS: afirmação ou silenciamento?	Sueli Borges Pereira
2009	ESTEREÓTIPOS ÉTNICOS NAS REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS ESCOLARIZADAS EM SÃO LUIS DO MARANHÃO	Karla Cristina Silva Sousa
	OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 10.639/03: entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial e a política educacional no Maranhão	Maria da Guia Viana
2011	A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA MARANHENSE NO ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DA PROFESSORA NA ESCOLA NORMAL PÚBLICA EM SÃO LUÍS (1930-1945)	Fernanda Lopes Rodrigues
	A COR NA UNIVERSIDADE: um estudo sobre identidade étnica e racial de professores/as negros/as da Universidade Federal do Maranhão no Campus do Bacanga	Raimundo Nonato Silva Júnior
2013	A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO	Richard Christian Pinto dos Santos
	RACISMO NA ESCOLA: um estudo da linguagem racista e de suas implicações no contexto escolar da UEB. Gonçalves Dias de Açaílândia – MA	Cleuma Maria Chaves de Almeida
	INFÂNCIA NEGADA: Um estudo sobre as relações sociais de meninas negras no Asilo de Santa Teresa (1855-1870)	Claudiane Santos Araújo

Fonte: Dados coletados na Biblioteca Digital de teses e dissertações da UFMA e organizados pelas autoras em fevereiro de 2018

Considerando o foco deste texto, destacamos apenas três dessas dissertações para um breve comentário, visto que, conforme já antecipado, nenhuma delas trata especificamente do nosso objeto de pesquisa – a formação

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

docente para a educação das relações étnico-raciais –, que, inclusive, justifica esse Estado da Arte.

Na leitura dos resumos constamos que o trabalho de Pereira (2006), intitulado “Identidade e diferença étnico-racial em currículos e programas: afirmação ou silenciamento?”, tem como objetivo analisar se o currículo escolar é trabalhado na perspectiva de afirmação ou silenciamento das identidades e diferenças étnico-raciais do segmento negro, no entanto, aborda o tratamento dado a esta temática no currículo do Ensino Fundamental, mais especificamente nas 5^a a 8^a séries.

“Os desafios da implementação da lei federal Nº 10.639/03: entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial e a política educacional no Maranhão”, dissertação produzida por Viana (2009), é uma referência relevante para nossos estudos, embora não trate especificamente da formação docente para a ERER, mas faz reflexões sobre Lei nº 10.639/03. Argumentando que somente a homologação desta Lei não garante mudanças nas relações sociais, a autora questiona a ausência de políticas públicas educacionais no Estado do Maranhão, voltadas para essa questão e considerando a política nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Silva Júnior (2011), em sua dissertação nomeada “A cor na universidade: um estudo sobre identidade étnica e racial de professores/as negros/as da Universidade Federal do Maranhão no *Campus do Bacanga*”, analisou a questão da identidade étnico-racial, particularmente a negra, discutindo os processos de construção do atual quadro docente da UFMA. Julgamos importante destacá-la em face da relevância da reflexão sobre o processo de construção das identidades de professore/as universitário/as. Isso porque a construção das identidades é um aspecto que fortalece a argumentação sobre o imperativo da incorporação da temática da ERER no currículo da formação docente. Além disso, o debate sobre questões que envolvem o/a negro/a na universidade, bem como a pouca presença deste/as como docentes nas instituições federais de Educação Superior, outro assunto incluído na dissertação, segundo o resumo, contribui para o campo de estudo das relações étnicas e raciais na educação.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

**II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES
(19 a 23 de março de 2018)**

Reconhecemos o mérito de todos esses trabalhos, mas ressaltamos a inexistência de estudos em torno da formação de professore/as para a ERER, sobretudo no curso de Pedagogia, o que aponta a necessidade de esforços para preencher essa lacuna.

Essa necessidade não se faz presente somente no Maranhão. Em um estudo sobre a formação de professore/as com vistas à implementação da Lei nº 10.639/2003, tendo por base a produção teórico-científica localizada no banco de teses e dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim como artigos científicos constantes na base da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Paula e Guimarães (2014) concluíram que até o ano 2000 predominava a invisibilidade do tema. A partir de então, verifica-se um crescente interesse, porém a formação continuada é mais recorrente que a inicial.

Vários estudos apontam que um dos problemas a ser enfrentado no processo de implementação da Lei Nº 10.639/03 é a fragilidade na/da formação docente (GOMES, 2004, 2006, 2012; ROMÃO, 2001; SILVA, 2001;). O planejamento tem sido um dos desafios para a educação das relações étnico-raciais devido à improvisação e fragilidade teórica no tocante a concepções de raça, etnia, discriminação, assim como ao conhecimento do legado africano e das lutas da população negra no Brasil, entre outros.

Nesse sentido, uma sólida fundamentação teórica acerca das questões contempladas na abordagem das relações étnico-raciais é imprescindível nesse processo, constituindo-se uma condição para a concretização de boas situações de ensino e aprendizagem.

Convém acrescentar ainda, que no encaminhamento de medidas para superar os impasses e desafios para a implementação dos dispositivos legais referentes à Lei Nº 10.639/03 nos sistemas de ensino, o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Lei 10.639/03” (BRASIL, 2009), foi outro documento produzido. Tendo como finalidade

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

institucionalizar a implementação da educação das relações étnico-raciais, o documento nada acrescenta à legislação já vigente, mas a sistematiza, estabelecendo atribuições e responsabilidades dos Sistemas de Ensino, Conselhos de Educação e Instituições de Ensino, bem como orientações gerais aos níveis e modalidades de ensino, para a operacionalização na implementação da Lei.

Dentre as ações imputadas às Instituições de Ensino Superior (IES), destacamos: “e) fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações etnicoraciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana.” (BRASIL, 2009, p. 43).

Com base nesse raciocínio, estudos acerca dos processos formativos de professore/as para a ERER são de grande relevância, podendo contribuir para o redimensionamento das ações necessárias à concretização das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, tanto nas instituições de educação superior quanto na Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse levantamento realizado, foi possível perceber que, entre as 226 dissertações defendidas no PPGE/UFMA, há uma produção bastante tímida relativa à articulação entre currículo, diversidade étnico-racial e formação docente.

Ainda que o curso de Pedagogia tenha sido foco de alguns trabalhos, inexiste, na totalidade das dissertações consultadas, uma que analise esse curso no que tange à incorporação da temática da educação para as relações étnico-raciais e/ou para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Assim, é possível constatar que, no tocante à formação inicial docente para a ERER, ainda há muitos impasses a superar na produção de conhecimento científico, talvez no Brasil como um todo, mas, sobretudo na realidade maranhense.

Há necessidade, portanto, de ampliação desse conhecimento sobre a contribuição do curso de Pedagogia para a reeducação das relações étnico-raciais, o que corroborar a qualificação e fortalecimento do processo de reflexão acerca da

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

responsabilidade legal e social das universidades e dos/as professores/as quanto à implantação e implementação da Lei federal Nº 10.639/03 e seus dispositivos regulamentares.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA UFMA. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/jsessionid=57EEAFF0619EFA7DCB5CF7E4611EFDD6>

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003, p. 01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 15 nov 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer Nº 03 de 10 de março de 2004**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/Secad, 2004a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico/Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004b.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003**. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em: 20 jan 2018.

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas e questão racial: o tratamento é igual para todos/as? In: DINIZ, M.; VASCONCELOS, R. N. (Org.) **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores**: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004.

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES (19 a 23 de março de 2018)

_____. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria A.; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: **Curriculo sem fronteiras**, v.12, n.1. p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; THERRIEN, Jacques. Trabalhos Científicos e o Estado da Questão: algumas reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 30, jul.-dez./2004. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2148/2105>. Acesso em 21 fev. 2018.

PAULA Benjamin Xavier de; GUIMARÃES Selva. 10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 435-448, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022014061517>. Acesso e 20 mai 2017.

PEREIRA, Sueli Borges. **Identidade e diferença étnico-racial em currículos e programas**: afirmação ou silenciamento? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2006. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/79>. Acesso em 28 fev 2018.

PRAZERES, Valdenice De Araujo. **Formação De Professores/As Para A Educação Das Relações Étnico-Raciais E O Ensino De História E Cultura Africana E Afro-Brasileira**: uma análise do currículo do curso de Pedagogia das Universidades públicas do Maranhão- UFMA E UEMA, **campus** São Luís. Projeto de Pesquisa para PIBIC, 2017 (mimeo).

ROMÃO. Jeruse. O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando Negro. In: CAVILLEIRO, Eliane. (Org.) **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Sammus, 2001. p. 161-178.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVILLEIRO, Eliane. (Org). **Racismo e antirracismo na educação**. São Paulo: Sammus, 2001.

SILVA JÚNIOR, Raimundo Nonato. **A Cor na Universidade**: um estudo sobre identidade étnica e racial de professores/as negros/as da Universidade Federal do Maranhão no Campus do Bacanga. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/211>. Acesso em 28 fev 2018.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Centro de Ciências Sociais – CCSo / Departamentos de Educação I e II

**I COLÓQUIO DE PESQUISADORAS/ES DAS EPISTEMOLOGIAS ÉTNICO-RACIAIS E DE
GÊNERO NA EDUCAÇÃO – I COPERGE**

II ENCONTRO MARANHENSE SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE – II EMGES

(19 a 23 de março de 2018)

VIANA, Maria da Guia. **Os desafios da implementação da Lei federal Nº 10.639/03**: entre as ações da política nacional de promoção da igualdade racial e a política educacional no Maranhão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2009. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/166>. Acesso em 27 fev 2018.

VILHENA, Raul Germano de Sousa. **O curso de Pedagogia em uma instituição de ensino público de São Luís**: a formação multicultural em foco. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2013. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/239>. Acesso em 26 fev 2018.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

KARLA CRISTINA SILVA SOUSA (Doutora - DE II/UFMA) - Docente do Departamento de Educação II e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Licenciada em Pedagogia e Mestre em Educação pela UFMA. Possui Especialização em Supervisão e Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É Coordenadora de Gestão do PIBID/UFMA. Trabalha com seguintes temas: Gestão Escolar, Gestão e coordenação de processos formativos na Educação Básica, Estágio de gestão e organização dos sistemas educacionais, Políticas Educacionais e Educação para as relações étnico-raciais.

RAIMUNDA NONATA DA SILVA MACHADO (Doutora - DE II/UFMA) - É licenciada em Pedagogia e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Adjunta do Departamento de Educação II (Curso de Pedagogia) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMA). Pesquisadora dos Grupos de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe); Gênero, Sexualidade e Práticas Educativas (GESEPE) da UFMA e Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Gênero e Afrodescendência (Roda Grô/GEAFRO) da UFPI. É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Como docente, atuou também nos Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR), do Programa Rede de Educação para a Diversidade/SECADI/MEC, oferecido pela UFMA, este último, objeto de estudo por ocasião do doutoramento. Na Educação Básica foi professora da Educação Infantil e coordenou o Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTM) da Rede Municipal de Educação de São Luís. Seus estudos e pesquisas concentram-se na área da Educação, com ênfase na formação docente e prática educativa interseccionados pelas relações de gênero, mulheres professoras, relações étnico-raciais, afrodescendência, educação a distância e tecnologia educacional com ênfase nas diversidades interculturais e epistêmicas.

SIRLENE MOTA PINHEIRO DA SILVA (Doutora - DE I/UFMA) - Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Licenciada em Pedagogia, com Especialização em Metodologia do Ensino Superior e em Supervisão Escolar. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relação de Gênero (GEMGe). Professora do Departamento de Educação I da UFMA. Foi Coordenadora do Curso de Especialização e de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR).

VALDENICE DE ARAUJO PRAZERES (Doutora/DE II/UFMA) - Possui graduação em Pedagogia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (1987), Especialização em Educação Especial na Universidade Federal do Maranhão/Projeto Prata da Casa/UFMA (1999) e Especialização em Supervisão Escolar na Universidade Salgado de Oliveira/UNIVERSO, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2007) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Tem experiência na área da Educação em diversas modalidades: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo. Trabalhou nas Redes Públicas de Ensino Estadual (Maranhão) e Municipal (São Luís). Foi Coordenadora Pedagógica do curso de Pedagogia do Programa de Formação de Professores para a Educação Básica do Plano de Ações Articuladas (PARFOR)/PROFEBC (2010 a 2012). É docente efetiva da Universidade Federal do Maranhão, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação docente, políticas de educação superior, Educação e relações étnico-raciais, Educação e Movimentos Sociais. É integrante do Grupo de Investigações Pedagógicas de Estudos Afrobrasileiros (GIPPEAB) da UFMA e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de professores/as para educação das relações étnico-raciais (UFMA).

I COPERGE

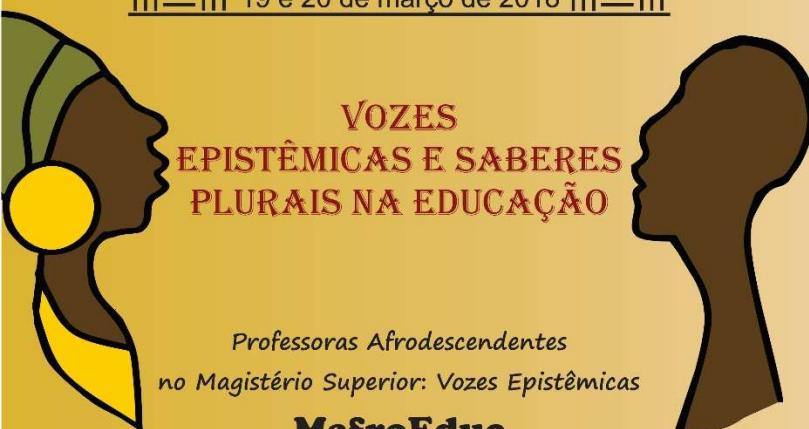
I Colóquio de Pesquisadoras/es das Epistemologias
Étnico-Raciais e de Gênero na Educação

||| 19 e 20 de março de 2018 |||

VOZES
EPISTÊMICAS E SABERES
PLURAIS NA EDUCAÇÃO

Professoras Afrodescendentes
no Magistério Superior: Vozes Epistêmicas

MafroEduc



II EMGES

II Encontro Maranhense sobre Gênero,
Educação e Sexualidade

||| 20 a 23 de março de 2018 |||

**DIFERENÇAS DE
GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO:
estudos, pesquisas e intervenções**



Inscrições:
www.neperge.ufma.br/eventos/

Local:
Centro Pedagógico Paulo Freire



CCSO - DE I - DE II - PPGE - PPGEEB - GEP_FOPERER - GEMGe - GEP_HICERER - GESEPE - GIPEAB - RODA GRIÔ GEAfro/UFPE

